

# diálogos & debates

REVISTA TRIMESTRAL ANO 9 Nº 4  
ED. 36 JUNHO DE 2009 R\$ 8,50

DA ESCOLA PAULISTA DA MAGISTRATURA



## ENTREVISTAS

>>O criminalista  
Milton Cairolí

>>Rômulo Nunes,  
presidente do TJPA

## HISTÓRIAS DE SUPERACÃO:

Dagmar Garroux  
e a Casa do Zezinho

A trajetória do  
cantor Jean William

A Comarca de  
São José do Rio Preto

Direito Eletrônico:  
novo paradigma

O triunfo da língua  
de Camões na África

# EM BUSCA DA CIDADANIA

- 4** O MAGISTRADO PINTOR  
entrevista com Milton Cairoli
- 8** O CONTINUÍSMO  
NA AMÉRICA SECUNDÁRIA  
por Rafael Gregório
- 12** A JUSTIÇA EM BUSCA  
DO BEM-ESTAR DA SOCIEDADE  
entrevista com Des. Rômulo Nunes,  
presidente do TJPA
- 18** A VIDA NA COMARCA DE  
SÃO JOSÉ DO RIO PRETO  
por Turu Goulart de Andrade
- 22** A CIDADANIA REGIONAL  
E ORDENAMENTO JURÍDICO  
por Vladmir Oliveira e Vanessa Ripari
- 29** DIREITO ELETRÔNICO:  
UM NOVO PARADIGMA  
por Helder Júnior
- 34** É AGORA, JOSÉ! (O PROJETO  
DE DAGMAR GARROUX)  
por Aline Magalhães
- 39** A FILOSOFIA  
DE MARTIN HEIDEGGER  
por Luís Mauro Sá Martino
- 40** O POLEMISTA DA 'NOVA DIREITA'  
PORTUGUESA  
por Fábio Fujita
- 44** LEANDRO PIQUET: A AGENDA  
DA SEGURANÇA NÃO DÁ VOTOS  
por Gabriel Kwak
- 48** CINEMA:  
SIM, ELAS PODEM  
por Luísa Pécora
- 52** A LÍNGUA DE CAMÕES  
TRIUNFA NA ÁFRICA  
por Rodrigo de Oliveira
- 58** RODRIGO LEÃO:  
TÃO LONGE E TÃO PERTO  
por José Geraldo Oliveira
- 60** JEAN WILLIAN: DE BARRINHA  
PARA O METROPOLITAN  
por José Geraldo Oliveira
- 66** EXCESSO DE INFORMAÇÃO  
É FALTA DE INFORMAÇÃO  
por Carlos Costa



ESCOLA PAULISTA DA MAGISTRATURA  
Órgão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo

Diretor DESEMBARGADOR  
ANTONIO RULLI JÚNIOR

Vice-diretor DESEMBARGADOR  
PEDRO LUIZ RICARDO GAGLIARDI

Conselho Editorial  
MINISTRO ENRIQUE RICARDO  
LEWANDOWSKI (STF), MINISTRO MASSAMI  
UYEDA (STJ), MARCUS VINICIUS DOS  
SANTOS ANDRADE, TERCIO FERRAZ  
SAMPAIO JR., JOSÉ MANUEL ARRUDA  
ALVIM NETTO, JOAQUIM PEDRO VILLAGA  
DE SOUZA CAMPOS, CÂNDIDO RANGEL  
DINAMARCO, ANTONIO CARLOS  
MARCATO, ANTONIO CARLOS VIANA  
SANTOS, MARCOS ANTONIO MONTEIRO

Editor CARLOS COSTA  
Edição de Arte DMS CRIAÇÃO  
Edição de Fotografia SEGUNDO PLANO

Colaboraram Neste Número:  
JOSÉ BATISTA CARVALHO (REVISÃO), ENIO  
CESAR, JEFFERSON DIAS, JOSÉ GERALDO  
OLIVEIRA (FOTOS), ALINE MAGALHÃES, FÁBIO  
FUJITA, HELDER JÚNIOR, JOÃO DE FREITAS,  
JOSÉ GERALDO OLIVEIRA, GABRIEL KWAK,  
LUÍSA PÉCORA, LUÍS MAURO SÁ MARTINO,  
RAFAEL GREGÓRIO, RODRIGO DE OLIVEIRA,  
TURU GOULART DE ANDRADE, VANESSA  
TOQUEIRO RIPARIE VLADMIRO OLIVEIRA DA  
SILVEIRA

Editoração Eletrônica DMS CRIAÇÃO  
Coordenação Editorial MARCELO  
ALEXANDRE BARBOSA  
Projeto Gráfico DMS CRIAÇÃO

Jornalista Responsável CARLOS ROBERTO  
DA COSTA (REG. MTPS 11.862)  
CTP, Impressão e Acabamento  
IMPrensa OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Capa: detalhe do Tribunal de Justiça de São Paulo.  
Foto: SEGUNDO PLANO.

A revista DIÁLOGOS & DEBATES é uma publicação trimestral da  
Escola Paulista da Magistratura, órgão do Tribunal de Justiça do Estado  
de São Paulo. Números atrasados podem ser solicitados (de acordo com  
disponibilidade de estoque) à Assessoria de Imprensa, a/c de Marcelo Bar-  
bosa, Escola Paulista da Magistratura, Rua da Consolação, 1483, 2º andar,  
CEP 01310-100, São Paulo, SP, tel. 3256 6781, fax. 3258 5912.

Redação e Administração: Escola Paulista da Magistratura, Rua da Conso-  
lação, 1483, 2º andar, CEP 01310-100, São Paulo, SP, tel. 3256 6781, fax.  
3258 5912. Envie seus comentários, críticas e sugestões sobre a revista para  
o e-mail dialogosdebates@uol.com.br ou para a revista Diálogos&Debates,  
Escola Paulista da Magistratura, Rua da Consolação 1483, 2º andar, CEP  
01310-100, São Paulo, SP, tel. 3256 6781, fax. 3258 5912.

# CIDADANIA E SUPERAÇÃO

Dois entrevistas dão peso específico a esta edição: a conversa com o ex-presidente da Suprema Corte do Uruguai, o reconhecido criminalista Milton Cairoli Fernández, e a entusiasmada fala do presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, desembargador Rômulo José Ferreira Nunes. O magistrado uruguaio lembra que “seguir a carreira demanda sacrifício; não basta apenas a vocação, é preciso conhecimento”, e alerta: “Falta interesse aos jovens em estudar e sobra aos advogados desídia em se aperfeiçoar”, alerta. O desembargador do Pará, após contar as muitas labutas e precariedades em que os juízes sob sua jurisdição operam, contrapõe: “É preciso combater ferozmente a morosidade processual que tem sido a pior mazel que flagela o Judiciário. O que o cidadão quer e busca é uma resposta rápida na solução de seus conflitos. Há, todavia, que considerar as peculiaridades regionais como os principais obstáculos à desejável rapidez na prestação jurisdicional”, diz.

Num belo e doutrinário artigo, o professor Vladmir Oliveira da Silveira, secundado por sua orientanda Vanessa Toqueiro Ripari, põe em foco a importância e a confluência entre globalização e cidadania hoje, principalmente com a ampliação da tutela dos direitos humanos fundamentais. O artigo “A Cidadania Regional Americana e o Ordenamento Jurídico Brasileiro” aborda a gênese histórica dos direitos, elucidando algumas mudanças que os conceitos de Estado e de cidadania apresentam hoje com o alargamento e o alcance dos direitos humanos.

Outra reportagem que enriquece este número é assinada por Gabriel Kwak. Ele se encontrou com um dos pesquisadores apontados entre os 100 brasileiros mais influentes do ano, o pesquisador Leandro Piquet Carneiro, que discorre sobre distintas formulações de hipóteses sobre as causas da violência, as estratégias de combate ao crime no Brasil e América Latina e o papel da Justiça nessa busca. “A agenda da segurança não dá votos”, sentencia Piquet.

Em sua reportagem, Helder Júnior mostra como a popularização da internet aumentou consideravelmente as ocorrências de crimes eletrônicos no país. Helder conversou, utilizando-se das ferramentas eletrônicas, com especialista que desmitificaram esse novo campo de ação do Direito e dão conselhos às vítimas da tecnologia. Já o jornalista e estudioso Rodrigo de Oliveira atravessou o mar para ir descobrir in loco como a língua de Camões triunfa em terras da

África, mais especificamente nas jovens democracias angolana e moçambicana. Rodrigo nos apresenta um primoroso painel com os importantes nomes da literatura luso-africana da atualidade. E das terras lusitanas vem uma novidade: Rodrigo Leão, um dos mais importantes nomes do cenário musical mundial, é resenhado em “Tão Perto, Tão Longe”.

Voltando a nosso Estado, o repórter Turu Goulart de Andrade foi conhecer a Comarca de São José do Rio Preto, cidade que se consolidou como polo comercial, mas hoje enfrenta os problemas comuns a todos os grandes centros, como conta o Dr. Luiz Fernando Dal Poz, juiz daquela comarca. A jornalista Aline Magalhães foi até o chamado “triângulo da morte”, a região de Capão Redondo, Jardim Ângela e Jardim São Luiz, na periferia da zona sul paulistana, para mostrar o trabalho de superação desenvolvido por Dagmar Garroux, idealizadora de um dos projetos sociais mais revolucionários do país. Militante do time dos que fazem a diferença, ela vem mudando a realidade de muitos jovens, como Gilson Martins, que garante: “A Tia Dag é uma mestra, ela espalha o vírus do bem”. Outra bela história de superação é contada por José Geraldo Oliveira: a trajetória do jovem tenor Jean William, filho de boias-frias do noroeste do Estado, rumo ao Metropolitan Opera House, de Nova York.

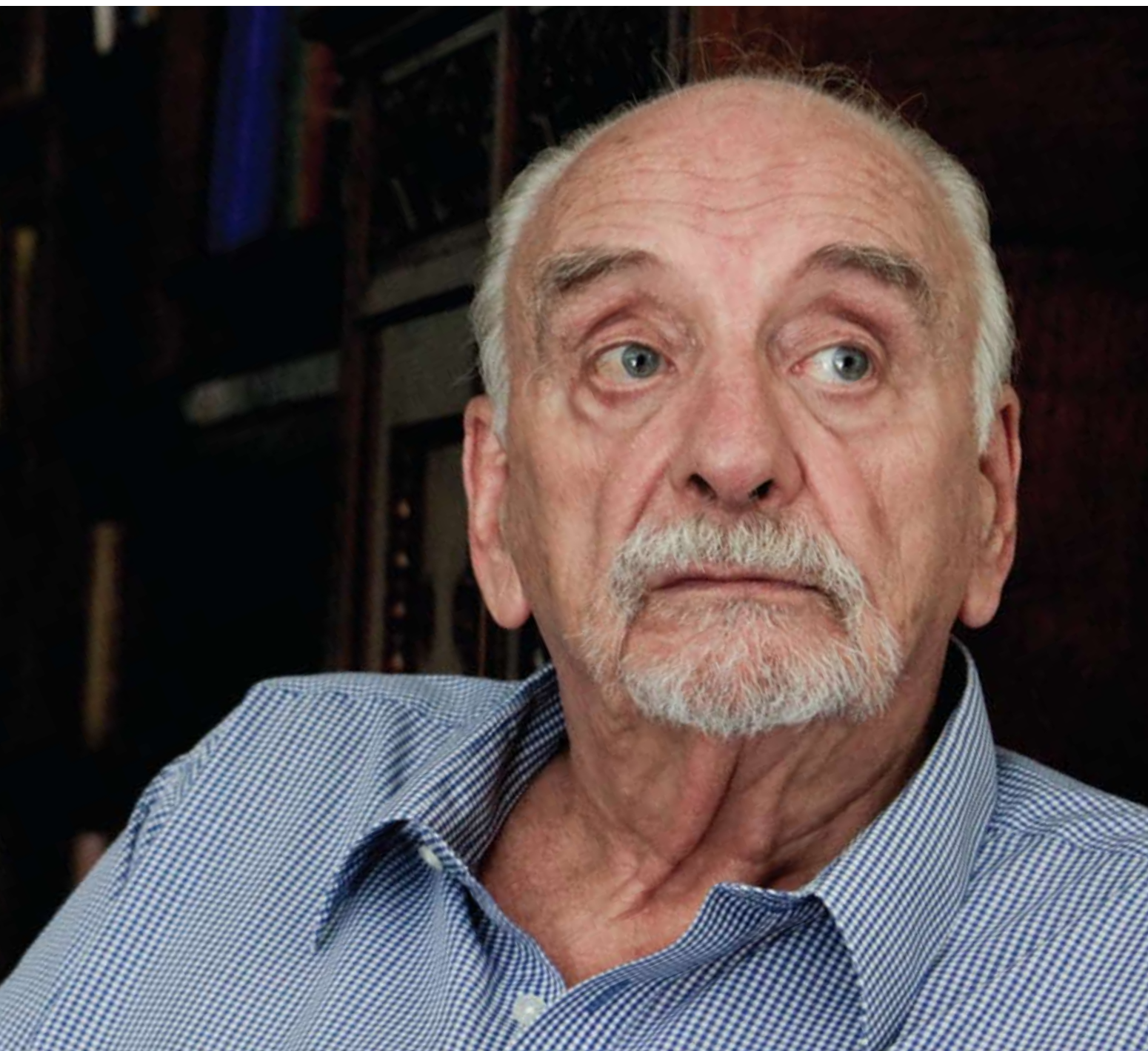
O bacharel e jornalista Rafael Gregório ouviu experts como Pedro Dallari e José Guilhon de Albuquerque para compor o artigo em que descortina os distintos panoramas da América Latina, mostrando como a política externa brasileira influencia os países vizinhos e amplia o prestígio do país no cenário internacional.

E ainda tem mais leituras e sugestões: Fábio Fujita comenta lançamentos do mercado editorial, como *Os Irmãos Karamabloch*, de Arnaldo Bloch, ou *Avenida Paulista*, de João Pereira Coutinho. Luísa Pécora resenha a obra de três diretoras, que com baixo orçamento e muita inteligência, desafiam a tradição machista de Hollywood e mostram que mulheres também sabem fazer bons filmes. E o professor Luís Mauro Sá Martino, em sua curta coluna, revela que para o filósofo Martin Heidegger interrogar é o caminho para entender a existência.

Boa leitura e até setembro!



CARLOS COSTA



# O MAGISTRADO PINTOR

*Para o ex-presidente da Suprema Corte do Uruguai, falta aos jovens interesse em estudar e sobra aos advogados desídia em se aperfeiçoar*

POR CARLOS COSTA FOTO JOSÉ GERALDO OLIVEIRA

Graduado em Direito pela Universidad de la República em 1960, o penalista uruguaio Milton Cairolí Martínez iniciou carreira como juiz de paz [substituto] em Florida, em março de 1965. No ano seguinte se tornava juiz letrado [efetivo], indo para Bella Unión, no departamento de Artigas. Passou pelas comarcas de Cerro Largo e Rosario até retornar a Montevideu em 1972, como juiz de instrução, chegando a ministro do Tribunal de Apelação Penal em 1978. Quinze anos depois, em maio de 1993, a Assembleia Geral (o Legislativo do Uruguai) o designou ministro da Suprema Corte de Justiça, presidida por ele em duas ocasiões, a primeira em 1997; a segunda em 2001. Em maio de 2003 se aposentou. Casado com Teresa Amanda Aguirre e pai de três filhas, Cairolí nasceu em 12 de junho de 1933 em Montevideu.

Especialista em Direito Penal, destacou-se como professor titular da escola onde se graduou e criou o curso de pós-graduação, em 1987. Fundou ainda o Instituto Uruguaio de Direito Penal, lançando a revista da instituição. Foi o primeiro uruguaio a ser convidado como bolsista pelo Instituto Max-Planck de Freiburg, na Alemanha. Seu currículo acumula participações em congressos e cursos ministrados em universidades brasileiras, argentinas, espanholas e italianas. Autor de livros relacionados com sua especialidade, publicou em 1990 o *Curso de Derecho Penal Uruguayo*, em quatro tomos, que lhe valeu o Prêmio Nacional de Literatura Jurídica em 1991. Escreveu ainda o *Código Penal Uruguayo comentado* (1992), entre outras obras. Figura marcante da cena jurídica do Uruguai, hoje com 77 anos, o magistrado se dedica a dar aulas e a pensar o direito penal. Ele recebeu *Diálogos & Debates* em uma manhã de muito calor na longa avenida General Rivera, em Montevideu, onde mora. Econômico nas palavras, entre livros e memórias familiares, falou de sua trajetória e foi categórico ao dizer que é importante o aperfeiçoamento contínuo do advogado para não se tornar apenas “um gordo com dinheiro no bolso”. A seguir, trechos da conversa.

**Diálogos&Debates Ao ler sobre o senhor enquanto preparava esta conversa, apareceu na internet um site com obras de um pintor, telas cotadas a 500 dólares...**

**Milton Cairol** Martínez Sou eu mesmo [risos]. Mas nunca vendi nenhum quadro [risos]. Foi um genro que os colocou à venda na internet. Comecei a pintar nos anos 90, antes de me tornar juiz da Suprema Corte de Justiça. Realizei algumas exposições no Colégio dos Advogados e na Suprema Corte. Gosto do estilo figurativo, sobretudo de paisagens com referências impressionistas. Meu avô paterno, Vittorio Carioli, ele sim era um grande professor de desenho e artista [mostra o diploma da exposição internacional de Turim, 1911, de que o avô participara.] Ele me ensinou algumas coisas. Tive aulas com um cunhado que morou na França e me ensinou a técnica de luz e sombra. Mas me considero um autodidata.

**O senhor, portanto, descende de italianos?** Meu avô veio para o Uruguai e se instalou aqui no fim do século XIX, em 1880 mais ou menos. Meu pai era advogado e foi professor e secretário da Faculdade de Direito aqui em Montevideu.

**Família de artistas e advogados?** Uma parte sim. Meu avô materno era carpinteiro [mostra um móvel da sala], esse armário ele fez à mão. Era um entalhador de grande habilidade.

**Como foi sua trajetória?** Nasci em Montevideu em 1933. Entrei para a faculdade de direito em 1952. Levei oito anos para me formar. Na metade do curso estava com 21 anos e precisei começar a trabalhar. Cheguei a pensar em abandonar as aulas por causa disso: era difícil conciliar. O meu pai me incentivou para que eu não abandonasse o curso. Ouvi o conselho e segui até me formar em 1960.

**Nesse período o senhor trabalhava no escritório de seu pai?** Não, nessa época ele fechara a banca para dedicar-se unicamente à faculdade, como professor e secretário. Fui trabalhar num

escritório de advocacia. Em 1965 entrei para o Judiciário como juiz de paz em Florida, a 100 km de Montevideu.

**E como foi o ingresso na magistratura?** O ingresso acontecia por meio de manifestação de interesse dos cinco ministros da Suprema Corte, que diante das necessidades aprovavam ou não o ingresso. Fiquei dois anos em Florida e no ano seguinte fui nomeado juiz letrado para uma vaga na cidade de Bella Unión, em Artigas, na fronteira com o Brasil. Fiquei apenas alguns meses. A Corte ficou satisfeita com o trabalho que eu desenvolvia e houve uma vaga em Cerro Largo, então fui promovido para lá. Em seguida fui para Rosario, perto de Colonia, em maio de 1970.

**Como é a rotina de um juiz letrado?** É um pouco distinto do Brasil. Na época em que trabalhei no interior era juiz de todas as matérias. Hoje isso está dividido. Penal é uma coisa, civil outra. Na época me ocupava de todas as modalidades do direito.

**O senhor foi juiz em tempos de ditadura.** Em 1973 eu já trabalhava em Montevideu e não tive nenhuma causa que possa considerar importante até o ano de 1974. Nesse ano, o Tribunal Supremo, que era um tribunal militar, decretou uma lei que transferia todas as causas para o código penal militar. Então, os juizes de carreira ficaram responsáveis apenas pelos pequenos litígios de família, pequenos furtos. Nenhuma causa importante.

**De 1972 até 1977 o senhor foi juiz de instrução em Montevideu.** Esse cargo não existe mais. O juiz de instrução não ditava sentença, seu papel era fundamentar a sentença e outro juiz, de 1ª instância, se encarregava da sentença. A partir de 1975 cheguei a juiz de 1ª instância na área penal.

**E em 1978 o senhor foi nomeado ministro do Tribunal de Apelação Penal de 2º Turno.** Esse cargo é o equivalente ao de desembargador no Brasil. Nele permaneci durante 15 anos. Em 20 de maio de 1983 fui promovido para a Suprema Corte. Fui o último ministro da Suprema Corte votado em nosso país. A partir daí todos os outros entraram pela cláusula da Constituição que diz que “se 90 dias depois de publicado o cargo para a Suprema Corte a Assembléia Geral não eleger um candidato, fica eleito o mais antigo do Tribunal de Apelação. O último eleito fui eu [risos]. Todos os seguintes entraram por decurso de prazo [risos], por uma razão simples, nunca se reúne a maioria necessária para realizar a escolha. Quando fui promovido havia, entre outras exigências, a de ser professor da faculdade de direito. Tanto é que depois de mim não entrou nenhum especialista em direito penal, apenas civilistas foram para a Suprema Corte.

**O senhor esteve na Corte até 2003 e a presidiu por duas ocasiões. O cargo de presidente é de apenas um ano. Não é pouco tempo?** Um ano é nada. Sem contar que é preciso dispor da boa vontade dos outros quatro, pois somos apenas cinco e é necessário ter maioria para quase todas as decisões. Em nosso pequeno tribunal, três já formam maioria. Por exemplo, na Argentina são sete ministros, eram nove. Sete seria o número ideal, pois se pode dividir em duas câmaras, uma para o civil, outra para o penal, e todos juntos para questões constitucionais. O ministro da Suprema Corte tem muito trabalho, há muito a decidir, pois são processos de cassações (julgamento de recursos) e de inconstitucionalidade. No Brasil é mais complicado, claro, pois existe ainda a Justiça Federal e a Estadual. Como não somos federação só existe uma. Há ainda a Justiça militar e a do trabalho, mas a militar nesse momento está meio em baixa.

**Em 1982 o senhor foi bolsista do Instituto Max Planck na Alemanha.** Fui o primeiro juiz do Uruguai a receber esse convite. Obtive uma licença especial e permaneci ali durante cinco meses. Mi-

na pesquisa esteve voltada para o Direito Penal. Em 1982 eu já era professor na faculdade de Montevideu, encarregado de um grupo de pesquisa sobre aborto, não era ainda catedrático. No instituto na Alemanha havia uma grande biblioteca com imensa quantidade de publicações de todo o mundo, inclusive as uruguaias, sobre direito penal, com obras que aqui não podíamos conseguir. Então me dediquei a estudar a fundo o direito penal, fiz muitas anotações. Eu dispunha de um belo escritório, que dividia com um holandês e um alemão, mas eles quase não apareciam, então tinha todo aquele espaço para trabalhar. De manhã ia para o instituto estudar alemão, à tarde mergulhava nos estudos.

**Antes de ir para a Alemanha já havia terminado o doutorado?** Quando fiz o curso na Universidade de la República não havia necessidade de escrever tese. Escrevi um texto sobre direito autoral, posteriormente publicado na revista da faculdade. Até este ano de 2009 dei aulas na universidade e agora dirijo o Instituto de Direito Penal da universidade. Esse centro reúne os professores de direito penal da universidade e é um espaço para discussão de temas mais técnicos e se isso pode ser levado para a sala de aula. Também editamos uma revista.

**Como está o ensino do Direito hoje no Uruguai?** Não sei da realidade brasileira, mas aqui é muito difícil organizar um curso de pós-graduação.

**Por exigências do Ministério da Educação?** Não. Diria que por desídia dos advogados, que não querem fazer cursos de especialização. Como são cursos não obrigatórios, preferem não fazer. Alegam falta de tempo e que não irão aprender mais do que já sabem. Como diretor do Instituto, organizo todos os anos dois cursos, e não existe muita procura. Em 1985, quando voltou a democracia ao país com a eleição do presidente Julio Sanguinetti, abriram-se algumas faculdades privadas, como a Católica, a Universidade de Montevideu, a de Punta del Este, com filiais em distintos lugares do país. Não foi uma

proliferação tão grande como no Brasil. Mas o panorama é difícil, paga-se muito pouco aos professores, eles precisam trabalhar como advogados para se manter, a qualidade do ensino se esvai. Em resumo, caiu muito a qualidade. Muito mesmo. Isso começa com os estudantes que estudam cada vez menos, não têm interesse para a investigação. E os professores percebendo essa falta de interesse baixam o nível de exigência. A escola de direito da Universidade de la República já esteve entre as 40 melhores do mundo. Hoje não mais. Então por esse barateamento geral é que no próximo ano irei me aposentar. Prestarei alguma ou outra consultoria.

**Ao lado do edifício da Suprema Corte há uma passagem que se chama “Passeio dos Direitos Humanos”. Como está a discussão da anistia aqui no Uruguai?** Em 1985 se editou uma lei de anistia declarada constitucional pela Suprema Corte. Nela se declara a anistia de todos civis ou militares que participaram da repressão durante a ditadura. Nunca se voltou a discutir o tema. Recentemente houve um movimento para declará-la inconstitucional: o presidente Tabaré Vázquez entendeu que a lei não anistia tortura e assassinatos. Os militares, os grandes repressores da época da ditadura, estão presos neste momento. A lei permite que ocorra um plebiscito para que os uruguaios decidam se é constitucional ou não.

**O senhor acredita que é melhor esquecer?** É difícil falar sobre isso. Para as pessoas que perderam um filho, uma mãe ou pai é difícil esquecer. Eu, que não fui afetado, não me levaram nada e nem mataram ninguém da minha família, posso dizer que o melhor é esquecer. Mas para quem sofreu é muito mais difícil. Compreendo a dor daqueles que sofreram e sofrem e posso dizer que chego a entender esse sentimento de vingança.

**A violência é um tema atual de nosso tempo.** Já tenho alguns bons anos de vida e digo que isso mudou muito. O mundo

está muito mais violento. Muitíssimo mais violento. Lembro que em nossa casa – eu, minha esposa e filhas – dormíamos com a porta aberta. Tanto que o leiteiro entrava cedinho e deixava o leite na mesa da cozinha. Era comum as chaves ficarem na direção do carro. Havia certo código de conduta moral entre os delinquentes. Hoje não existe mais. Não há respeito.

**Código de moral entre delinquentes?** Por exemplo, não roubavam pessoas idosas, não atacavam com violência. Hoje assaltam idosos e inválidos, são violentos, não respeitam nada. Muito disso é ocasionado pelas drogas. Às vezes assaltam simulando ter uma arma, pois sabem que a reação de qualquer um é ceder. Uma arma é um perigo. Aumentou a violência.

**O senhor ainda tem contato com a justiça?** Sim. A Escola Judicial, dirigida pela Suprema Corte, me convidou para realizar alguns cursos, mas isso faz uns quatro anos. Depois não recebi mais convites. Hoje estou mais ligado ao meio docente. Sou requisitado também como advogado, para consultorias. Faço com gosto e isso dá bons resultados, creio que realizo um bom trabalho.

**Qual sua mensagem para os juizes de São Paulo?** Quando tive contato com os magistrados de São Paulo me senti muito bem, sobretudo com os juizes do então Tribunal de Alçada Criminal. Tive a satisfação de presenciar os trabalhos deles e posso dizer que vi como as coisas funcionavam bem ali. Guardo excelentes recordações. Para um jovem que deseja ingressar na magistratura, direi que é fundamental estudar muito. Aperfeiçoar sempre. Seja fazendo os cursos na Escola da Magistratura ou em outra faculdade. Estar em constante processo de aprendizado. Para seguir a carreira é preciso sacrifício. Não basta apenas a vocação, é preciso conhecimento. Creio que é isso que falta aos jovens advogados do Uruguai. Eles se formam e começam a trabalhar, passam a receber um bom salário e estacionam na carreira. Ficam gordos e preguiçosos com o bolso cheio de dinheiro [risos].

# O CONTINUÍSMO NA AMÉRICA SECUNDÁRIA

*Como a política externa brasileira influencia os países vizinhos e projetá o Brasil para além do status de líder regional, ampliando o prestígio do país no cenário internacional*

POR **RAFAEL GREGÓRIO**

**D** assada a euforia com a eleição do primeiro presidente negro dos Estados Unidos, a América Latina contabiliza o saldo de um 2009 ainda conturbado, principalmente em função da crise econômica internacional deflagrada nos EUA com a quebra do Lehman Brothers, em 2008. Entre avanços e retrocessos, Barack Obama experimenta o choque de realidade, ao mesmo tempo que a imprensa mundial e líderes internacionais ascendem Luiz Inácio Lula da Silva ao posto de ídolo, quase mito. Status muito bem recebido pelo presidente brasileiro, diga-se, em busca obstinada pela eleição de um sucessor.

Ameaças à paz e à estabilidade democrática parecem marcar a política sul-americana em 2009. O bolivarianismo, encabeçado por Hugo Chávez, se apresentou em discursos menos prolixos, é verdade, mas não faltaram polêmicas. E a América do Sul assiste à consolidação de governos que, a despeito de programas esquerdistas, rejeitam paralelos com o modelo bolivarianista – uma via alternativa que adotou Lula como referência e símbolo maior.

## A AMÉRICA SECUNDÁRIA

Barack Obama tomou posse em 20 de janeiro deste ano. Após meio ano de sua administração, o cenário de mudança desenhado na campanha presidencial se revelou diferente do esperado. Eleito, o presidente americano ainda não conseguiu materializar boa parte do discurso de transformação que o elegeu, aí incluídas as relações com a América Latina.

Mesmo em tempos de crise econômica e recessão interna, diversos sintomas apontam para a manutenção da tradicional pouca relevância dada à região latino-americana. “A crise ameaçava provocar efeitos de desestabilização no continente. Porém, questões como o terrorismo e a proliferação nuclear ainda são as principais preocupações dos EUA”, diz José Augusto Guilhon de Albuquerque, professor fundador do Núcleo de Relações Internacionais da Universidade de São Paulo (USP). “Nesse cenário, a América Latina continua sendo secundária.”

Episódios como o das bases militares na Colômbia, o recuo na desativação da base de Guantánamo e a manutenção de embargos contra Cuba, além da crise em Honduras, reforçam a ideia de continuísmo.

Às voltas com a oposição republicana, dentro de um cenário interno conservador e cada vez menos benevolente, Barack Obama parece descobrir um terceiro obstáculo para mudanças na política externa: a grave situação das relações internacionais dos EUA.

A influência da direita no país é tão decisiva no governo democrata quanto fora no republicano. O caso Arturo Valenzuela (nome indicado por Obama para representar os EUA junto à América Latina) é ilustrativo. A aprovação pelo Senado, neste meio de ano, se operou sob pressão dos congressistas, especialmente do republicano Charles Grassley, defensor da sobretaxação do etanol brasileiro. O governo recuou. E, até aqui, foi um dos maiores fracassos de Obama.

Dentro e fora do país, essas incoerências começam a repercutir e a incomodar. Pesquisas da CNN e do USA Today revelam que a aprovação de Obama baixou, após seis meses de governo, de mais de 70% para aproximadamente 55%. Índices semelhantes aos de George W. Bush, considerando o mesmo tempo de mandato. E apesar do prestígio junto aos latinos, o Governo Obama vem mantendo os mesmos critérios da era Bush para as relações com a América Latina: unilateralidade, imposição, descumprimento de tra-

tados e organizações e combate ostensivo a ideologias esquerdistas, em especial à figura de Hugo Chávez.

## UMA NOVA DIPLOMACIA BRASILEIRA?

Sintomaticamente, enquanto a boa vontade da imprensa mundial parece minguar com Barack Obama, cresce o prestígio internacional do presidente Lula. Também pudera: em tempos de crise geral o Brasil demonstrou solidez na economia. Em 2009, durante almoço do G20, o ex-metalúrgico foi chamado de “o cara” pelo presidente americano. E, à semelhança dos inéditos 80% de aprovação no Brasil, Lula atingiu o status de referência internacional. Isso porque, nas palavras do brasileiro, o país foi “o último a entrar e o primeiro a sair [da crise]”.

Desde o fim da Segunda Guerra Mundial, o foco da diplomacia brasileira foi manter relações externas amistosas, um ambiente favorável para o desenvolvimento econômico do país. Essa tendência ou predisposição serviu de base para o reconhecimento da credibilidade do Brasil. Mas, nos últimos anos, os tradicionais critérios de não intervenção e diálogo multilateral foram, em parte, substituídos por posturas mais independentes e assertivas. Como, por exemplo, o pleito por um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU, tendo como argumento os serviços prestados na missão de paz no Haiti; a associação com países desenvolvidos (G20) e periféricos (G77); a recusa da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA); mediações autônomas em conflitos regionais sul-americanos; e a criação da União de Nações Sul-Americanas (Unasul), além do aumento em investimentos militares.

Segundo José Guilhon, essas mudanças não são altruístas. “A política externa do Governo Lula levou o foco do crescimento para a criação de um pólo alternativo de poder internacional que visa cultivar a liderança pessoal do presidente Lula”, afirma.

Na esteira contrária, Pedro Bohomoletz de Abreu Dallari, professor de Direito Internacional da USP, questiona tais mudanças. “Daqui a cem anos, o período que vai de Sarney a Lula será visto como uma fase de transição marcada pelo acúmulo de projetos iguais. Do ponto de vista estrutural, o que mudou na política externa brasileira? É uma linha de continuidade”, afirma.

# O Brasil representaria um intermediário entre pólos conflituosos: a potência norte-americana e a insurgência bolivarianista de Hugo Chávez

O fato é que o Brasil (e Lula) tem se destacado no cenário internacional em função do vácuo deixado pelos EUA, antes líder e referência para as economias ocidentais. Para Pedro Dallari, a importância do Brasil decorre da sua capacidade de interlocução internacional. “O país tem a confiança do mundo em desenvolvimento e, ao mesmo tempo, possui uma cultura política e jurídica muito próxima do mundo desenvolvido ocidental”, explica o professor.

O carisma e a popularidade de Lula chamam a atenção – é como se tivesse se tornado uma alegoria da visão que o mundo tem do país. Na definição de Pedro Dallari, “é o cara que vai ao Complexo do Alemão [favela carioca] e à Fiesp com total tranquilidade, sendo aplaudidíssimo em ambos”. O modelo de gestão brasileiro já é referendado como via independente por líderes locais, como José Mujica e Mauricio Funes, eleitos presidentes do Uruguai e de El Salvador. O Brasil representaria um intermediário entre polos conflituosos: a potência norte-americana e a insurgência bolivarianista de Hugo Chávez. E, considerando as eleições presidenciais que se avizinham aqui, existe consenso entre os especialistas: vença quem vencer, pouco ou nada deve mudar nas condutas diplomáticas brasileiras.

## O BOLIVARIANISMO RETRAÍDO

A esquerda latino-americana mais uma vez concentrou atenções. Unidos sob a Alternativa Bolivariana para as Américas, que prega resistência ao imperialismo, países como Venezuela, Bolívia, Cuba e Nicarágua comemoraram a adesão formal do Equador. Chávez, líder da insurgência socialista local, completou em fevereiro dez anos no poder. Seu primeiro mandato ficou marcado por conquistas nos setores sociais, além de massiva ascensão de populações antes miseráveis. Segundo Pedro Dallari, os fenômenos Chávez, Evo Morales e Rafael Corréa são positivos sob a perspectiva processual. “Se antes haviam segmentos alijados do processo político-eleitoral, agora eles foram mesmo incorporados”, diz.

Nos últimos anos, porém, Chávez tem comprometido os avanços do governo com gastos cada

vez mais vultosos em nome do “socialismo do século XXI” – algo que nem ele sabe definir. Gastos principalmente nos acordos militares e nos processos de nacionalização. Os confrontos entre poder público e iniciativa privada, aliás, dão a tônica da política venezuelana recente. Nesta última temporada, o governo desapropriou o banco Santander e as americanas Cargill e Coca-Cola, entre outras. Em maio, 60 companhias petrolíferas foram nacionalizadas de uma só vez para a construção de um posto de produção estatal. Tanta hostilidade custa caro. Estimado em 6 bilhões de dólares. O ônus venezuelano em função dessas operações também agrava uma situação já fragilizada no país pelas baixas na cotação do petróleo durante a crise internacional. Somados ao controle artificial do câmbio, que mantém a moeda local no patamar de US\$ 2,15 (tornando as importações mais atraentes do que a produção interna), a economia derrapa. Hoje, 94% das exportações venezuelanas têm origem no combustível. E o país importa mais da metade dos alimentos que consome.

Hugo Chávez tem poucos motivos para celebrar. Conseguiu sim aprovar a reeleição ilimitada em março, mas a vitória apertada – 54% a favor, 46% contra – revelou perda de poder. Problemas sociais como o aumento da violência, a degeneração dos sistemas de saúde e educação, além das mencionadas dificuldades de abastecimento, alimentam a oposição, que já mira vitória nas eleições parlamentares de 2010. Os aliados mais próximos, Evo Morales e Rafael Corréa, a despeito das recentes vitórias eleitorais, não são capazes de sustentar com meios próprios a busca socialista em seus países. Desse modo, a plataforma ideológico-revolucionária de Hugo Chávez na América Latina perde força.

## GUERRA E PAZ

Nos últimos meses, a região latino-americana chegou muito perto de conhecer guerras entre seus membros. Por um lado assistimos à cordialidade entre bolivarianistas e Obama durante a 5ª Cúpula das Américas, que motivou até promessas de Chávez de restituir seu embaixador em Washington. Por outro, porém, o venezuelano ameaçou retirar-se da OEA

em defesa de Cuba, aproximou-se de nações polêmicas como Líbia e Irã e fechou contratos militares com China e Rússia para a compra de tanques e mísseis.

Com a Colômbia, as tensões venezuelanas chegaram a níveis extremos. Confrontos entre paramilitares e implosão de pontes e estradas na fronteira entre os dois países, além de prisões e retaliações econômicas de ambos os lados, tiveram a gota d’água na confirmação do tratado de cooperação internacional da Colômbia com os Estados Unidos.

Uma extensão do Plano Colômbia, o novo acordo prevê a instalação de até sete bases militares dos EUA na região da floresta amazônica colombiana e o deslocamento para o país de quase 1,5 mil funcionários norte-americanos, entre militares e civis. O que gerou desconforto inclusive no Brasil, incomodado com a extensão territorial coberta pelos aviões americanos, muito além do necessário para combater o narcotráfico. Chávez esteve prestes a declarar guerra ao convocar a população para “combates iminentes”, mas predominou a interlocução de Lula, na reunião da Unasul, evitando o confronto.

## E A VIZINHA ARGENTINA?

Ainda às voltas com reflexos da crise institucional e econômica que resultou em moratória em 2002, os hermanos vivem uma dura realidade. O calote minou a confiança dos investidores internacionais, afastou empresas, revoltou credores, desvalorizou a moeda, gerou desemprego e níveis recordes de pobreza. Os governos de Nestor Kirchner e sua esposa e sucessora, Cristina, renegociaram dívidas e melhoraram indicadores, mas não o suficiente para diminuir as sombras que pairam sobre o horizonte argentino.

O governo continua adotando medidas polêmicas (como a estatização dos fundos de pensão), envolvendo-se em embates com produtores rurais e conglomerados econômicos, em especial o poderoso Grupo Clarín, de comunicação. O resultado, como previsto, é o descontentamento popular, fator determinante para a derrota governista nas urnas em junho. Maioria no Congresso Nacional desde 2003, os Kirchner vivem hoje a realidade de um novo Legislativo, no qual o Partido Justicialista (ou Peronista) não é predominante.

Tantos problemas internos reduziram a relevância do país no cenário internacional e revelam traços peculiares de sua cultura política. Condenada pelo peronismo, a Argentina segue dele dependente. No campo das relações externas, o casal Kirchner já deu mostras de má vontade em respaldar o protagonismo do Brasil – rivalidade aparentemente mal calculada, que deve contribuir ainda mais para o iso-

lamento da Argentina. Segundo Pedro Dallari, já há outro ator em cena. “Quando resolver os problemas internos”, diz, “a Colômbia irá passar a Argentina.”

## O BRASIL EM HONDURAS

Finalmente, cumpre pontuar a atuação do Brasil em Honduras, o mais relevante episódio em relação à diplomacia brasileira nos últimos anos. Eleito em 2005, o presidente Manuel Zelaya ambicionava alterar a Constituição, dentre outros motivos para permitir a reeleição. Uma consulta popular foi agendada para o dia 28 de junho, pelas vias de um segundo decreto executivo – o primeiro, de mesmo teor, havia sido julgado inconstitucional dias antes. Seguindo o script latino-americano à risca, na data do plebiscito, soldados empunhando metralhadoras retiraram Zelaya e sua família do palácio presidencial, de pijama, e os levaram num helicóptero para deportação imediata à Costa Rica. A justificativa da oposição e dos militares foi a de que Zelaya violara a Constituição e, portanto, deveria ser substituído por um governo interino até as novas eleições, em novembro. Mas contradições como a falta de previsão constitucional para o impeachment e a destituição pelo Legislativo, quando a competência seria do Judiciário, puseram em xeque a legitimidade do processo.

O episódio se transformou numa crise internacional. A OEA condenou o evento como golpe militar e exigiu a imediata restituição do presidente eleito ao poder, sendo acompanhada pela maioria dos países da América Latina e do mundo, inclusive pelos Estados Unidos. Financiamentos e importações foram cancelados e a solução para o conflito parecia iminente.

Entretanto, os norte-americanos recuaram na decisão, causando um incidente diplomático sem precedentes com o Brasil, que não poupou críticas à política externa de Obama. A esta altura, o Brasil dava abrigo a Zelaya na embaixada em Tegucigalpa, numa tentativa de fazer o presidente eleito retornar a Honduras.

A participação do Brasil em Honduras suscita opiniões antagônicas. Para José Guilhon, “foi completamente equivocada. Não temos interesse na região, e partimos para uma intervenção completamente contrária à nossa tradição, incoerente com a forma como atuamos na América do Sul”, afirma.

Pedro Dallari enxerga a questão de outra perspectiva: “Juridicamente, a posição brasileira foi consistente. O país não discordou do entendimento geral internacional. Afinal, receber Zelaya como asilado significaria negar sua condição política legítima”, explica. “A posição brasileira foi um fator de constrangimento para o governo golpista”, acredita. ☒



*Para o presidente do Tribunal de Justiça do Pará, desembargador Rômulo José Ferreira Nunes, há ainda muito caminho a percorrer, mas a meta da magistratura é*

# A BUSCA DO BEM-ESTAR DA SOCIEDADE

POR CARLOS COSTA FOTOS JOSÉ GERALDO OLIVEIRA



**N**ascido no município amazonense de Itacoatiara, Rômulo José Ferreira Nunes ingressou na Faculdade de Direito do Amazonas em 1971 e foi completar o curso cinco anos depois na Universidade Federal do Pará, em Belém. O pai, Theodorico Almeida Nunes, trabalhava na extinta Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia – que depois se transformou na Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia – e fora transferido para a capital paraense, levando consigo a família. Formado, inscreveu-se na OAB-PA, exercendo a advocacia até 1979, quando passou em primeiro lugar no concurso para juiz de Direito. Começou sua primeira missão em Oriximiná. “Uma comarca distante, de difícil acesso. Tinha que apanhar um avião até Santarém, esperar o dia todo para, à noite, seguir de barco até o município. Trabalhei ali por um ano e dois meses”, lembra-se. Uma região com problemas de invasão de terras e de meio ambiente, por causa da Mineração Rio do

Norte, instalada no lugar.

Em 1981 foi removido para Igarapé-Miri, onde permaneceu por dez anos, até 1990, quando foi promovido por merecimento à Comarca da Capital, lotado, primeiramente, na 3ª Vara Penal. A partir de 1994 ocupou como titular, desde a sua criação, a 21ª Vara Cível, da Fazenda Pública Estadual e Municipal. Participou ainda da Comissão Estadual Judiciária de Adoção Internacional (cargo que ocupou até 2000), e do Tribunal Regional Eleitoral em 1998, na representação dos juízes estaduais, presidindo também a 1ª Turma Recursal dos Juizados Especiais do Estado do Pará.

Em 2000, aos 49 anos, chegou por merecimento ao Tribunal de Justiça do Pará como desembargador, integrando a 1ª Câmara Cível, sendo depois relotado na 2ª Câmara Criminal. Autor de diversos textos de direito publicados na revista do TJ-PA, na Revista da Associação dos Magistrados do Estado do Pará e no Boletim dos Juizados Especiais do Estado do Pará, é autor do livro *Responsabilidade do Estado por Atos Jurisdicionais* (LTR Editora, 1999), resultado de sua dissertação de mestrado na UFPA. Foi agraciado com diversas comendas, como o colar do Mérito Advocatício-Grau Ouro, conferido pela OAB-PA; Mérito Institucional do Ministério Público do Pará; e a Ordem do Mérito Grão-Pará, entre outras. É membro efetivo do Instituto Brasileiro de Direito Eleitoral e do Conselho Superior da Escola da Magistratura do Estado. Para esta entrevista, ele recebeu a reportagem de *Diálogos & Debates* em seu gabinete na Presidência do Tribunal de Justiça do Pará.

**Diálogos & Debates** O presidente argentino Domingo Sarmiento escreveu em um de seus livros que “o problema que aflige a Argentina é a extensão”. Qual o problema que mais preocupa o presidente do Tribunal de Justiça do Pará? **Rômulo José Ferreira Nunes** Nosso grande problema também é a extensão territorial. O Pará, como a Amazônia em geral, possui peculiaridades geográficas e climáticas que o diferem das demais regiões do país, a começar pelas dimensões continentais e as consequentes dificuldades de distâncias e deslocamentos. Não é fácil deslocar-se de uma cidade para outra. Temos comarcas que distam da capital cerca de duas horas de avião e isso causa um grande problema de comunicação. É um entrave para nós a questão das distâncias, às vezes queremos resolver com rapidez um assunto e não encontramos resposta para isso. São

distâncias colossais em um Estado com seus mais de 1 milhão e 253 mil km<sup>2</sup>, separando a justiça dos jurisdicionados. Há acessos que vão de barquinhos a aviões, como é o caso de Jacareacanga, distante de Belém mais de 1.700 quilômetros, quase uma Belém-Brasília. Nas regiões de maior densidade migratória, por isso mais expostas a conflitos, principalmente de natureza fundiária, demandando mais ações na justiça, essas dificuldades se agravam, pois exigem, também, maiores estruturas físicas e operacionais.

**Alguma luz no fim do túnel?** Acabamos de assinar um convênio no Conselho Nacional de Justiça (CNJ), a fim de minimizar esse problema. Espera-se que realmente dê certo. Conseguimos contornar de alguma forma esse tipo de problema pela operacionalidade de polos judiciários e as facilidades proporcionadas pela informática. Mas sem dúvida alguma a dimensão territorial do Estado é um problema que temos de enfrentar e estamos enfrentando.

**A morosidade é também um problema a ser enfrentado?** É preciso combater ferozmente a morosidade processual que tem sido a pior mazela que flagela o Poder Judiciário. O que o cidadão quer e busca é uma resposta rápida na solução de seus conflitos. A resolução das contendas, por mais complexas que sejam, não pode se eternizar, a tal ponto de causar a desesperança em muitos. Há, todavia, que considerar as peculiaridades regionais como os principais obstáculos à desejável rapidez na prestação jurisdicional.

**Como o Tribunal está driblando essas dificuldades que a natureza e os condicionamentos socioeconômicos impõem?** As 108 comarcas em atividade, cobrindo os 144 municípios do Estado, têm sido dotadas de novos prédios, ampliadas as suas estruturas físicas e modernizadas com as tecnologias da informação, que tanto agilizam a tramitação processual como facilitam pela interligação online, procedimentos antes somente viáveis pelos meios convencionais de transporte e de correios.



Ao mesmo tempo, concursos sucessivos para juízes e serventuários buscam superar a falta de magistrados para as necessidades enfrentadas. O certo é que estamos caminhando para o ideal, tanto para as titularidades e substituições, de modo a assegurar a continuidade processual e atendimento às crescentes demandas nas dezesseis regiões judiciárias em que se divide o Estado.

**O senhor há poucas semanas percorreu mais de mil quilômetros visitando e ouvindo juízes das diversas comarcas. Como é o dia a dia do presidente?** Assim que assumi realizei uma série de reuniões com os nossos juízes, e essas reuniões nos permitiram recolher informações e sugestões sobre a realidade das diferentes comarcas, cada uma com sua realidade e suas necessidades, para poder adotar providências adequadas às respectivas carências, buscando a melhoria da prestação jurisdicional. Mas mesmo assim achei necessário como presidente do Tribunal ir conhecer essa realidade de perto. Na primeira quinzena do ano,

percorri em três dias doze comarcas, num total de 1.528 quilômetros rodados. Nós saímos daqui numa quinta-feira às 6 da manhã, percorremos a PA-150, começando pelo município de Barcarena, fomos daí para Abaetetuba, Igarapé-Miri, Moju, Tailândia. Chegamos até a cidade de Marabá. Ali tivemos de prestar uma atenção maior porque é uma comarca de grandes dimensões e onde também estamos reconstruindo o fórum. No início tivemos alguma dificuldade de localizar juiz e servidores. E havia uma reclamação muito grande da região, onde se dizia que “estava esquecida”. Então passei a dar maior atenção àquela região. Depois dessa visita e vendo a dificuldade de Marabá, onde dormimos, fomos para São João do Araguaia, Dom Eliseu, Paragominas.

**Por que Marabá é foco de tanta atenção?** Em Marabá temos uma Vara Agrária e o nosso juiz concedeu algumas liminares de reintegração de posse que não foram cumpridas porque o Poder Executivo sempre alegava dificuldades financeiras ou a necessidade de tropas para garantir a reintegração, já que havia muita resistência por parte dos invasores de terra. O CNJ, juntamente com o Tribunal de Justiça, levou a efeito uma semana de reconciliação que foi muito produtiva. Nós conseguimos tirar pessoas das terras invadidas por meio de conversas. O nosso juiz agrário teve uma participação ativa juntamente com alguns juízes do CNJ. Foi muito proveitoso, tanto que atualmente temos em Marabá poucos mandados a serem cumpridos.

“ No começo do ano, percorri em três dias doze comarcas, com 1.528 km rodados. É preciso que o presidente do TJ conheça de perto as necessidades dos jurisdicionados ”



**Ou seja, no Pará a Justiça está arregaçando as mangas?**

Operacionalmente, os resultados têm sido satisfatórios nos graus de jurisdição. Um dos melhores testemunhos da superação das dificuldades geográficas e de suas consequências operacionais está no comportamento do TJPA no recente cumprimento da Meta 2, definida pelo Conselho Nacional de Justiça e destinada a zerar a carga de processos ajuizados até 2005. Nossos magistrados ficaram entre os quatro primeiros colocados em produtividade processual entre os 27 Tribunais de Justiça do país. As demais nove metas estabelecidas também estão cumpridas, com destaque para a conclusão do Planejamento Estratégico Quinquenal, fruto de reuniões participativas de todos os segmentos do Judiciário. Os resultados, homologados pelo Pleno do Tribunal, passaram a referenciar as medidas para a melhoria da prestação jurisdicional.

**O Pará ganhou manchetes internacionais com as trágicas brigas pela posse de terra. O caso da Irmã Dorothy foi o mais famoso. Qual a gênese disso?**

Esse é um problema histórico no Estado. Grilagem de terra sempre houve, ainda que as corregedorias do interior tentem lutar para acabar com isso. Acontece que o Pará é muito grande e recebemos um número enorme de migrantes vindos de outros Estados, principalmente do Maranhão e Piauí. Não encontrando o trabalho esperado, se põem a invadir terras dos outros. Evidentemente há reação por parte dos proprietários. A invasão de terra é um problema sério e antigo.

**Isso vem da época do ciclo da borracha?**

Não. Um pouco mais para a frente, talvez tenha se iniciado na época em que a Vale do Rio Doce se instalou no sul do Estado. O crescimento dos movimentos sociais também agravou o problema. Essa questão também é motivada por nossos cartórios não exercerem um controle maior. Agora mesmo assinamos um convênio com o CNJ, junto com o Poder Executivo, a fim de que pudéssemos digitalizar e verificar o que está havendo com relação a esses títulos de terra, juntamente com o novo Instituto de Terra do Pará. A partir daí estabeleceremos um método mais eficaz. O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária participa também desse convênio e entrará com recursos para que tenhamos condições de implantar esse serviço, com georeferenciamento, para ver se determinada área realmente existe. Houve o caso de um título de terra, registrado em cartório de São Félix do Xingu, que foi cancelado pelo CNJ porque era uma área do tamanho de todo o município de Altamira. Ou seja, um terreno fantasma, algo inconcebível, mas que acontece em nosso Estado.

**Como o Judiciário se insere nas preocupações relativas ao meio ambiente?**

Lançamos, em junho, por ocasião do Dia Mundial do Meio Ambiente e Ecologia, a Agenda TJPA Socioambiental, buscando desenvolver uma cultura antidesperdício e de utilização consciente dos recursos ambientais e do patrimônio público em geral, estimulando, gradativamente, a substituição dos insumos e materiais utilizados em serviço por produtos recicláveis. Entre as medidas práticas, o TJPA passou

a publicar o Diário da Justiça apenas em meio eletrônico e não mais em papel. A economia com esse procedimento é considerável do ponto de vista ambiental e financeiro, pois deixará de ser utilizada, ao ano, um quantitativo de 6.240 folhas de papel-jornal, e economizado um total de 280 mil reais ao ano.

**E a questão do desmatamento?** Esse problema da madeira é coordenado pelo Ibama, e já passa para a esfera federal. Não tenho conhecimento de atuação de nossos juizes nessa questão. Mas aqui em Belém temos um juizado que trata de pequenas questões ambientais.

**Como está o Pará na questão da informatização?** Desde a gestão do desembargador Milton Nobre, hoje conselheiro do CNJ, se conseguiu fazer com que todas as comarcas do Estado entrassem na era da informática. Hoje as comarcas estão interligadas pela informática. No tribunal fomos pioneiros na transmissão de julgamentos. O da Irmã Dorothy foi transmitido pela internet para todo o mundo. Temos uma tradutora para ajudar nesse processo. Todas as nossas sessões são gravadas e transmitidas online. Dispomos de um acervo para consulta, acessado pela Escola da Magistratura e algumas faculdades em suas aulas práticas. São consideráveis também os progressos na área tecnológica, rumo a uma Justiça sem papel. Uma Vara da Fazenda, cinco Juizados Especiais e duas Turmas Recursais já operam no sistema do Processo Judicial Digital. Todos os magistrados da capital e do interior dispõem de computadores portáteis, os notebooks, para agilizar procedimentos. O parque de computadores de mesa está sendo renovado e ampliado.

**Há uma defasagem entre o número de promotores, juizes e defensores públicos. Em alguns casos, para uma audiência o juiz depende de um promotor que atua em outra cidade. Na época em que o senhor era juiz no interior existia esse problema?** Sim e agora é muito mais grave. E vou explicar por quê. Há trinta anos, quando assumi a magistratura, não tínhamos promotor de justiça no interior, não havia defensoria pública instalada. Atuávamos com o que era chamado de adjunto de promotor, que oferecia denúncia, seguia o processo, mas não podia fazer o julgamento no Tribunal do Júri. A dificuldade maior, porém, era não existirem advogados. Existia a figura dos rúbuls,

pessoas que tinham um pouco de conhecimento jurídico e nos ajudavam nessa tarefa. A dificuldade era grande, basta dizer que quando precisava realizar um julgamento no Tribunal do Júri eu tinha de mandar um ofício para a capital solicitando ao procurador geral que encaminhasse dois promotores. Um servia de advogado de ofício e o outro atuava na acusação. Hoje a realidade é outra, temos um Ministério Público bastante estruturado, assim como a Defensoria Pública. Nós não temos em cada uma das comarcas um promotor ou um defensor como deveria ser, mas esse problema está se resolvendo aos poucos. Ainda há comarcas em que falta defensor, mas já estão promovendo concursos.

**Como se dá a preparação dos novos juizes?** Os concursos que temos promovido, por meio de instituições especializadas de renome nacional, contratadas mediante licitação, observam o rigor que deve presidir certames dessa natureza. Para 50 vagas oferecidas em três concursos recentes, foram aprovados um total de 40 candidatos entre mais de 5 mil concorrentes. Concluídos todos os procedimentos pós-concurso, os aprovados participam de um período de treinamento na Escola Superior da Magistratura do TJPA, assistindo a cursos preparatórios ministrados por desembargadores, juizes e mestres em Direito nas diferentes especialidades judicantes, prontos para atuar como juizes substitutos nas comarcas e varas onde se fizerem necessários.

**Como avalia o andamento da distribuição da Justiça?** O Judiciário experimenta significativos avanços nos últimos anos, acompanhando a evolução dos costumes e os novos tempos em que vive a sociedade. Ainda perduram situações pontuais, resultantes da inadequação de velhos estatutos legais, mas eles vêm sendo gradativamente modernizados com as alterações promovidas pelo Congresso Nacional. Com esses avanços e a modernização dos instrumentos e interpretações legais, o Judiciário e os jurisdicionados passaram a usufruir de novas conquistas. Estão aí os institutos da Repercussão e da Súmula Vinculante, os júris não presenciais, as decisões do STF sobre pesquisas científicas de células-tronco, entre outros exemplos. Evidentemente são ainda poucos passos no longo caminho a percorrer para que o país, como um todo, e a atuação do Judiciário naquilo que lhe compete, correspondam cada vez melhor às demandas judiciais e às expectativas da sociedade. Há, por exemplo, a mencionada carência de quadros no Ministério Público e na Defensoria Pública, instituições indispensáveis à prestação de Justiça. A defasagem de promotores e defensores em relação ao número de juizes compromete a realização de au-

diências e, conseqüentemente, retarda as instruções processuais. Em Estados como o Pará, onde as distâncias são colossais, o deslocamento de representantes do MP e da DP para composição do tripé judicial constitui empecilho à agilidade e eficácia do atendimento aos que buscam o amparo na decisão da Justiça.

**Quais são as etapas futuras?** Creio que é prosseguir nas mudanças estruturais, modernização tecnológica e adequação do arcabouço legal aos costumes e exigências dos tempos atuais. Há necessidade de reduzir ou inibir as possibilidades de recursos, provavelmente o maior entrave à agilidade na prestação jurisdicional. Essa rapidez não depende apenas da dedicação dos magistrados, nem dos meios eletrônicos e estruturas físicas de que possa dispor. Imagino que com a superação dessas deficiências a Justiça ficará bem próxima da agilidade que todos desejamos.

**Qual é a maior virtude que o senhor vê no grupo de juizes sob sua presidência?**

Somos 296 juizes e em breve vamos empossar mais 46 que estão concluindo o curso da Escola da Magistratura. Nosso concurso tem sido a nível nacional, então temos bons quadros na magistratura. Antes mesmo que o STF com o CNJ encapassem a Meta 2, já pensávamos em adotar esse modelo de mutirão pois havia muitos processos parados e precisávamos dar uma resposta à sociedade. A Meta 2 veio de encontro a nossos anseios. Nossos magistrados entenderam, trabalharam muito. São pessoas que suaram a camisa, basta dizer que estamos em quarto lugar em produtividade em âmbito nacional. Não concluímos a meta porque era humanamente impossível, pois tínhamos processos parados há anos. Processos em que as próprias partes perderam o interesse. Só tenho a tecer elogios aos magistrados de meu Estado. São juizes abnegados, dedicados à causa pública. Tenho muito orgulho de todos. É uma magistratura dedicada ao bem-estar da sociedade.

**O que o senhor diria para os juizes do Estado de São Paulo?**

A magistratura paulista é de vanguarda. Sempre está à frente do Brasil. Ela reage, trabalha muito, principalmente os que estão à frente da Escola da Magistratura, sempre se reciclando. Tenho a maior cordialidade com os colegas paulistas, são de primeira linha. E o Estado do Pará está sempre à disposição enquanto eu for o presidente. &

“Estamos bem. Na meta 2, nossos magistrados ficaram entre os quatro primeiros colocados em produtividade processual, entre os 27 Tribunais de Justiça do país”



# AS MUITAS HISTÓRIAS DE RIO PRETO

*Uma das mais ricas cidades do interior, São José do Rio Preto consolidou-se como polo comercial, mas hoje enfrenta problemas, como o tráfico de drogas*

POR\_TURU GOULART DE ANDRADE

São José do Rio Preto é uma cidade com histórias a contar. Ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) entre maio de 1951 e abril de 1956, o Dr. Mario Guimarães (1889-1976) costumava dizer, em tom de brincadeira, que sua autoridade era “mais extensa do que a do rei da Bélgica”.

Explica-se: durante meados da década de 1920 até o início dos anos 1930, o paulistano foi juiz de Direito da Comarca de São José do Rio Preto, à época um território com 31 mil km<sup>2</sup> – ao passo que a extensão belga é de 30,5 mil km<sup>2</sup>. Hoje o município paulista possui apenas 431 km<sup>2</sup>.

Mas voltando à Rio Preto de outrora, em decorrência da Revolução de 1930, corria ali o boato de que alguns juizes seriam dispensados. E para a vaga do Dr. Mario Guimarães já havia até candidato: um alfaiate baiano, revolucionário antigo, cujo desejo era ser magistrado. Essa situação entristeceu o paulistano. Pois, se o valente costureiro se achava apto a exercer o cargo de juiz, Dr. Guimarães não se sentia competente para ser alfaiate... Em pouco tempo, porém, a possível deposição dos magistrados se mostrou apenas um rumor, e Dr. Guimarães não precisou alinhar tecidos. E, prosseguindo a sua carreira, atuou como desembargador do Tribunal de Justiça de São Paulo em 1934. Naquele mesmo ano, foi designado membro do Conselho Superior de Magistratura. Finalmente, em 1951, foi nomeado ministro do STF pelo então presidente Getúlio Vargas.

Aliás, cidadãos rio-pretenses participaram da Revolução Constitucionalista contra o chamado Governo Provisório de Vargas. “A região de Rio Preto mandou 600 combatentes para a frente de batalha e o engajamento da cidade foi praticamente absoluto”, revela o historiador Lelé Arantes, autor do livro *Quem Faz História em S.J. Rio Preto* (THSArantes, 2007). Segundo o historiador, cerca de 20 homens da região foram mortos pelo Exército Federal, que vinha de Goiás. Em homenagem aos combatentes constitucionais, há hoje na cidade um monumento de metal (a figura de um soldado abatido) rente à grade do Fórum Dimas Rodrigues de Almeida – localizado à rua Marechal Deodoro, esquina com a Voluntários de São Paulo.

## PRÓE CONTRAS DA LOCALIZAÇÃO ESTRATÉGICA

Criada pela Lei n° 903, de 9 de junho de 1904, a Comarca de São José do Rio Preto situa-se no Oeste do estado de São Paulo. Pela localização geográfica – a 435 quilômetros da capital e relativamente próxima às



“A localização da cidade é estratégica para o bom e para o mau comércio: o maior problema da comarca é o tráfico e consumo de drogas”, diz o Dr. Dal Poz



fronteiras dos estados de Goiás, Mato Grosso do Sul e Minas Gerais, a cidade assumiu a vocação de centro comercial e de prestação de serviços. Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apontam que o Produto Interno Bruto do município foi de R\$ 5,73 bilhões em 2006. “Mas, infelizmente, a posição é estratégica tanto para o bom quanto para o mau comércio”, diz o juiz diretor do Fórum, Dr. Luiz Fernando Dal Poz. “O maior problema da Comarca, na área penal, está relacionado ao comércio e ao consumo de drogas. De fato, a proximidade com outros Estados – e daí com a fronteira internacional, com Bolívia e Paraguai – acaba sendo um fator que facilita a ação criminosa. E, por consequência, cria um problema para ser enfrentado pela polícia e pelo Judiciário: tráfico de drogas e formação de quadrilhas, com ramificações até internacionais.”

Nascido há 44 anos em Penápolis, interior paulista, Dr. Luiz Fernando Dal Poz cursou Direito na Universidade de São Paulo (USP) e, em 1989, ingressou na magistratura. Ele foi juiz substituto em Araraquara, passando depois por Bauru e pela própria São José do Rio Preto. “Como já tinha afinidade, resolvi voltar para o interior e seguir a carreira com a qual me identificava”, explica. “Para Rio Preto vim como titular da 7ª Vara Cível, que instalei em 1999. Mas sempre tive convivência com os colegas daqui, por ter feito carreira na região, na 1ª, na 2ª e na 3ª entrâncias”.

Uma questão ainda preocupante para o Dr. Dal Poz é a presença de detentos da penitenciária João Batista de Santana, de Riolândia, na cidade de São José do Rio Preto. Pois é a Vara de Execuções Criminais da Comarca que julga esses réus. “Nós temos, diariamente, escoltas fortemente armadas trazendo presos considerados perigosos ou com risco de resgate.” A notícia boa é que, a partir de fevereiro de 2010, esse fluxo de prisioneiros não será mais o mesmo. “Rio Preto será uma das 16 comarcas do Estado a receber uma sala para audiência por videoconferência, ‘linkada’ com os principais presídios de São Paulo. De modo a evitar, justamente, esse deslocamento de presos, que, além de muito oneroso ao Estado, representa um ris-

co potencial para todo mundo”, entusiasma-se Dal Poz.

Com pouco mais de 400 mil habitantes, São José do Rio Preto possui 72 agências bancárias, segundo informativo do Banco Central. Além disso, abriga as sedes de algumas empresas com projeção nacional – como grupos de consórcio de veículos e construtoras de imóveis –, que centralizam seus negócios no município. “Evidentemente, por causa disso, há um fluxo enorme de processos”, afirma Luiz Fernando Dal Poz. “Na área cível, os problemas são contratos de ordem financeira: consórcio, leasing, alienação fiduciária, empréstimos bancários... Então, nessa área financeira, o movimento judicial é muito forte.”

### A FALTA DE ESPAÇO

Atualmente a comarca é composta pelos municípios de Bady Bassitt, Cedral, Engenheiro Schmidt, Guapiaçu, Ipiranga, Uchoa e São José do Rio Preto. O Fórum Dimas Rodrigues de Almeida, localizado no centro de Rio Preto, abriga oito Varas Cíveis, cinco Criminais e uma Vara de Execução Criminal. Inaugurado em 1966, o edifício é imponente: tem cinco andares, três elevadores e uma área construída de 5 mil m<sup>2</sup>. No entanto, esse espaço não é o bastante. Sinal claro disso são as cerca de 70 caixas de processos pré-arquivados que ficam empilhadas em frente aos elevadores, formando no térreo uma espécie de labirinto. Desde 2005 já foram necessários mais três prédios, situados na zona sul da cidade, para acomodar duas Varas de Família e uma Vara de Infância e Juventude; duas Varas de Fazenda e Juizado Especial Cível e Juizado Informal de Conciliação.

“Há dois anos, com o apoio da Prefeitura e da Câmara, conseguimos a construção de um novo prédio”, relata Dal Poz. A obra, também na zona sul, já está em andamento e deve ser concluída em agosto de 2010. “O novo prédio irá abrigar as Varas Cíveis da comarca, porque este já está absolutamente saturado. Aqui ficarão as Varas Criminais.” Ao todo, o Judiciário local tem 604 funcionários – incluindo 16 promotores titulares, 20 juízes titulares, dois auxiliares e sete substitutos. Cerca de 3 mil pessoas passam diariamente pelas de-

pendências do Fórum Dimas Rodrigues de Almeida.

Entre as ações em andamento estão cerca de 20 mil processos criminais, 67 mil cíveis e 13 mil de família. “Temos alguns números que chamam a atenção: em torno de 300 mil execuções fiscais, por exemplo”, calcula o juiz diretor do Fórum. “Esse é um problema sistêmico: o Estado inteiro se vê às voltas com acúmulo de processos. São execuções de pequeno valor, que o Executivo municipal se vê obrigado a ajuizar. Às vezes o valor nem compensa o trabalho que a própria procuradoria do Município tem para ajuizar. O custo operacional é muito maior do que o valor a ser recebido em caso de êxito na execução. Infelizmente, essa é uma realidade a enfrentar, e talvez tenhamos até que pensar numa solução mais ampla, para todo o sistema”.

Ainda segundo o diretor, há um número razoável de processos não julgados para atingir a Meta 2: pouco mais de mil, anteriores a 2005. “Na verdade, gosto de esclarecer que esses processos não chegaram a ser julgados não por causa da morosidade propriamente, mas por causa de peculiaridades dos próprios processos.” E prossegue: “Por exemplo: morre uma das partes, é preciso habilitar os herdeiros; a parte reside em outro Estado ou no exterior; há dificuldade de localização. Então, na verdade, esses processos estão sem julgamento por causa de outros fatores, não só porque a fila é grande”.

O escrivão Emílio Carlos Cavazana, do 1º Ofício Criminal, tem 48 anos e trabalha no Fórum desde 1978. Ele se recorda de dois casos que provocaram grande repercussão na cidade: “Paulo José Lisboa, conhecido como Paulinho da Corrente”, ele conta, “foi condenado por cometer uma série de homicídios contra prostitutas e homossexuais no começo da década de 1990.” Em outra ocasião, nos anos 1980, o advogado José Antônio Mesquita estava numa audiência – na 2ª Vara Criminal – com o juiz Almir Soares de Carvalho. Em pauta, a morte do irmão do advogado, assassinado pelo sogro. Mas Mesquita resolveu fazer justiça por conta própria: sacou de uma pistola automática e matou o réu, ali, na sala do juiz. “Essa situação marcou demais... Depois o Dr. Mesquita foi para o Plenário do Júri”, lembra-se o escrivão Cavazana. No salão do Tribunal do Júri Dr. José Jorge Júnior, Mesquita foi defendido pelo advogado Márcio Thomaz Bastos, ex-ministro da Justiça do Governo Lula. Mas, dada a peculiaridade de tal circunstância, nem mesmo o eminente Thomaz Bastos conseguiu absolver o acusado.

São histórias de uma comarca que cresceu ao longo do tempo, consolidando-se como um dos mais importantes polos comerciais do Estado de São Paulo, e, também por isso, enfrentando os problemas de uma cidade grande – cujos desafios atuais exigem do Judiciário paulista uma autoridade muito mais abrangente do que a da própria realeza bela, sem dúvida. &



# A CIDADANIA REGIONAL AMERICANA E O ORDENAMENTO JURIDICO BRASILEIRO

*A tríade cidadania, direitos humanos fundamentais e dignidade humana representa o mínimo para que esse discurso passe a ser uma realidade concreta no mundo*

POR *VLADMIR OLIVEIRA DA SILVEIRA* E *VANESSA TOQUEIRO RIPARI*



**D**ada a importância e a confluência entre globalização e cidadania hoje, principalmente com a ampliação da tutela dos direitos humanos fundamentais, resgataremos neste artigo o significado inicial, elucidando algumas mudanças que os conceitos de Estado e de cidadania vêm sofrendo conjuntamente a partir do alargamento e alcance atual dos direitos humanos. Analisaremos ainda a problemática da aceitação da soberania compartilhada por meio do Estado Constitucional Cooperativo para a efetiva compreensão e reflexão deste novo momento histórico, que por sua vez requer uma ação coordenada e solidária. Como reflexo do atual paradigma, emerge o conceito de cidadania pluritutelada, reconhecendo-se verdadeiramente a plena efetivação, a concretização e, acima de tudo, seu alcance universal, que Hannah Arendt resumiu como “o direito a ter direitos”. Sejam nacionais (fundamentais-estatais), regionais (comunitários-humanos) e universais (globais-humanos).

## O ESTADO-NAÇÃO E A CIDADANIA

O período conhecido como Idade Média, em que predominou o sistema feudal, caracterizava-se politicamente pela fragmentação do poder de governo em diversos feudos e ficou marcado por lutas contra os abusos do poder instaurado. Marcelo Neves, no livro *Transconstitucionalismo* (São Paulo: WMF/Martins Fontes, 2009), explica essa relação hierárquica ao discorrer sobre a formação social pré-moderna: “Como a sociedade se confundia com a própria organização política territorial, a distinção inclusão/exclusão identificava-se com a diferença membro/não membro. O conceito de pessoa, associado à semântica moderna da individualidade, não estava presente, uma vez que não se distinguia claramente entre homem e sociedade-organização. Não havia limitações jurídico-positivas relevantes ao soberano no exercício do jus imperium, ou seja, limitações normativas estabelecidas e impostas por outros homens à sua ação coercitiva. Nesse contexto, pode-se falar de uma subordinação do direito

ao poder. A subordinação do jurídico ao político, em uma formação social na qual o poder está no centro da sociedade, leva a uma relação assimétrica entre o poder superior e o poder inferior ou entre o soberano e os súditos”.

Com efeito, a ideia de cidadania era limitada, pois os senhores feudais exerciam o poder em seus territórios de forma quase ilimitada, numa relação de suserania e vassalagem em que mesmo os servos obedientes não podiam participar dos destinos do feudo.

Mas aos poucos a Europa presenciou o processo político de centralização e absolutização do poder na direção ao Estado Moderno absolutista, autoritário e concentrado, em regra, nas mãos de uma única pessoa – o rei –, que titularizou o poder absoluto sobre o Estado. Em decorrência, o povo era desprovido de participação política, não cabendo falar, portanto, em cidadania no sentido moderno do termo. Iniciou-se assim uma nova época (a Idade Moderna) e os Estados se formaram em consequência da união de dois atores: o rei e a burguesia.

O longo período entre o século XVI e o século XVIII foi marcado por importantes movimentos filosóficos, sociais e jurídicos, permitindo o surgimento de um novo tipo de Estado: o Estado-Nação, inicialmente na versão de Estado de Direito. O Estado de Direito irá se desenvolvendo, a partir dessa versão inicial, aliado ao processo dinâmico, que fará com que ele passe a ser um Estado Social de Direito e, finalmente, um Estado Social e Democrático de Direito. O Estado-Nação, convém observar, decorreu do conceito de Estado da Razão, fruto do Iluminismo. O intuito de individualizar cada grupo com uma cultura, língua própria, costumes também adveio dessa noção de Estado. Estabeleceu-se a ideia de que a pertença do indivíduo a tal estrutura lhe confere segurança, aceitação e referência civilizacional. Sendo assim, pode-se dizer que o Estado-Nação se afirma por

# O Estado Constitucional Cooperativo deve ser incentivado, pois este paradigma transforma sociedades em comunidades e o simples cidadão em “cidadão do mundo”

meio de uma ideologia e por um aparato jurídico próprios, capazes de impor uma soberania sobre um povo num dado território, com moeda única e exército nacional.

A principal característica do Estado de Direito é justamente a de que todos têm direitos iguais perante a Constituição. Percebe-se, assim, uma notável mudança no conceito de cidadania. Por um lado trata-se do mais avançado processo democrático que a humanidade já conheceu; por outro, tal processo implicou a exploração e dominação do capital, ao mesmo tempo que tornou a cidadania um conceito individualizado que alcança apenas o Estado Constitucional Nacional.

Norberto Bobbio, ao discorrer no livro *A Era dos Direitos* sobre o significado filosófico-histórico de inversão, característico da formação do Estado moderno e que ocorreu na relação entre Estado e cidadãos, conclui que: “Passou-se da prioridade dos deveres dos súditos à prioridade dos direitos do cidadão, emergindo um modo diferente de encarar a relação política, não mais predominantemente pelo ângulo do soberano, e sim pelo do cidadão, em correspondência com a afirmação da teoria individualista da sociedade em contraposição à concepção organicista tradicional”.

Pode-se dizer que ocorreu a ampliação dos direitos na passagem do homem abstrato ao homem concreto, por meio de um processo de reconhecimento de direitos e de proteção ao indivíduo, agora cidadão. A cidadania “fechada”, de origem grega, evoluiu para uma cidadania aberta ou compartilhada, não apenas para novos indivíduos, mas também para novos direitos. Exatamente por isso, ao analisar a condição dos apátridas nos regimes totalitários que antecederam a Segunda Guerra Mundial, Hannah Arendt afirmava (no livro *Origens do Totalitarismo*) que a real cidadania que devemos buscar deve ser fundada na proteção universal, sem determinar raça, cor ou sexo: “A calamidade dos que não têm direitos não decorre do fato de terem sido privados da vida, da liberdade ou da procura da felicidade, nem da igualdade perante a lei ou da liberdade de opinião (...) mas do fato de já não pertencerem a qualquer comunidade. Sua situação angustiante não resulta do fato de não serem iguais perante a lei, mas de não existirem mais leis para eles”.

Ao analisar o papel do Estado na atualidade, emerge a necessidade da construção de uma via que afirme a globalização sem relegar o ser humano ao papel de

mero ingrediente do regime econômico e dependente da tutela exclusiva do Estado. As atuais relações internacionais não mais permitem estruturas estanques de Estados fechados, desconectadas dos valores compartilhados pela comunidade internacional, como ocorria na época do Estado Constitucional Nacional. O paradigma dos direitos de solidariedade demanda um Estado “aberto” à cidadania. Assim, essa nova cidadania pela qual se clama também não pode ser alcançada nos moldes do tradicional Estado nacional homogeneizante, dominador (imperialista) e negador das diferenças, mas deve caracterizar-se por um conteúdo mais abrangente e sempre com pluralidade jurídica e de tutela.

Torna-se imperioso por isso o reconhecimento de uma cidadania pluritutelada – e, portanto, nacional, regional e universal –, que assegure em diferentes partes do globo o “direito a ter direitos”, na célebre expressão de Hannah Arendt, impulsionando mudanças que não se restringirão apenas a uma nação ou outra (cidadania estatal), mas serão implementadas de modo universal e regional.

## OS DIREITOS HUMANOS E O PROCESSO DINAMOGÊNICO

Se o nível de complexidade da sociedade se modifica, a semântica orientadora do vivenciar e do agir precisa adequar-se a ele, pois do contrário perde-se a conexão com a realidade, afirma Niklas Luhmann no livro *A Sociologia do Direito*. Nesse contexto, torna-se imprescindível o alargamento do conceito de cidadania com o intuito de alcançar mais pessoas, ao mesmo tempo que se amplia o rol dos direitos, num processo que chamamos dinâmico – a criação ou nascimento dinâmico de direitos em decorrência das necessidades dos seres humanos que, de tempos em tempos, conscientes

de seus problemas, se articulam num protagonista coletivo para reivindicar direitos e limitar o poder dominante.

Assim, com o enfrentamento entre o poder estabelecido e os novos atores, aparecem novos paradigmas do direito que positivam novas demandas e transformam as relações jurídicas anteriores. Entretanto, como os direitos humanos são indissociáveis, parte da doutrina prefere falar em dimensões e não em gerações, como recomendado pelo professor Willis Santiago Guerra Filho (ver *Processo Constitucional e Direitos Fundamentais*. São Paulo: Celso Bastos, 2001, pp.46-47). O caráter histórico ou dinâmico se torna essencial para o entendimento do tema da afirmação e efetividade desses direitos, de vez que, descontextualizados, os direitos se enfraquecem e perdem sentido, favorecendo retrocessos, principalmente sociais.

A história dos direitos humanos narra uma sucessão de batalhas diretas e indiretas pela abertura de espaços de proteção frente ao poder estabelecido, mediante a racionalidade, os avanços econômicos e tecnológicos. São atos e fatos históricos, posicionamentos ideológicos e filosóficos, textos normativos e instituições que configuraram um corpo jurídico de instituições e normas de caráter declaratório internacional e de direito fundamental constitucional.

Por uma questão metodológica, os cursos de direitos humanos valem-se da doutrina de Karel Vasak (em 1979 ele utilizou pela primeira vez, numa conferência realizada em Estraburgo, na França, a expressão “gerações de direitos”, buscando demonstrar a evolução dos direitos humanos), que os sistematiza em três gerações: i) a primeira, a dos direitos de liberdade; ii) a segunda, a dos direitos de igualdade; e iii) a terceira, a dos direitos de solidariedade ou fraternidade. Há autores, entretanto, que defendem uma quarta ou até quinta geração de direitos humanos. Não nos aprofundaremos nesse debate, para não nos desviar do objetivo. Cumpre apenas lembrar que a partir da segunda geração de direitos o cidadão poderá exigir prestações positivas do Estado. Observe-se que, na visão do professor J.J. Canotilho, os direitos sociais estão atrelados não só ao reconhecimento do dever do Estado como também à sua tutela. Ocorre que, com a superação do Estado-Nação, os direitos de segunda dimensão passam a ser atrelados também ao reconhecimento do dever da comunidade internacional – e à sua tutela, dentro do paradigma atual da solidariedade.

Assim, é na terceira geração que reencontramos o gênero humano como protagonista principal

dos direitos, agora na versão difusos. São direitos que aparecem com um novo player, as organizações internacionais, que passam a dividir esse plano de atuação com os Estados. Nesse sentido, são direitos não mais do indivíduo de determinado país, mas do gênero humano – isto é, direitos (dos seres) humanos.

## A SOLIDARIEDADE E AS ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS

Uma nova geração de direitos, voltados para o ser humano em sua essência, fincou raízes após as tragédias ocorridas durante a Segunda Guerra Mundial, proclamando os direitos e a dignidade da pessoa humana. Esses direitos dos povos ficaram conhecidos como direitos de solidariedade – completando a associação das três gerações de direitos com o tríplice chamamento da Revolução Francesa: “Liberdade, igualdade, fraternidade (solidariedade)”. Além disso, esse estágio representa a reconstrução dos direitos humanos (ver Flávia Piovesan: *Direitos Humanos e o Direito Constitucional Internacional*. São Paulo: Max Limonad, 1997), destruídos durante as guerras mundiais não apenas em razão de sua violação, mas fundamentalmente por causa da coisificação do ser humano e do conseqüente tratamento do indivíduo como meio e não como fim. A partir desse novo enfoque foi superada a exclusividade da tutela estatal – isto é, não se permite mais fragmentar o ser humano nesta ou naquela categoria de pessoa, vinculada a este ou àquele Estado. E o homem passa a ser visto como um gênero (ser humano) que possui anseios e necessidades comuns, dentre os quais a paz, o desenvolvimento econômico e um meio ambiente sadio.

Só após a Segunda Guerra o tema dos direitos ganhou dimensão internacional, envolvendo todos os povos em perspectiva universal. Esse processo de internacionalização, no entanto, tem como pressupostos dois fundamentos: de um lado, a limitação da soberania estatal, uma vez que é justamente o Estado que passa a ser encarado como um dos principais violadores dos direitos humanos; de outro, a concepção universal acerca desses direitos, que devem ser alcançados por todos.

Desse modo, pode-se dizer que as organizações

internacionais são a expressão mais visível do esforço articulado e permanente de cooperação internacional, reafirmando a luta pela solidariedade. Objetivo inicial das organizações internacionais de direitos humanos (como a ONU e a OEA), a manutenção da paz e da harmonia entre os povos, foi reconhecida como sujeito de direito internacional público (com legitimidade e legalidade para normatizar em âmbito internacional, seja regional ou universal), vigiando inclusive o reconhecimento e a efetividade dos direitos aplicados em cada Estado. As conclusões da Conferência de Viena sobre o direito dos tratados entrou em vigor em 27 de janeiro de 1980 e o Brasil é parte desde 25 de outubro de 2009, embora já as aplicasse como costume internacional.

### GLOBALIZAÇÃO E O ESTADO CONSTITUCIONAL COOPERATIVO

Cada vez mais os povos estão vinculados numa relação de interdependência. A dominação imposta em termos político-ideológicos diante da contenda Oeste-Leste desmoronou com o muro de Berlim. Entretanto, passou-se à dominação econômica, que não necessita de tanques nas ruas, mas possui grande eficiência. Por isso, ganha relevância a análise das relações Norte-Sul, ou países ricos/países pobres, dado que o valor democracia – tão caro – é colocado em xeque diante da mudança do centro de poder decisório dos Estados. Pode-se afirmar que, se a globalização de fato aproximou os Estados e os povos, não previu como realizar esse processo sem agravar as relações de dominação.

Paulo Bonavides alerta para um tipo de globalização que destrói a soberania do Estado, negando-lhe a qualidade essencial de poder supremo, menosprezando elementos éticos, fáticos e axiológicos que fundamentam interesses nacionais da ordem jurídica. Em um texto publicado em 2000 na *Revista do Instituto dos Advogados Brasileiros*, ele escreveu: “Os neoliberais da globalização só conjugam em seu idioma do poder cinco verbos. Com eles intentam levar a cabo, o mais cedo possível, a extinção das soberanias nacionais, tanto internas quanto externas. Os verbos são: desnacionalizar, desestatizar, desconstitucionalizar, desregionalizar e desarmar. Por obra simultânea dessa ação contumaz, impertinente e desagregadora, se sujeita o país à pior crise de sua história. De tal sorte que breve na consciência do povo, nas tribunas, nos fo-

ros, na memória da cidadania, a lembrança das liberdades perdidas ou sacrificadas se apagará, já não havendo então lugar para tratar, por elementos constitutivos da identidade, a Nação, o Estado, a Constituição, a Região e as Forças Armadas”. Nessa dinâmica estão em risco os fundamentos do sistema, as estruturas democráticas do poder e as bases constitucionais da organização do Estado.

Portanto, numa globalização em que as fronteiras se diluem devido ao grande e rápido acesso à informação, torna-se imprescindível que os Estados soberanos venham, na mesma velocidade, a adequar-se à nova sociedade global. Os direitos surgidos do contexto aterrador da Segunda Guerra e da esperança representada pela fundação da ONU inauguram uma perspectiva de cooperação internacional em que o Estado-Nação é superado por uma nova concepção de Estado, que Peter Häberle denomina Estado Constitucional Cooperativo. Nele, a consolidação desse novo paradigma estatal gera expectativas para o incremento da cidadania nos planos doméstico e internacional, mormente no que se refere a seus efeitos jurídicos.

Diante desta nova realidade, já se observa maior cooperação internacional – e, como consequência, exige-se reformular o conceito de soberania, uma vez que os Estados não são autossuficientes, ou seja, não mais operam individualmente nas relações internacionais, mas interdependentemente. Assim, a comunidade internacional deve buscar soluções que conciliem o conceito de soberania com as necessidades de cooperação e integração entre os Estados, pois estes, por mais fortes e poderosos que sejam, não podem resolver sozinhos problemas como terrorismo, meio ambiente, fluxo de capitais e crimes contra a humanidade, entre outros.

É essencial esclarecer que, na soberania compartilhada, os Estados não renunciam à soberania, mas passam a exercê-la de forma compartilhada com outros Estados e nas matérias expressamente previstas em tratados. Essa limitação aparente do Estado, característica da soberania compartilhada, garante a solidariedade e a democracia, além de um piso mínimo de direitos decorrente do chamado princípio da complementaridade, que deverá ser sempre exercido em favor do ser humano. Não há perda da soberania, pois, na medida em que ela é compartilhada, os Estados passam a ter jurisdição também fora de seus territórios, em temas universais partilhados com os demais Estados. Compartilhar implica perdas e ganhos dentro de uma nova perspectiva.

O caminhar do Estado-Nação em direção ao Estado Constitucional Cooperativo deve ocorrer e ser incentivado dentro da comunidade, pois esse paradigma

## Para Norberto Bobbio, a tarefa mais importante de nosso tempo, com relação aos direitos do homem, não é a de fundamentá-los, mas a de protegê-los

transforma sociedades em comunidades e o simples cidadão em “cidadão do mundo”. Se antes da globalização já se destacava a importância das organizações internacionais, no atual quadro essas instituições se evidenciam como fundamentais, dada a necessária superação do Estado-Nação, pela soberania compartilhada e pelo Estado Constitucional Cooperativo, como forma de integrar a nacionalidade, regionalidade e universalidade em favor dos direitos e da proteção do ser humano.

### NACIONALIDADE, REGIONALIDADE E UNIVERSALIDADE

Para Norberto Bobbio, a tarefa mais importante de nosso tempo, com relação aos direitos do homem, não é a de fundamentá-los, mas a de protegê-los. A tentativa incessante de fundamentação dificultou em muito sua proteção, haja vista as diversas concepções teóricas, oriundas de diversas matrizes religiosas, políticas e ideológicas. Superada essa questão, caminhamos para um consenso que universaliza tais direitos, quando ampliamos de forma complementar e integrativa os sistemas de proteção: a) doméstico-estatal; b) internacional-regional; e c) internacional-universal.

No primeiro caso, os brasileiros têm seus direitos fundamentais protegidos pelo Estado brasileiro. Os cidadãos americanos ou os europeus têm seus direitos protegidos na esfera internacional-regional pela OEA e pela União Europeia, respectivamente. E finalmente no patamar internacional-universal o ser humano é protegido pela ONU. Conforme explicado, a cidadania possui significado dinâmico. É um conceito histórico, o que faz com que seu sentido se modifique no tempo e no espaço, acompanhando o progresso da humanidade. Isso ocorre não apenas pelas regras (de nacionalidade) que definem quem é ou não titular da cidadania (*ius sanguinis*, *ius solis*), mas pelos direitos e deveres distintos que caracterizam o cidadão em cada Estado.

Percebe-se que, mesmo dentro de cada Estado, o conceito e a prática da cidadania veio se alargando significativamente ao longo do último século. A rapidez

das mudanças, em virtude principalmente dos avanços tecnológicos e culturais, faz com que aquilo que num dado momento é considerado perigosa subversão da ordem, no momento seguinte seja corriqueiro, “natural”. Não há hoje democracia ocidental em que a mulher não tenha direito ao voto – o que era considerado impensável até muito pouco tempo atrás, mesmo em países desenvolvidos como a Suíça. Vale lembrar que o direito básico ao voto já esteve vinculado à propriedade de bens, à titularidade de cargos ou funções e até mesmo ao fato de pertencer ou não a determinada etnia.

Dentro do atual significado de cidadania surge a necessidade de cooperação fundada na vontade de atuar em conjunto no plano internacional, em escala regional e global. No contexto da cooperação internacional em prol dos direitos humanos é possível observar a afirmação da soberania compartilhada e do Estado Constitucional Cooperativo, que adiciona à sua estrutura elementos de abertura, cooperação e integração que descaracterizam o Estado Nacional como estrutura fechada e centrada na soberania nacional, ensina Marcos Augusto Maliska (ver *Desafios ao Estado Constitucional Cooperativo*. Rio: *Revista Forense*, mai/jun 2007). Permite-se, assim, que a comunidade internacional fixe padrões mínimos de proteção ao ser humano – o que o garantirá mesmo em períodos de instabilidade institucional dos Estados. A soberania, portanto, não deve ser evocada como escudo de proteção às violações de direitos humanos por intermédio da cláusula de jurisdição doméstica, mas como instrumento para efetivar a proteção aos indivíduos e aos povos.

Desse modo, o princípio da soberania compartilhada deve harmonizar-se com a necessária coope-

## A preocupação internacional com a situação interna do respeito aos direitos humanos é o novo paradigma que envolve a humanidade

ração internacional no âmbito dos direitos humanos, num eco às reais necessidades da humanidade, por intermédio da relação de complementaridade entre as esferas de proteção, que fundamentam as distintas cidadanias complementares. Assim, ao afirmarmos que cidadania é o direito a ter direitos, é evidente que o ser humano pode ter (como de fato já possui em diversas partes do planeta) direitos nacionais, regionais e universais. Para ilustrar essa idéia e identificar as consequências dessa relação de complementaridade, apresentamos o caso de Damião Ximenes Lopes, decidido pela Corte Interamericana de Direitos Humanos.

### CIDADANIA REGIONAL AMERICANA

A Corte Interamericana de Direitos Humanos condenou, em agosto de 2006, o governo brasileiro pela morte violenta do paciente Damião Ximenes Lopes, internado num hospital psiquiátrico em Sobral, no Ceará, declarando na sentença condenatória “a responsabilidade internacional (do Estado brasileiro) por descumprir, neste caso, seu dever de cuidar e de prevenir a vulneração da vida e da integridade pessoal”. Essa sentença afirmou e concluiu que o Brasil violou sua obrigação internacional – assumida livre e soberanamente perante a comunidade internacional – de respeitar e garantir os direitos humanos (no caso, o direito de Damião à saúde, além do direito às garantias e à proteção judicial que seus familiares deveriam gozar).

No caso, a cidadania brasileira (pacote de direitos conferidos pela Constituição) não foi suficiente para i) impedir a violação dos direitos fundamentais de Damião e de seus familiares, e ii) para garantir, pelo menos, a adequada punição dos violadores. Com efeito, foram acionados, em caráter complementar, os direitos humanos-regionais (cidadania regional americana) de Damião e de seus familiares.

A condenação do Estado brasileiro representou a afirmação da cidadania regional de Damião e a efetividade do sistema regional americano, que fun-

cionou de forma complementar à proteção nacional. Sendo a primeira vez que a Corte se pronunciou sobre violações de direitos humanos envolvendo portadores de transtornos mentais, o episódio representou também um passo importante para o aprimoramento da política pública de saúde mental no Brasil. Nesse sentido, verificou-se um amadurecimento na relação entre direito doméstico e internacional (regional).

É preciso destacar que a soberania brasileira foi respeitada, pois a Corte atuou tão-somente por reconhecimento expresso de sua competência por parte do país, além de ter agido depois de esgotados todos os recursos internos cabíveis. Mostra-se eficiente, destarte, a complementaridade sistêmica entre os diversos sistemas de proteção do ser humano.

Diante disso devemos enfatizar que a preocupação internacional sobre a situação interna do respeito aos direitos humanos é o novo paradigma que envolve a humanidade. Os direitos humanos são hoje parte da agenda global, e sua violação ofende não apenas as vítimas ou seus concidadãos, mas toda a humanidade. Assim, urge uma teoria mais articulada entre direitos humanos e fundamentais, principalmente no âmbito universal, para que possamos aprimorar a defesa do ser humano, inclusive em relação aos próprios Estados.

Assim, a tríade cidadania, direitos humanos fundamentais e dignidade humana – direitos interdependentes e complementares – representa o mínimo essencial para que o discurso dos direitos humanos deixe de figurar apenas nos fóruns internacionais, nas constituições ou discursos acadêmicos, passando a significar uma realidade concreta no mundo.

Vladimir Oliveira da Silveira é doutor em Direito pela PUC-SP, professor da PUC-SP e do Programa de Mestrado e Doutorado da FADISP. Vanessa Toqueiro Ripari é formada pela Faculdade de Direito de São Bernardo do Campo. &



## DIREITOELETRÔNICO.COM.BR: UM NOVO PARADIGMA

*Com a popularização da internet, aumentam consideravelmente as ocorrências de crimes eletrônicos no país. Especialistas desmitificam esse novo campo de ação do Direito e dão conselhos às vítimas da tecnologia*

POR *HELDER JÚNIOR*



A realidade do Direito é cada vez mais virtual. A realização desta reportagem também não seria possível sem o uso das novas tecnologias. Durante o período de constante troca de correspondência eletrônica com advogados, juízes e delegados, em cerca de um mês a caixa de e-mails acusou ainda o recebimento de dezenas dos chamados spams (que representam 95% do conteúdo gerado por usuários de internet, sendo 85% de cunho malicioso, segundo pesquisa divulgada pela Websens Security Labs). Houve mensagens com vírus e de teor ofensivo, de emissários desconhecidos ou que se utilizavam de nomes de instituições financeiras. Uma busca inicial no site do Google, pelo termo “crime eletrônico”, registrou mais de 325 mil resultados. Geralmente os textos acompanham algumas dúvidas de internautas: “Quais são os riscos? Como evitar? Fui vítima. O que fazer?”. Os advogados Renato Opice Blum, José Carlos de Araújo Almeida Filho, Wesley Roberto de Paula e o juiz José Eduardo de Resende Chaves Júnior, entre outros, incumbiram-se de nos responder a essas e outras questões. Todos eles têm em comum as paixões por Direito e por informática.

### UMA DEMANDA EXTENSA

Filho de um desembargador aposentado do Tribunal de Justiça de São Paulo, Renato Opice Blum iniciou a sua atividade acadêmica em uma Faculdade de Engenharia Eletrônica. Decidiu cursar Direito e Economia, mas não desperdiçou o aprendizado anterior. Teve uma fabricante de computadores como cliente quando era estagiário e, depois de formado, passou a chefiar um escritório que já emprega mais de 61 profissionais capacitados a lidar com Direito Eletrônico. O crescimento da Opice Blum Advogados Associados acompanhou a evolução da área. “A primeira ação discutindo o Bug do Milênio foi minha, envolvendo o São Paulo Futebol Clube, que tinha um sistema de telefonia incompatível com a virada para o ano 2000. Mas hoje os crimes eletrônicos se intensificaram. Há muitas decisões referentes a fraudes, estelionatos, calúnia, violação por direitos autorais, pedofilia, racismo, vazamento de informações protegidas e por aí vai”, comenta o advogado e eco-

nomista, coordenador do Manual do Direito Eletrônico e Internet.

Além de variada, a demanda do Direito Eletrônico é extensa. O Centro de Estudos, Resposta e Tratamento de Incidentes de Segurança no Brasil (Cert), mantido pelo Comitê Gestor da Internet no Brasil, registra o total de incidentes que lhe foram reportados anualmente. Em 1999, eram 3.107 ocorrências. Dez anos depois, o número subiu para alarmantes 358.343 – sendo mais de 250 mil casos de fraude. “Na verdade, são diversos tipos de delitos virtuais. O que muda é a forma. A maioria dos crimes é cometida por meio eletrônico, mas não se trata de um crime eletrônico próprio”, explica José Carlos de Araújo Almeida Filho, sócio do escritório carioca Almeida Filho & Cesarino Advogados Associados e atual presidente do Instituto Brasileiro de Direito Eletrônico (IBDE). Sua obra mais recente é *Processo Eletrônico e Teoria Geral do Processo Eletrônico*.

Outro membro do IBDE, o advogado e programador de computadores Wesley Roberto de Paula concorda com seu colega. E aproveita para dar uma aula sobre a terminologia mais adequada para a sua área de trabalho. “Não há um consenso sobre a nomenclatura destinada a esse novo segmento. O IBDE, como o próprio nome denomina, usa a adjetivo eletrônico para qualificar o campo de estudo. No entanto, existem diversos outros nomes que vêm sendo utilizados: Direito Informático, Virtual, Cibernético, Telemático... Há uma melhor recepção para o termo eletrônico, sendo que a própria lei que trata a informatização do processo judicial (Lei nº 11.419/06) disciplina em seu artigo 1º o uso do meio eletrônico para tramitação processual. Mas também defendo que não se trata de um novo Direito. É, sim, o estudo das implicações decorrentes da inserção da informática (ou eletrônica) nos diversos segmentos da vida social, ensejando maior reflexão e acuidade do operador do Direito ao buscar o bem jurídico que pretende tutelar. Temos, em todos os casos, o velho Direito em novos substratos”, disserta o autor do livro *Publicidade no Processo Judicial Eletrônico*.

Quando o assunto é processo eletrônico, o juiz José Eduardo de Resende Chaves Júnior se anima. Responsável pela 21ª Vara de Belo Horizonte, presidente da Rede Latino-Americana de Juízes (Redlaj) e coordenador de um grupo de estudos sobre Direito Eletrônico na Escola Judicial do Tribunal Regional do Trabalho de Minas Gerais, o magistrado é um entusiasta da vinculação da informática ao Direito: “O mundo analógico dos átomos passa agora por uma transformação, ou seja, pela sua redução para o mundo dos bits, da linguagem binária do mundo da informação. Essa transformação, do ponto de vista jurídico, não é neutra. As novas tecnologias de comunicação de informação, a par de transformarem o mundo material dos átomos, promovem uma interação em tempo real, em escala global. Não há dúvida de que os fenômenos jurídicos agora tendem a se desmaterializar e a se potencializar pela conexão digital. Do ponto de vista da magistratura, o que mais chama a atenção, sem dúvida, é o novo paradigma do processo eletrônico, que não é, como querem alguns, uma simples alteração de procedimento. É uma mudança paradigmática, com influências profundas sobre os princípios da teoria geral do processo”.

### QUAIS SÃO OS RISCOS?

José Eduardo de Resende Chaves Júnior garante que não é uma pessoa “tão tecnológica”. Ainda assim, o juiz participa de mais de 30 grupos virtuais de discussão e coordena 12 deles. Possui contas em quase todas as redes sociais relevantes, como Twitter, Orkut, Facebook, Linked In e Ning. Por tempo passado diante do computador, ele pode ser classificado como uma vítima em potencial de um crime eletrônico. “Viver é muito perigoso, já dizia Guimarães Rosa. Não me preocupo demais com segurança digital, pelo menos no aspecto patrimonial. Minha maior preocupação é com o processamento das informações pessoais, com o mapeamento do cidadão na República digital, com o Big Brother no trabalho e na sua vida íntima. O serviço Latitude do Google, por exemplo, permite monitorar o seu celular no tempo e no espaço”, alerta o magistrado.

Para Renato Opice Blum, os próprios usuários da internet colaboram com o fim da privacidade e, conseqüentemente, com os delitos eletrônicos. “As redes sociais e as salas de bate-papo representam um estímulo indireto para o criminoso interagir. Nesses casos, como não precisam estar olhando na cara do interlocutor, as pessoas avançam o sinal, escrevem o que não devem, ofendem, criam perfis falsos. Precisamos saber que não temos certeza de quem está do outro lado. Redes sociais são boas, mas têm limites. Você não precisa contar toda a sua vida para ninguém”, reitera, lembrando que um rapaz no Rio Grande do Sul se suicidou após receber dicas em um chat.

José Carlos de Araújo Almeida F<sup>o</sup> ressalva: “É preciso uma ponderação constitucional muito abrangente para discutir privacidade em oposição ao direito de expressão. Em um caso em que tive oportunidade de trabalhar, uma determinada pessoa oferecia recompensa para quem informasse o paradeiro de outra. Os pontos de partida foram as redes sociais, pois aquele que prometeu a recompensa extraiu fotos e dados de lá. Mas, sem dúvida, ultrapassou os limites. O direito da personalidade deve ser privilegiado”.

A Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo costuma divulgar em sua página na internet alguns exemplos dos riscos de exposição excessiva na rede mundial de computadores. Comumente, os internautas ficam à mercê de fraudes e ofensas morais em meio à interação virtual. Em fevereiro de 2007, por exemplo, as salas de bate-papo do portal UOL divulgavam propagandas de conteúdo pornográfico através de determinado link. Ao clicar no local indicado, o internauta era direcionado a um site que copiava as informações contidas em seu computador e ainda instalava um vírus automaticamente. Estima-se que 90 mil máquinas tenham sido infectadas. As contas correntes de alguns clientes foram saqueadas no mesmo período.

“Há também os casos em que um desafeto resolve fazer uma comunidade no Orkut ou em site similar para denegrir a imagem de uma determinada pessoa. Pode ainda criar um perfil falso, lançando informações pejorativas contra seu inimigo. Isso sem falar nas montagens realizadas em fotografias obtidas em blogs e comunidades de relacionamento e enviadas em massa por e-mail, com intuito único de achincalhar o seu dono. E o mais notório e grave dentre os delitos praticados na rede mundial de

computadores, que infelizmente tem engrossado vertiginosamente as estatísticas: a pedofilia”, enumera Wesley Roberto de Paula.

Não são apenas os computadores particulares que ficam ameaçados na internet. Imagine um cruzamento em que os dois semáforos estejam com a luz verde acesa. Ou pior: o sistema de controle de tráfego aéreo sob o poder de um hacker. “O chamado ciberterrorismo é o que há de mais ousado quando abordamos os crimes eletrônicos. Invasões de sistemas dessa natureza deixam a sociedade inteira em risco. Podem gerar desde o corte do fornecimento de energia e água a problemas mais sérios”, diz Opice Blum.

“Interceptar um dado telemático sem deixar vestígios é uma ousadia”, reforça Almeida Filho, ilustrando o seu raciocínio com a vivência profissional. “O interessante é que o criminoso sempre tem a certeza de que não será descoberto. Em um caso defendido por nosso escritório, o acusado não havia praticado o crime, mas a perícia em sede policial apontava todo o crime de interceptação para ele. Após a impugnação da perícia e a oitiva de testemunhas, contudo, concluiu-se que uma das testemunhas da acusação teria praticado o crime. A questão: por que indicaram o nosso cliente? Porque sua máquina estava logada com os seus dados. Fica um alerta: logar a máquina e abandoná-la não é uma boa política. Temos que tomar cuidado. Mas, mesmo assim, nada impede que alguém se utilize do IP do computador, clonando-o, inclusive a placa física”, conclui o presidente do IBDE.

### COMO EVITAR OS RISCOS?

Os crimes eletrônicos já citados podem assustar, mas não inibir os internautas. “Não temos segurança nem andando nas ruas”, adverte Araújo Almeida Filho. Algumas medidas simples mostram-se muito eficazes na prevenção de problemas virtuais. Para Renato Opice Blum, é possível realizar operações financeiras via internet sem medo – desde que com prudência. “Os sites dos bancos são extremamente seguros. Não é possível invadi-los. Isso acontece no sistema dos usuários, mas não no dos bancos”, afirma.

Wesley Roberto de Paula, no entanto, avisa: “Não se deve nunca acessar o site do seu banco ou efetuar uma compra pela internet usando cartão de crédito em lan houses, bibliotecas, cybercafés ou qualquer outro computador desconhecido. Também não informe dados de sua conta bancária ou cartão de crédito por e-mail ou por sistemas de mensagens instantâneas. Mais uma dica importante: instituições bancárias, autarquias e empresas prestadoras de serviços públicos não solicitam informações por e-mail. Os órgãos do Poder Judiciário também não enviam intimações, notificações e citações por e-mail. Se receber algo assim, exclua sem clicar em qualquer link ou imagem que faça parte do corpo da mensagem. E evite usar o serviço de bankfone em público”.

Para ter uma ideia de como os conselhos do advogado são preciosos, basta recordar um dos casos de fraude enfrentado pelo Banco Banespa. Em 2005, a instituição informou ao Departamento de Investigação Sobre o Crime Organizado (DEIC) que pelo menos 300 veículos tiveram débitos quitados com dinheiro furtado de clientes. Um hacker de 27 anos era o responsável pela fraude. O prejuízo do banco foi de R\$ 450 mil.



Também há barreiras técnicas contra os criminosos. “Todos podemos e devemos utilizar firewall e antivírus”, prega Opice Blum. “São seguranças mais populares. Recorrer a elas é o mínimo. Além disso, as pessoas não podem se esquecer de sempre atualizar o software, pois é aí que aparecem as correções de brechas do programa. Algumas condutas do próprio ser humano também devem ser diminuídas. Não clique em links; digite sempre o que você procura. Se entrar em um site diferente, desconfie. Cuidado com aquilo que recebe dos seus amigos. Quem garante que é seguro? Não há nada 100% eficaz. Veja se o site possui aquele cadeado amarelo, um sinal de segurança. Cuidado com os dados que você fornece. Evite detalhar demasiadamente suas informações e compartilhar arquivos”, orienta.

Araújo Almeida Filho enfatiza as palavras do colega: “Compre um bom firewall. Quanto às transações, se os sites forem certificados digitalmente, do tipo https, ou se houver utilização de certificado digital, a possibilidade de uma insegurança é remota. Se todos adotassem a ABNT 27001, pelo menos as fraudes seriam menores”.

Outro atentado à segurança é o crescimento da acessibilidade, proporcionado principalmente pelas redes wireless em locais públicos. “O nível de segurança dessas redes é geralmente baixo em razão da disponibilidade de acesso”, ressalta Roberto de Paula. “Elas trazem um grau de responsabilidade elevado, pois não se costuma ter autenticação nos pontos públicos. Se é particular, você precisa saber para quem está emprestando a rede pelo menos”, complementa Opice Blum. “Para se livrar dos riscos, basta que as pessoas tentem, ao máximo, restringir o acesso, com adoção de senhas e criptografia”, minimiza Almeida Filho.

Mesmo sem demonstrar tanta preocupação quanto os demais, o presidente do IBDE não se atreve a falar sobre o modelo ideal de segurança para um site. “Nem a Nasa conseguiria responder isso. Tudo é inseguro se for mal utilizado.”

## FUI VÍTIMA. O QUE FAZER?

Renato Opice Blum não hesita ao ouvir a pergunta formulada acima: “Se você foi vítima, a primeira providência é ter a percepção de que a prova do crime é eletrônica. Esqueça o papel em um primeiro momento. Guarde o e-mail ou o que seja do jeito que está. Não imprima, pois a perícia é feita na versão eletrônica do documento. Depois, deve-se procurar imediatamente um advogado especializado. Ele dirá se o caminho mais rápido é o policial ou o civil”.

“Provas mal produzidas são um problema em crimes cometidos por meios eletrônicos. O advogado especializado em Direito Eletrônico poderá orientar a vítima na preservação da prova e na instauração de um inquérito policial”, concorda Almeida Filho.

Existem delegacias especializadas no combate de crimes eletrônicos. Em São Paulo, a 4ª Delegacia de Delitos Cometidos por Meios Eletrônicos do DEIC funciona na Avenida Zack Narchi, 152, no Carandiru (telefones: 11 6221 7011 ou 11 6221 7030). O órgão registrou cerca de 60 casos relacionados a crimes virtuais à época de sua implantação, em 2001. Foram aproximadamente 270 ocorrências em 2007. “Não há uma legislação específica para tudo o que atendemos, mas a polícia segue o seu trabalho.

Em alguns casos, é possível entrar diretamente com o processo judicial”, informa o delegado Antônio Augusto Rodrigues.

Apesar da grande quantidade de casos, as delegacias especializadas são eficientes. “Tudo funciona muito mais rápido do que em qualquer outra delegacia. Há uma ação conjunta. Dentro do possível, os policiais conseguem identificar quem participou do crime em um curto espaço de tempo e preservar as evidências. Mais uma diferença é que essas delegacias possuem muito mais computadores, pois precisam bastante dessa ferramenta”, comenta Opice Blum.

Araújo Almeida Filho não repete os mesmos elogios ao mencionar a situação de seu Estado. “No Rio de Janeiro, todos os profissionais conheciam alguma coisa de informática na época em que a delegada era a Dr<sup>a</sup>. Andrea Menezes. Assim afirmo porque, depois de sua saída, a delegacia não está tão atuante. Antigamente, as provas eram bem produzidas. E espera-se que as delegacias especializadas em crimes eletrônicos sejam formadas por profissionais capacitados. O que falta no Rio são peritos criminais”, reclama.

Outro empecilho para os advogados está na condução do processo. A legislação ordinária brasileira cobre, ao menos parcialmente, 95% dos crimes virtuais. O restante ainda não tem previsão legal. “O primeiro reparo emergencial refere-se ao acesso indevido a sistemas. Só é crime quando acontece com entidades públicas, o que não tem lógica. Quer dizer que, se alguém invadir o meu ou o seu computador, está tudo bem? Nós armazenamos nas nossas máquinas aquilo que queremos e o que não queremos”, argumenta Opice Blum. “Alguns casos também merecem penas maiores. Hoje, a pessoa pega um ano pelo vazamento de informações sigilosas. Ninguém vai preso por isso, mas o prejuízo é imensurável. Milhões de reais são perdidos e muitos funcionários das empresas vitimadas acabam demitidos. As punições dos crimes contra a honra também devem ser mais severas. Do contrário, o crime vai compensar”, completa.

Alguns projetos de lei para normatizar esse novo paradigma do Direito já tramitam no Congresso Nacional. O mais polêmico é o PL 84/99, do senador Eduardo Azeredo (PSDB), que atenta contra a circulação livre da informação na internet e já foi batizado como “AI-5 Digital” pelos seus críticos. “Essa lei que está aí não visa a corrigir abuso de internet. Na verdade, quer fazer censura. Precisamos responsabilizar as pessoas que trabalham com internet, mas não proibir ou condenar. Quem sabe, mudar o Código Civil. É interesse policialesco fazer uma lei que permita que as pessoas adentrem a casa de outras para saber o que estão fazendo, até sequestrando os computadores. Isso não é possível”, repreendeu o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, durante o 10º Fórum Internacional de Software Livre, sediado em Porto Alegre, em junho. Azeredo rebateu: “Sem regras, a internet continuará sendo terra de ninguém”.

A conclusão sobre o assunto é de José Carlos de Araújo Almeida Filho. “A exemplo do caos no denominado Projeto Azeredo, os especialistas e os institutos de pesquisa deveriam ser consultados antes da promulgação de uma norma desse viés. Em matéria processual penal, especificamente na execução penal, defendo o monitoramento eletrônico do preso, como forma de integrá-lo à sociedade. Mas isso para crimes de menor potencial ofensivo”, encerra o advogado. &

# O QUE É UMA PERGUNTA?

Para Martin Heidegger, interrogar é o caminho para entender a existência

POR LUÍS MAURO SÁ MARTINO

**E**m um tempo de comunidades virtuais, perguntas como “O que é o Ser?” ou “O que é existir?” podem parecer ingênuas ou inúteis.

No entanto, para o filósofo alemão Martin Heidegger (1889-1976), é justamente por causa do desenvolvimento da técnica que essas perguntas se tornam urgentes. Em seus livros e escritos, ele se debruça sobre o problema da existência: o que significa existir? Em quais condições o Ser existe?

Heidegger mostra que essas perguntas, longe de serem especulação, estão por trás de muitas ações e situações do cotidiano. O Ser, para Heidegger, não é algo simples: a existência é um processo complexo que ele define como Dasein; em alemão, “Ser-aí”. O “Ser-aí” está aberto a interpretações, mas uma das maneiras de entendê-lo é como a existência que acontece em um espaço e um tempo – no caso humano, como pessoas singulares: não se pode ser outra pessoa; por mais que se queira, cada um vive a própria vida por toda a existência. Mesmo que sua vida se transforme completamente, será sempre a sua trajetória de vida, e, nesse ponto, o ser não pode deixar de ser. Existe, está aí, é Dasein.

Mais do que dar as respostas, a filosofia de Heidegger parece se preocupar em colocar perguntas. O questionamento desafia a prestar atenção em coisas que, de outra maneira, passariam despercebidas. Em vários escritos Heidegger examina de forma minuciosa o que leva a questionar, e chega a uma ideia paradoxal: não existem “perguntas”, no sentido de que toda pergunta já vem de um conhecimento prévio. Para se chegar a

uma questão, o autor já precisa saber do que está falando, ter uma noção do assunto, e só então é possível formular uma pergunta. E, para isso, é preciso ter um cuidado especial com o modo de se falar.

Heidegger dedica uma atenção especial à linguagem. Mais do que um instrumento de comunicação, a linguagem é parte integrante da definição do Ser. Em sua *Carta sobre o Humanismo*, diz que “A linguagem é a morada do Ser” e na *Lógica* afirma que “o ser da linguagem compreende o ser do homem”.

Dizer alguma coisa é uma forma de relação do ser com outros – a linguagem é um componente central da existência humana. O dasein se relaciona com os outros por meio da linguagem. Entender a questão do Ser, para Heidegger, requer uma mudança no modo de pensar a existência, e isso só acontece quando se mudam também as palavras usadas para explicar os problemas e questões relativas ao ser.

Martin Heidegger nasceu na Alemanha, em 26 de setembro de 1889. De uma família de camponeses, seu talento intelectual e inclinações religiosas levaram seus pais a pensar em uma carreira eclesiástica para o filho. Aos 20 anos, Heidegger estava cursando Teologia na Universidade de Freiburg, mas logo enveredou pela Filosofia. Concluiu seus estudos em 1916 e passou a trabalhar na Universidade como assistente do filósofo Edmund Husserl, uma das principais influências em seu pensamento.

Em 1923 foi lecionar na Universidade de Marburg, onde conheceu uma jovem estudante chamada Hannah Arendt. Apesar da diferença de idade – ele tinha 35 anos e era casado; ela tinha 18 – iniciaram uma relação intelectual que se tornou

um caso amoroso. Durou pouco, mas foi decisivo na vida de ambos – em particular anos depois, quando ela se tornou uma das principais pensadoras da filosofia política.

Em 1927, de volta à Universidade de Freiburg, publicou *Ser e Tempo*, considerada sua obra-prima e um dos livros mais importantes da filosofia contemporânea. Em linhas bastante gerais, o livro trazia de volta a questão do Ser, algo que, segundo Heidegger, havia sido negligenciado por séculos na filosofia. O livro tornou-se uma referência – Jean-Paul Sartre escreveu *O Ser e o Nada* sob sua influência.

Há um episódio controverso nessa vida aparentemente dedicada ao estudo.

Em 1933, Heidegger foi convidado a assumir o cargo de reitor da Universidade de Freiburg, onde lecionava. No entanto, só poderia assumir caso se filiasse ao partido nazista, o que Heidegger fez. No ano seguinte renunciou ao posto e passou a sofrer ataques pessoais em publicações nazistas.

Como um filósofo preocupado com questões do Ser se envolveu com um movimento como o nacional-socialismo ainda é uma questão sem resposta. Há uma dose de oportunismo, alguma simpatia pela ideia de uma Alemanha forte, mas, aparentemente, nenhum anti-semitismo. De qualquer modo, a natureza de sua ligação com o nazismo está longe de ser completamente esclarecida.

Depois da guerra, foi processado em um tribunal francês de “desnazificação”. Nada foi provado e Heidegger voltou à carreira universitária em Freiburg até a aposentadoria. Morreu em 26 de maio de 1976, deixando um legado filosófico encerrado e uma pergunta insolúvel a respeito da existência – inclusive a sua. &



# É AGORA, JOSÉ!

*Idealizadora do projeto Casa do Zezinho, a pedagoga Dagmar Garroux mudou a vida de cerca de dez mil crianças e adolescentes da zona sul paulistana*

POR *ALINE MAGALHÃES* FOTOS *JEFFERSON DIAS / SEGUNDO PLANO*

**P**ode-se chamar de anjo, mestra, mãe ou simplesmente Tia Dag. São muitos os predicados para Dagmar Garroux, idealizadora de um dos projetos sociais mais revolucionários do país. Localizada no chamado “triângulo da morte”, região que compreende os bairros do Capão Redondo, Jardim Ângela e Jardim São Luís, na periferia da zona sul paulistana, há 15 anos a Casa do Zezinho vem transformando a vida de crianças e adolescentes de baixa renda entre 6 e 21 anos por meio da educação e, sobretudo, do amor. É o que Dag nomeou de “pedagogia do arco-íris”, em que o aprendizado é considerado um conceito auto-suficiente e autônomo, que auxilia a criança a superar os obstáculos da pobreza, a compreender o mundo a seu redor e, despertando a autoestima, em um ambiente de dignidade e respeito, dá ferramentas para que cada Zezinho tenha autonomia sobre a própria vida e seja agente de transformação social. “Não somos conteudistas. Separar o conhecimento por gavetas, a gaveta da história, a gaveta do português, não funciona. Trabalhamos com a transdisciplinariedade, estimulamos o aprender e a conhecer, a conviver e a fazer”, conta a pedagoga, que acredita que somente com educação a realidade do país poderá ser diferente: “O Brasil não precisa de bolsa-família, precisa de educação, de uma escola democrática”, defende a fã irredutível do educador Paulo Freire. Ela afirma: “Conseguo recuperar uma criança traumatizada em quatro meses porque trabalho com alegria, emoção”.

Com paredes coloridas e repletas de quadros, a arte está presente em cada canto dos 3.200m<sup>2</sup> da Casa, que atende cerca de 1,2 mil zezinhas: “São eles [os zezinhas] mesmos quem fazem e cuidam”, orgulha-se Dag. “As pessoas pensam que o que é para pobre tem de ser feio. Besteira. Um lugar sem vida não muda nada.” Decorado com esculturas, mosaicos, pinturas e privilegiado com a presença de jardins e pássaros, o ambiente, além de chamar atenção pela beleza, faz parte da aprendizagem: “Cada janela, cada parede tem um porquê. É uma arquitetura pedagógica, que eu mesma planejei”, revela. O modelo deu tão certo que a Prefeitura de São Paulo quis conhecer a disposição da Casa antes de construir os CEUs (Centros Educacionais Unificados, projeto de escolas diferenciadas, de uso voltado para as comunidades, a fim de desenvolvê-las e propiciar novas experiências educacionais).

# “Decidi que iria trabalhar com educação para criança pobre. Aluguei outra casa, convidei amigas de faculdade e comecei a Casa do Zezinho”, conta

Aos 55 anos, a “caipira de Santo Amaro”, como se define, viveu uma infância diferente da dos zezinhos. Filha de um engenheiro e uma tecelã, Dag lembra que a educação sempre foi valor presente em sua casa: “Nenhuma empregada ficava mais que dois anos conosco. Meus pais a colocavam para estudar, aprender outra profissão e logo saíam”, lembra. E completa: “Eram [seus pais] pessoas maravilhosas, de muita visão. Digo que se estivessem vivos, eu teria mais 500 Casas do Zezinho”.

## O VÍRUS DO BEM

Encaixar-se nos padrões nunca foi do feitio de Dagmar. “Nunca fui uma criança boazinha”, revela. Foi expulsa do colégio aos 8 anos por se recusar a usar uniforme: “Era uma coisa horrorosa, não iria por aquilo. Até que um dia apareci na escola de pijama”. A pequena Dag gostava mesmo era de “brincar feito moleque”. Mostrava a insatisfação com a aula de piano fechando o instrumento nas mãos do professor: “Não conseguia me colocar em forma na escola. Tinha de responder para que servia um decâmetro! Me diz, para que serve isso?” Integrante convicta da “turma do fundão”, ela já mostrava a qualidade que a acompanharia pelo resto da vida: “Sempre fui líder, defensora dos fracos. Mesmo sendo da bagunça, eu gostava de ensinar, de ajudar”.

Apesar de seus professores estarem convictos de que ela “não iria dar em nada”, Dag entrou na Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo no início da década de 1970, auge da ditadura: “Foi um tempo complicado. Não fui militante, mas meu grupo soltava bolinhas na frente da cavalaria para eles caírem”, lembra. É também nesse período que a pedagoga se apaixona pelo jornalista Saulo Garroux, militante político

na época, com quem teve um filho e é seu companheiro de casamento e na Casa.

Exatamente por não se adaptar ao método de ensino tradicional, Dag nunca se manteve num emprego: “Era mandada embora. Imagina em 1976 uma professora subir em cima da mesa”. Teve a ideia de criar nos anos 1980, na mesma região onde hoje é a Casa do Zezinho, um espaço alternativo de ensino, que oferecia complementação pedagógica e trabalhava com crianças com problemas de aprendizagem. Gilson Martins, atual assessor de imprensa da Casa do Zezinho, foi um dos alunos de Tia Dag. Branco e morador do Brooklin, o “burguesinho” procurou a professora por causa de seu mau desempenho escolar e problemas de comportamento. Ele conta que Dag impôs uma condição à sua mãe: Martins, que nunca andava de ônibus, teria que vir às aulas usando transporte público. “No começo eu odiava, pegava ônibus lotado, ia pendurado na porta, vinha me arrastando”, conta.

“As pessoas não têm noção do que é viver na favela, acordar às 5 da manhã para trabalhar, demorar duas horas para chegar no serviço, adormecer no ônibus porque está exausto. Me pergunto por que não fazem um Big Brother na favela?”, questiona Garroux. Dag também foi responsável pela primeira visita de Gilson à favela: “Entregávamos cestas básicas nas comunidades. Isso me fez desenvolver um olhar diferente sobre a favela, sem preconceito”, lembra Martins. As visitas às comunidades faziam parte da estratégia pedagógica: “Eu mostrava às crianças o verdadeiro Brasil, os filhos dos negros e índios que tiveram sua cultura massacrada e viviam ali na miséria.

E aí eu misturava tudo, levava as crianças da favela para aprenderem também na minha casa”, conta a pedagoga. “A Tia Dag é uma mestra, ela espalha o vírus do bem”, afirma Gilson. Infectado cronicamente, Martins segue Dag desde então.

## NASCE UMA IDEIA

No início dos anos 1990, como resultado do parcelamento estendido, a televisão entrou com tudo nos barracos da favela: “A molecada começou a ver todo tipo de propaganda, de iogurte, tênis, roupa. A criança queria isso, só que o pai não tinha condições de comprar. Então, essas crianças começaram a roubar no entorno dos bairros. E daí surgem os esquadrões, grupos de extermínio, que faziam lista de pessoas a serem assassinadas e pendurava nos postes. Na lista havia crianças de 11 anos de idade. Eu procurava um lugar para escondê-las e não encontrava, todo mundo tinha medo de esconder, então, eu as escondi em minha casa”. Logo o lar de Dag ficou pequeno para tanta gente. Junto com o marido, ela comprou um imóvel que logo abrigaria a Casa do Zezinho. “Decidi que iria trabalhar com educação para criança pobre. Aluguei outra casa, convidei amigas de faculdade, que também acreditavam na mudança pela educação, e comecei a Casa do Zezinho”, conta. Em setembro de 1993, Dagmar Garroux tornava-se a Tia Dag.

Com apenas sete crianças e educadoras que se desdobravam para conciliar seus empregos e o trabalho na Casa, um espaço com duas salas, quarto e cozinha, a pedagoga já acreditava que o projeto ganharia as proporções que tem atualmente: “Hoje temos 1,2 mil Zezinhos, com uma fila de espera de dois mil. Imaginava que seria assim, pois sempre pensei grande. Falo que meu Zezinho pode ter qualquer profissão, até ser pipoqueiro, mas em seu



O sorriso estampado no rosto é resultado de um trabalho que resgata a alegria, a dignidade e a auto-estima na vida dos zezinhos



carrinho terá neon, fará serviço delivery, vai ser diferenciado”, diverte-se.

O orçamento anual, de uns 3 milhões de reais, resultado de doações de empresas privadas, de voluntários e até mesmo ajuda governamental, permite que os Zezinhos desfrutem de uma infraestrutura de alto nível. Aulas de web design, computação gráfica, música, dança, artes, esportes, oficinas de capacitação profissional são apenas uma pequena amostra da diversidade de atividades oferecidas. Em algumas delas, como nas aulas de Gastronomia, há parceria com empresas que transformam os Zezinhos em funcionários: “Muitos vão trabalhar em bons restaurantes. Eles saem daqui realmente capacitados”, diz Garroux. A

parceria com a iniciativa privada oferece ainda convênios médico e odontológico. Com 40 educadores, funcionários registrados, e 40 voluntários, a Casa oferece acompanhamento psicológico e alimentação básica para a família. “Duvido que muitas escolas particulares tenham o que temos aqui”, afirma a pedagoga.

## EM DEFESA DO ZEZINHO

“Dag poderia estar em uma posição mais confortável, só na administração da Casa, mas faz questão de ir todos os dias, de envolver-se por completo”, testemunha o educador Celso Antunes, que escreveu *Pedagogia do Cuidado – Um Modelo de Educação Social* (Vozes, 2008,

216 pág., R\$ 31) em conjunto com a pedagoga. Acostumada a noites curtas de sono, Dag não se deixa acomodar pelo momento confortável pelo qual a Casa passa. “Tenho muita energia, não fico cansada. Meu marido diz que tem gente que acorda ligada no 220, mas eu acordo no 300”, afirma. “Ela é uma cabeça que não para, está sempre tendo novas ideias. É difícil acompanhar o ritmo”, conta Gilson Martins. “O próximo projeto é fazer a Casinha do Zezinho, para cuidar de bebês e crianças menores. Já compramos o terreno aqui na rua”, revela Tia Dag e completa: “Eu amo isso aqui”.

Ao longo desses 15 anos do projeto, Dag diz não ter tido muitas dificuldades em sua consolidação: “O maior problema,



Momento de descontração: festas e atividades recreativas animam a rotina da Casa. Os zezinhos dão show de arte e dança

de verdade, foi essa rua [refere-se ao endereço da Casa], que é de classe média. Apesar de explicar o que iria fazer, era comum ouvir dos vizinhos que eu estava construindo uma Febem, que encheria a rua de pobre. Hoje isso passou, até recebo ajuda". "Para ver a Tia Dag nervosa, é só mexer com algum Zezinho. Ela já arranjou muita briga aqui", revela Gilson Martins.

Tempo livre é luxo para a educadora. Quando não está na Casa do Zezinho, visita as favelas e procura formas de melhorar ainda mais o projeto: "Só volto para casa para dormir", confirma. Mesmo em suas viagens, ela encontra meios de ajudar quem precisa: "Se visito uma cidade, logo vejo o que está faltando e procuro uma associação. Eu não paro".

Em 1996, contudo, a morte de seu pai fez com Dag parasse suas atividades durante um mês. Um grupo de assaltantes tentou invadir o sítio que a família tinha em Itapicica e, ao resistir, o patriarca da família Rivieri foi assassinado a tiros: "Tinha muita gente dentro de casa, ele não ia deixar entrar. Fiquei mal, passei um mês sem aparecer na Casa do Zezinho. Um dia me ligou uma criança que morava no Capão e perguntou se eu estava triste, eu respondi que sim. Ela,

então, falou: 'Tia Dag, a gente já sabe quem matou seu pai. Se você quiser, a gente manda matar, para você voltar'. Naquele momento eu me preocupei, não era aquilo que estava ensinando, eu ensinava o desenvolvimento humano, o perdão", conta emocionada. "Vi que meu pai tinha morrido de pé, defendendo o que ele mais amava que era a família. Decidi que morreria que nem meu pai, de pé, e voltei, sem freios, é assim até hoje."

### JUNTO E MISTURADO

A comunidade nunca ficou distante da Casa: as famílias participam do processo. Dag lembra que a primeira educadora contratada era avó de um dos meninos. Na ocasião, ela dava aulas de cerâmica baseando-se em técnicas japonesas, quando um menino a questionou dizendo que a avó sabia fazer o mesmo, mas utilizando casca de coco: "Eu a convidei para ensinar a técnica, disse que a contrataria como educadora. Ela recusou porque era analfabeta. Expliquei que, assim como ela era analfabeta em letras, eu era analfabeta em casca de coco. Nós nascemos com esse princípio, de ouvir o que você sabe e fazer uma troca, a educação é uma ponte com via de mão dupla". Dag reflete que o pro-

blema da escola é considerar-se detentora do conhecimento, não se integrar com a comunidade e manter-se estagnada frente as transformações do mundo. Para ela, a escola deve trabalhar com "tudo junto e misturado": "Esse conceito de que o educador é um mediador do saber é bobagem. Nunca gostei disso. Para mim, o educador deve ter os cinco sentidos aguçados. Se você não ouvir, não tocar, não sentir, não será um bom educador", diz.

"A escola pública não está como está por não ter investimento ou porque o professor ganha pouco. A escola não conversa com a comunidade, não se integra ao contexto em que está inserida. É a criança com dificuldade, muitas vezes, é vista como louca, sem solução", pondera. "As mães adoram vir na reunião aqui, porque ninguém vai falar mal do filho delas, pelo contrário, apresentamos outro lado que ela não conhecia".

Polêmica, afirma: "Dizem que a educação é cara. Experimente trabalhar com a ignorância para ver como é muito mais caro. E isso não tem a ver com diploma. Aonde acontecem os maiores crimes no Brasil? A maior violência está na falta de moradia, falta de saúde, de escola democrática, de políticas públicas. Imagine o que é chegar no colegial sem saber ler ou escrever? Como vai conquistar o mercado de trabalho? Pergunto quem é o mais criminoso: o político em Brasília que botou dinheiro na cueca ou o ladrão do bairro? Eu não estou passando a mão em cabeça de bandido, mas vai viver a realidade da favela para ver, vamos ver se você será produtivo, se tem competência para pensar morando em num barraco no beco, com o esgoto passando pela cozinha".

### A HORA E VEZ DE JOSÉ

"Carlos Drummond de Andrade deve estar se revirando no túmulo", diverte-se Tia Dag. A origem do nome "Zezinho" veio do texto deste poeta mineiro E agora, José? Mas é claro que não há espaço para interrogações na Casa do Zezinho: "Fizemos um rap com a poesia e demos o nome de É agora, José!" E é mesmo.

Por seu trabalho, Dagmar Garroux deu mais que oportunidades, em alguns casos, fez pessoas nascerem outra vez. "Se tivesse que defini-la em uma palavra, diria 'mundo', pois foi ela quem me mostrou

que a vida é muito mais do que nascer, crescer e morrer. Tia Dag me mostrou o mundo", diz, emocionado, Marcos Lopes, um ex-zezinho. Um dos primeiros participantes da Casa, com 9 anos ganhava a vida olhando carros estacionados. A violência que recebia do pai alcoólatra era reproduzida em sua vida: "Aprendi a controlar a minha agressividade, consegui ler e escrever pela primeira vez e tomei gosto pela leitura", conta Lopes. Na adolescência, o ex-zezinho deixou-se seduzir pelo mundo das drogas: "Virei traficante, deixei a Casa, tinha vergonha de olhar para a Tia Dag, que nunca me abandonou e sempre ia na favela me procurar", conta. "Quando decidi mudar de vida, a Casa também me apoiou. Deixei tudo para trás, arrumei emprego de faxineiro para me manter e voltei a estudar".

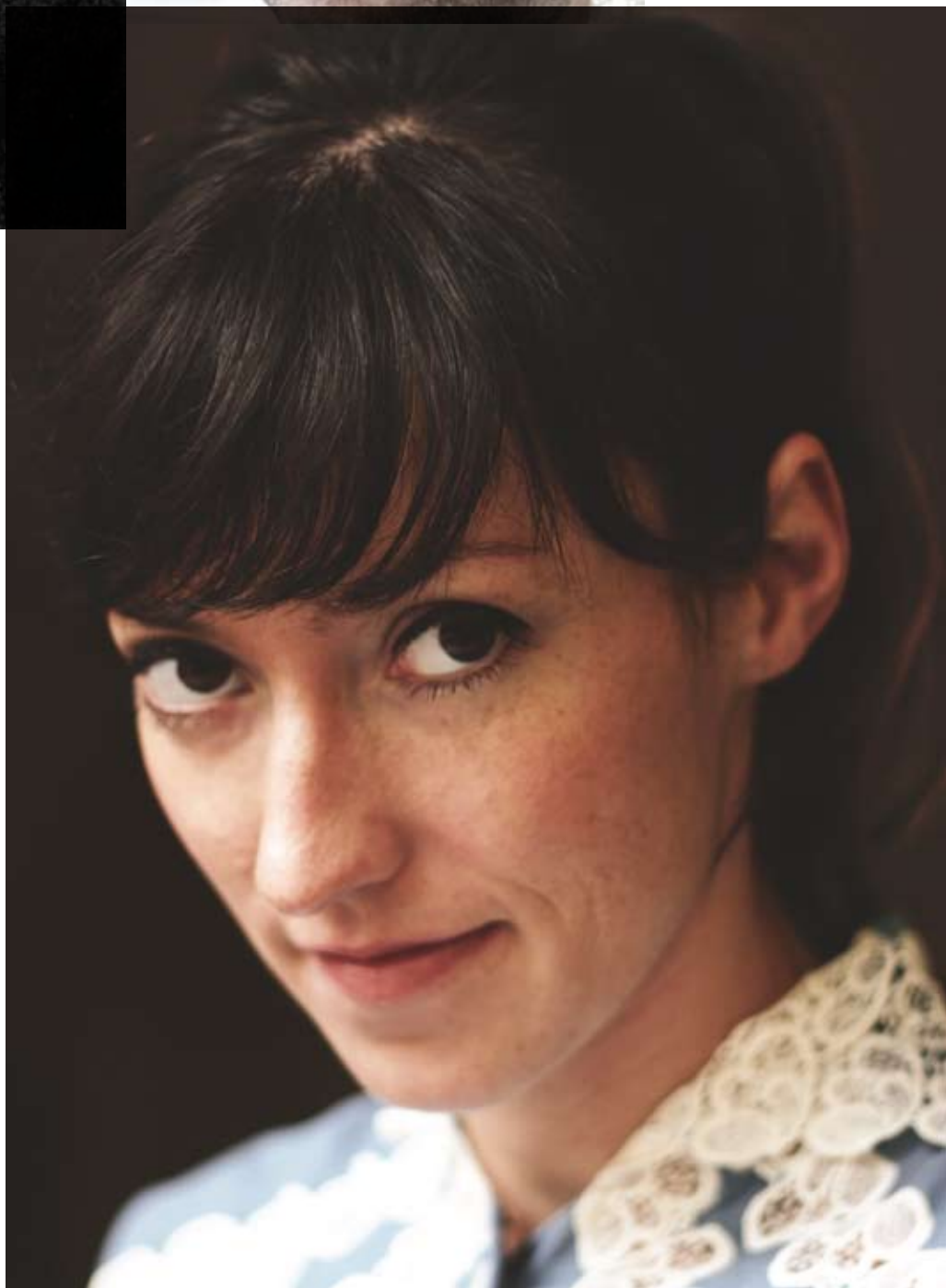
Lopes formou-se em Letras pela Universidade de São Paulo, lançou o livro *Zona de Guerra* e está prestes a iniciar mestrado na Europa.

"Se perdi 30 Zezinhos nos dez mil que passaram por aqui foi muito. Falo que meu coração é vagabundo, quer guardar o mundo todo dentro dele", comenta Dag. O afeto é recíproco, a maioria dos Zezinhos, mesmo depois de terem

cursado o ensino superior, voltam para participar do projeto. É o caso de Luciano Tavares, ex-engraxate que tinha como sonho fazer faculdade de Educação Física. Há alguns meses, a diretora de um tradicional colégio paulista, após assistir a uma palestra de Tia Dag junto com o Zezinho, concedeu uma bolsa a Tavares: "Vou estudar para ser professor e voltarei para dar aula na Casa do Zezinho", conta ele com os olhos marejados.

"Noto que Dag é heroína na maioria das histórias que passam pela Casa", diz o pedagogo Celso Antunes. Devota de São Jorge, Dagmar Garroux se emociona ao lembrar de uma das histórias que mais a marcou. Havia no bairro uma menina que aos 10 anos de idade se prostituía: "Quanto você cobra?", indagou Dag. "Dez reais. O que foi, Tia Dag? Nunca quis ser prostituta?"

"Se eu fosse prostituta, faria programas em Brasília. Lá, as meninas têm de falar inglês, ser muito bonitas, educadas e inteligentes e ganham 3 mil por transa." No dia seguinte, a garota procurou Dag na Casa: "Tia Dag, quero ser prostituta em Brasília". "Ótimo. Pare de fazer programas e venha para cá estudar, vamos aprender tudo." Hoje, a garota é dentista. &



# O POLEMISTA DA 'NOVA DIREITA' PORTUGUESA

*Livro reúne crônicas de João Pereira Coutinho publicadas pelo jornal  
Folha de S. Paulo; saga dos irmãos que comandaram a extinta  
Rede Manchete também é destaque*

POR FÁBIO FUJITA

**A**conteceu logo numa de suas primeiras vindas a São Paulo. acabara de desembarcar e, no lobby do hotel onde se hospedaria, foi surpreendido por uma arma apontada contra sua cabeça. Teve de se resignar a ver a bandidagem embolsar sua principal ferramenta de trabalho, um notebook. Mas nem mesmo esse choque de realidade terceiro-mundista seria suficientemente traumático para comprometer a relação afetiva daquele jovem escritor português com o país dos trópicos. Ainda na juventude, tornara-se leitor ávido da literatura brasileira por influência de seu avô, um apaixonado pela ficção de Machado de Assis, Nelson Rodrigues e Graciliano Ramos. Sobre a forma como forjaria seu próprio estilo de escrita, Coutinho gosta de dizer que surrupiou impunemente características de todos aqueles que admira, dentre os quais estão o próprio Nelson, além de Paulo Francis e Ivan Lessa. Colunista do jornal *Folha de S. Paulo*

FOTO: ANNA OSWALDO CRUZ; BEL PEDROSA; DIVULGAÇÃO

**AMULETO****Autor:** ROBERTO BOLAÑO**Editora:** COMPANHIA DAS LETRAS**Preço sugerido:** R\$ 35**AVENIDA PAULISTA****Autor:** JOÃO PEREIRA COUTINHO**Editora:** RECORD

288 PGS.

**Preço sugerido:** R\$ 40**ZONAS ÚMIDAS****Autora:**

CHARLOTTE ROCHE

**Editora:** OBJETIVA

208 PGS.

**Preço sugerido:** R\$ 34**OS IRMÃOS KARAMABLOCH****Autor:** ARNALDO BLOCH**Editora:** COMPANHIA DAS LETRAS

344 PGS.

**Preço sugerido:** R\$ 51

desde 2005, Coutinho ganha agora uma coletânea de seus melhores textos publicados no periódico da família Frias, intitulada *Avenida Paulista*. O que mais surpreende em Coutinho é o bom humor, característica um tanto fugidia, sabe-se, da alma lusitana. E, como todo bom cronista que se preze, de suas linhas também não falta polêmica, especialmente quando se embrenha por assuntos políticos – ele se auto-intitula um integrante “da nova direita”, seja lá o que isso signifique.

Prefere frisar, por exemplo, do assassinato de Che Guevara ao status glorificado deste, eternizado pela foto clássica de Alberto Korda. “Guevara sobrevive (como figura heroica) porque existe ainda uma superioridade moral do comunismo sobre outras expressões totalitárias (...). E o comunismo, ao contrário do nazismo e do fascismo, também transporta uma promessa igualitária de salvação terrena que sempre foi um ópio para intelectuais”, postula. Coutinho se sai ainda melhor quando se distancia de temas, digamos, “eruditos”, para analisar aspectos da brasilidade, como a paixão nacional pelos glúteos: “Como os cariocas transbordam de agrado para as câmeras durante o Carnaval, mas regressam à melancolia sincera quando as câmeras se apagam. Questão de segundos”, escreve. “Os brasileiros vivem para os outros, não para si próprios”. Nem Felipão, um dos brasileiros mais queridos pelos portugueses, passou impune pela crônica de Coutinho, quando o gaúcho, que treinou a seleção portuguesa, fez uma tentativa (frustrada) de agressão a um adversário sérvio, num jogo da Eurocopa. “Não bateu para acertar. Ficou no meio da ponte e levou de todos os lados. Da Uefa, da torcida. Do presidente da República, do primeiro-ministro. Do açougueiro, do taxista.

Só não levou do próprio sérvio, porque alguém o agarrou. Haverá perdão para tamanho fracasso?” Antes Coutinho faz o preâmbulo de que seu pai o educara assim: “Quando bateres, bate para acertar”.

Saindo da crônica, mas ainda na não-ficção, *Os Irmãos Karamabloch*, de Arnaldo Bloch, é, ao mesmo tempo, um excepcional trabalho de jornalismo investigativo e de memórias familiares, na medida em que o autor é sobrinho-neto de um dos irmãos que dão título à obra. Se Assis Chateaubriand é tido como o nosso Cidadão Kane, o clã Bloch também ajudou a escrever um longo capítulo na história da imprensa brasileira. Muito mais do que se restringir à saga de aurora e ocaso de um grupo familiar que, em seus anos dourados, comandava uma revista impressa de grande prestígio, a *Manchete*, gerando posteriormente uma emissora de TV homônima, o autor remonta às origens dos Bloch na Ucrânia, no final do século 19. Começa com o patriarca Joseph trocando a vida miserável na Rússia em revolução para encerrar, cerca de um século depois, com as empresas da família arruinadas. Quem conduz a narrativa é o caçula dos Bloch, Adolpho, tão brilhante quanto inconsequente; tão generoso e dócil com as irmãs quanto ardiloso e vil com os irmãos. É com esse excesso de humanidade que Arnaldo, o autor, imprime grande complexidade ao personagem, invariavelmente carismático, a despeito de suas sandices.

O mais fascinante em *Os Irmãos Karamabloch* é a forma como Arnaldo conta a gradativa implosão familiar protagonizada por aqueles irmãos que mais se odiavam do que se amavam. Foi a megalomania que os levaria à ruína: num tempo em que a TV era o ópio do povo, ainda sem a concorrência de tantas mídias alternativas como as de hoje, os Bloch resolveram ampliar seu escopo de atuação, com a montagem do antigo “canal 9” – quando, na verdade, a área de conhecimento da fa-

mília era o meio gráfico. Arnaldo defende essa tese, a de que, tivesse ficado restrito à condução de revistas, talvez a história do grupo Bloch fosse outra, hoje. Curioso pensar que pode ter sido um telefonema – ou melhor, a falta dele – que desembocaria na ruína. Em 1984, ajudado por Leonel Brizola, Adolpho havia arrebatado para a TV Manchete os direitos exclusivos de transmissão do Carnaval. Roberto Marinho ligou para Adolpho, com o propósito de convencê-lo a dividir os direitos com a Globo. O filho de Joseph não atendeu. Em 1994 foi a vez de Adolpho ligar para o “doutor Roberto”, a quem almejava pedir ajuda para a Manchete, que agonizava. No que o magnata da Globo teria respondido: “Passar bem”, depois de lembrar que estava há dez anos esperando Adolpho retornar uma antiga ligação.

No campo da ficção, cabe menção o lançamento de *Amuleto*, de Roberto Bolaño. Como lhe é característico, o autor volta a “dialogar” com sua própria obra, recorrendo a personagens que apareceram em livros anteriores, como os de *Os Detetives Selvagens*. Esse recurso, longe de qualquer cabotinismo, evidencia aquela que é uma das marcas do autor: a construção de um rico universo imaginativo a partir de elementos e fatos reais, quando não biográficos – o personagem Arturo Belano, protagonista de outras obras, é alterego de Bolaño e também aparece em *Amuleto*. Aqui, acompanhamos a delirante jornada de Auxílio Lacouture, poeta uruguaia exilada na Cidade do México. O ano é 1968, quando os estudantes de diversas partes do globo iniciam as lutas e as barricadas contra a arbitrariedade dos governos totalitários. A trama parte do momento em que nossa heroína, no banheiro da Faculdade de Filosofia e Letras da capital mexicana, está imersa na leitu-

ra de um livro do poeta espanhol Pedro Garfias. Quando se dá conta, as tropas militares já invadiram a universidade e Auxílio, com medo de ser presa e torturada, transforma aquele pouco convidativo ambiente em que está no seu microcosmo pessoal, por inacreditáveis 13 dias.

É a deixa para que Bolaño invista numa pegada textual mais onírica, quase surreal. Não se trata, no entanto, de uma aproximação a algo como o realismo fantástico, o gênero que globalizou a literatura latina. Remete, na verdade, ao desequilíbrio psicológico (decorrente, também, da integridade física impossível) de alguém que, para sobreviver, só tem como se alimentar de pedaços molhados de papel higiênico. Essa espécie de “chapação” gerada pela fome e pelo pânico cria um mosaico de imagens atormentadas no imaginário de Auxílio, entre memórias ligadas à poesia que tanto ama e a perspectiva da morte, numa quase decodificação da loucura. Cabe lembrar que Auxílio Lacouture foi uma mulher que existiu de fato, e Bolaño chegou a conhecê-la, reconstituindo, em sua livre imaginação, como teria sido o drama da poetisa. O autor fala com propriedade da ambientação política, uma vez que ele próprio morou na Cidade do México em 1968. Retornou ao Chile em 1973, para celebrar os tempos de paz encarnados pelo governo Allende. Com o golpe de estado de Augusto Pinochet, Bolaño acabou preso, só conseguindo ganhar a liberdade por influência de um militar que o reconheceu, amigo de infância. A obra do chileno se tornou cult a partir de sua morte precoce, em 2003, aos 50 anos de idade, quando, mais do que o impressionante legado post-mortem, começaram a divulgar mais maciçamente que se tratava de um autor que não completara sequer o segundo grau nos estudos.

Se é possível dividir a literatura entre masculina e feminina, uma promissora representante da segunda é a britânica radicada na Alemanha Charlotte Roche, que chega com seu livro de estreia, *Zonas Úmidas*. Um dos bestsellers na Amazon, a maior loja virtual do mundo, a obra

pode chocar estômagos mais sensíveis. Definitivamente “antimulherzinha”, a personagem central, Helen Hamel, de 18 anos, sintetiza as angústias e curiosidades que a própria autora, em entrevistas, já reconheceu terS em relação às mazelas do corpo. Entenda: a Helen/Charlotte interessam os odores e a compreensão do funcionamento do corpo humano despidido das fragrâncias cosméticas que ditam as aparências artificiais da ditadura da beleza. A ambientação da trama acontece num hospital: após uma cirurgia, Helen precisa passar alguns dias se recuperando num leito. É a partir daí que a autora entra na psicologia da personagem, fazendo o flashback de situações que, de alguma maneira, vão explicar a obsessão de Helen pela fisiologia do corpo.

Egressa de uma família disfuncional, Helen sofreu na infância com a separação dos pais. Esse desamparo precoce, pode-se dizer, antecipou sua maturidade e, por consequência, sua sexualidade. Assim, ela descobre, por exemplo, que a secreção vaginal pode ser um substituto para os perfumes tradicionais. Soa sórdido? Mas a verdade é que Charlotte Roche não cai na facilidade da polêmica gratuita, de um suposto niilismo adolescente barato. Aproxima-se mais do que Rubem Fonseca já fizera em seu *Secreções, Excreções e Desatinos*, em que os desvarios da alma podem ser menos agradáveis do que certos efeitos ou partes do corpo. *Zonas Úmidas* não é um livro sensual ou agradável. Mas ousadia, sem dúvida, não falta a Charlotte. O que, em tempos em que as consumistas fúteis de *Sex and the City* pintam o imaginário comportamental feminino, não é pouca coisa. &



# A AGENDA DA SEGURANÇA NÃO DÁ VOTOS

*As propostas de Leandro Piquet na formulação de hipóteses sobre as causas da violência e estratégias de combate ao crime*

POR GABRIEL KWAK FOTOS ÊNIO CESAR/SEGUNDO PLANO

A reportagem de *Diálogos&Debates* tem uma missão: encontrar um dos brasileiros mais influentes de 2009, segundo uma importante revista semanal. A equipe foi ao seu encontro numa unidade da Universidade de São Paulo conhecida como Colmeia, assim chamada porque sua construção se assemelha à habitação das abelhas. Os “favos” da Colmeia abrigam os núcleos de pesquisa da USP e nosso entrevistado irá nos receber em um deles.

O professor e cientista político carioca Leandro Piquet Carneiro chega a uma sala do Núcleo de Pesquisa em Políticas Públicas aparentemente bem disposto e até um pouco apressado, depois de aplicar uma prova aos seus alunos da pós-graduação em Relações Internacionais. Quando fala, revela ao interlocutor uma ligeira nota carioca na pronúncia das palavras. Palavras de quem parece não conhecer desfalcimentos naquilo em que acredita, sentenças que parecem vacinadas de qualquer hesitação.

Suas pesquisas, prescrições e os penetrantes subsídios com que abasteceu governos fizeram do professor do Departamento de Ciência Política da USP um interlocutor praticamente obrigatório nos fóruns e instâncias em que a agenda da segurança pública é a ordem do dia.

Números divulgados pela Secretaria Estadual da Segurança Pública dão conta do aumento crescentes dos índices de criminalidade no Estado de São Paulo em 2009. Números que podem chegar a 257.004 ocorrências de roubo, 18% acima de 2008. Os homicídios, latrocínios e sequestros também apresentam crescimento.

A linha de pesquisa que Piquet coordena no âmbito do Núcleo é a respeito da relação entre desordem e crime. “Tenho analisado dados que coletei nos Municípios de Santos e de São Paulo, mostrando a relação entre pontos de concentração de desordem e crime”, conta.

Possivelmente a contribuição mais seminal do pesquisador carioca aos estudos e discussões sobre a violência, suas causas e circunstâncias, seja a de que o caminho rumo ao controle da criminalidade não prescinde do combate aos ambientes férteis a situações de desordem.

“Por exemplo, o estacionamento ilegal. O ‘flanelinha’ é um agente associado muitas vezes aos criminosos que furtam carros. A presença de lixo, pichações, desordem, o consumo de drogas, posturas inadequadas no espaço público são muitas vezes favoráveis ao crime. A desordem serve ao infrator como uma pista visual de que aquele lugar é interessante para encontrar alguma coisa: alguém desprotegido ou um veículo a ser roubado ou uma casa em que se pode entrar sem ser percebido, porque ele, o infrator, será mais um em um contexto de maior desorganização”, ilustra. Para Piquet Carneiro, as guardas municipais poderiam atuar mais ostensivamente no policiamento desses espaços críticos, alargando as suas competências atuais, restritas por definição à preservação do patrimônio público.

### MISSÃO INCÔMODA

Segundo Piquet Carneiro, especialista no sistema de justiça criminal, o Programa Choque de Ordem, da administração Eduardo Paes (PMDB) na Prefeitura do Rio de Janeiro, vem funcionando a contento e se inclui como uma política de combate à desordem social. Tendo à frente a Secretaria Especial da Ordem Pública, o Choque de Ordem reprime o comércio ambulante ilegal, o assédio dos flanelinhas, posturas como urinar na rua, além de executar a demolição de prédios irregulares, entre outras ações.

O pesquisador reconhece que intervenções de governos para estancar situações de desordem, de condutas antisociais, provocam tensões e estigmas, a exemplo da antipatia demonstrada pela população carioca contra a repressão ao comércio ambulante de produtos contrabandeados ou roubados. “Ao decidir tratar o problema da desordem, o gestor público tem que lidar com a tensão de manter o uso do espaço público dentro de um padrão aceitável sem ameaçar direitos”, esclarece. Ou seja, repelir a desordem não é uma missão cômoda para os governantes, embora fundamental.

Outra pesquisa em andamento sob a coordenação de Piquet visa mapear medidas legislativas na Câmara dos Deputados sobre controle do crime, em busca de conclusões sobre as votações e os parlamentares e de um levantamento da atuação da “bancada da segurança”.

Mais uma pesquisa exploratória coordenada por Piquet na USP relaciona-se com a problemática das drogas em escala continental. “O crime organizado transnacional se ligou de forma muito clara ao crime local”, nota.

Administrações públicas das mais diferentes tinturas partidárias não dispensaram a experiência de Piquet Carneiro. Para a Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo, por exemplo, contribuiu com subsídios para a criação e evolução do Infocrim, uma criteriosa base eletrônica de dados com ocorrências policiais para divulgação, que mapeia informações criminais na maioria dos municípios paulistas. Também assessorou o governo Sérgio Cabral Filho (PMDB) no Estado do Rio.

### CALI: VIOLÊNCIA NO DIA DAS MÃES

Ao longo de seu itinerário, Piquet Carneiro esteve envolvido na realização de diversos estudos sobre delinquência na América Latina, desenvolvidos por agências multilaterais, como o Banco Mundial, além de ter se dedicado ao tema como pesquisador visitante do Taubman Center, da JFK School of Government, da Universidade Harvard, entre 2007 e 2008.

Numa dessas pesquisas desenvolvidas no âmbito dos países latino-americanos, nosso entrevistado lidou com a relação entre crime e hábitos a serem evitados, muito por influência de médicos que participaram do estudo. “O prefeito da cidade colombiana de Cali, Rodrigo Guerrero, em meados da década de 90, criou o primeiro programa de prevenção da violência inteiramente baseado em conceitos de epidemiologia e saúde pública. Cali, na década de 90, era o pior lugar do mundo. O prefeito quis saber qual era o dia mais violento do ano. Era o Dia das Mães: bebida e cunhados próximos, isso resultava em acidentes, brigas... Ele fez uma campanha de prevenção com as mães, com mensagens em que pediam: ‘Não bebam, não portem armas, se beber, não dirija...’”, recorda-se.

O Programa Nacional de Segurança com Cidadania (Pronasci), implantado a partir da gestão de Tarso Genro no Ministério da Justiça, mudou as atribuições da Secretaria Nacional de Segurança Pública, criada durante o governo Fernando Henrique Cardoso e subordinada ao ministério. O Pronasci prevê políticas de assistência social, como bolsas para policiais, e irá filtrar R\$ 6,7 bilhões nas 11 regiões metropolitanas mais violentas, até 2012. Para o pesquisador da USP, de certa maneira o programa faz perder a identidade das políticas de segurança. “É uma aposta teórica difícil. Ninguém tem dúvida no Brasil de que há carências localizadas que precisam ser sanadas. A dúvida é: isso é tarefa do sistema de justiça criminal?”, instiga Piquet Carneiro.

Cientista político listado entre os brasileiros “mais influentes do ano” pela revista *Época*, ele considera o conjunto de medidas do Pronasci eleitoralmente charmoso. “Toda lógica do programa é intervir em áreas sensíveis do Brasil. O programa deveria ser mais focado naquilo que é próprio ao controle do crime: polícia, Ministério Público, sistema penitenciário e o sistema de menores infratores. A agenda de segurança pública é negativa. Ninguém vai para o palanque dizer: ‘Eu treinei os policiais em tiro defensivo’. Ninguém irá votar em você por prometer construir mais presídios e começar a respeitar mais os direitos humanos. Mas quando você traz políticas sociais para dentro do Ministério isso proporciona ao ministro a oportunidade de ir inaugurar uma quadra de esportes, uma escola, um abrigo para jovens etc.”

### A EFICÁCIA DA JUSTIÇA NO COMBATE AO CRIME

Nessa ordem de ideias, o pesquisador com passagem por Harvard visualiza que, aos poucos, o policial que atua como um justiceiro à margem da lei, extrajudicialmente, vai se tornando coisa do passado, em função das ouvidorias e das corregedorias. “O policial infrator muitas vezes não se vê como um corrupto e sim como um cara que está sendo duro, fazendo justiça. Essa distância entre brutalidade, violência e corrupção é mínima.”



“Lixo, pichações, abandono: a desordem serve ao infrator como uma pista visual de que aquele lugar é interessante para encontrar alguma coisa”

Piquet Carneiro também destaca São Paulo como um Estado que investiu na ampliação do sistema penitenciário, acompanhada das definições de planta-padrão para presídios. “O número de prisões, por mês, em São Paulo, é de 4,5 mil, tanto resultado de cumprimento de mandados, quanto de flagrantes. É muito alto. É preciso contar com um sistema penitenciário de acordo. Não pode ter solução do tipo faltou vaga, constrói mais um andar de beliche. Ou colocar maior junto com menor de idade. Não é caro construir um presídio, o que é difícil é dispor de guardas, comida, lavanderia, reparo das celas”, acrescenta, defendendo a melhoria da gestão do sistema mediante parcerias público-privadas.

O pesquisador, que foi visitante do Taubman Center, também lecionou na UERJ e na UFMG, trabalhou com pesquisa entre 1991 e 1998, no Instituto Superior de Ensino da Religião (embrião da ONG Viva Rio), coordena atualmente o fórum “Um Novo Repertório de Estratégias frente ao Crime e a Violência na América Latina”, do Instituto Fernando Henrique Cardoso.

Casado com Gabriela (também pesquisadora do NU-PPs), pai de Manuela, de 3 anos, Piquet Carneiro é formado em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1988), mas, desde o mestrado, migrou

para a Ciência Política. “Fiz Economia porque não tive coragem de fazer de cara Ciências Sociais. Além disso, minha mãe era professora da Faculdade de Economia”, confidencia. Mas admite que a formação em Economia o equipou para trabalhar em Ciências Sociais com estatística e o preparou ainda mais a praticar a pesquisa empírica.

Preciosa para o trajeto acadêmico de Piquet Carneiro foi a estimulante troca de ideias com economistas como José Alexandre Scheinkman, da Universidade de Princeton, de Ed Glaser, de Harvard, e de Steven Levitz, de Chicago, autor do best seller *Freakonomics*, os três também interessados no estudo das origens da violência urbana. “A maneira como eles enquadram o problema, bem naquela vertente da tradição da Escola de Economia de Chicago, me ajudou a pensar muito, principalmente políticas públicas. Eles são os economistas e econométricos mais avançados em atuação nos Estados Unidos. O que me ajudou muito na conversa com os economistas dessa geração foi a compreensão sobre o efeito das instituições de justiça criminal sobre o crime, coisa em que eu desacreditava completamente.” A partir daí, nosso entrevistado ficou ainda mais convencido de que Judiciário, polícia e sistema prisional tinham efeito sobre o crime. Ainda bem. Ponto para os estudos sobre o crime. &





# SIM, ELAS PODEM

Com baixo orçamento e muita inteligência, três diretoras desafiam a tradição machista de Hollywood e mostram que as mulheres também sabem fazer bons filmes

POR **LUÍSA PÉCORÁ**

## GUERRA AO TERROR

DIRIGIDO POR KATHRYN BIGELOW

O mais recente trabalho da americana Kathryn Bigelow teve de percorrer um longo caminho até chegar às telas. Filmado em 2007 com orçamento de US\$ 11 milhões (baixo para os padrões de Hollywood), *Guerra ao Terror* foi financiado por uma empresa francesa, a Voltage Pictures, e exibido pela primeira vez no Festival de Veneza, em setembro de 2008. Só após uma segunda exibição, no Festival de Toronto, o filme conseguiu um distribuidor americano, a Summit Entertainment, e agora em 2009 estreou em poucas salas dos Estados Unidos.

Três motivos ajudam a explicar o pouco interesse da indústria do entretenimento. Em primeiro lugar, o filme se passa em Bagdá, em 2004, durante a ocupação americana no Iraque. Outras produções sobre o conflito – como *No Vale das Sombras*, de Paul Haggis, e *Redacted*, de Brian de Palma – foram decepções de bilheteria e reforçaram a ideia de que o público dos EUA ainda não está preparado para ver a impopular guerra no cinema. Em segundo lugar, os



FOTO: DIVULGAÇÃO

três atores mais conhecidos do elenco – Ralph Fiennes, Guy Pearce e David Morse – têm poucas cenas e deixam os papéis principais a Jeremy Renner, Anthony Mackie e Bryan Gerarty, atores jovens e pouco conhecidos, cujos nomes e rostos não funcionariam como atrativo para o público. Por fim, havia o fator Kathryn Bigelow: em uma indústria em que 90% dos diretores são homens, segundo o jornal *The New York Times*, ainda há quem duvide de que uma mulher possa estar por trás de um filme de ação, território tradicionalmente masculino.

No Brasil, *Guerra ao Terror* também não ganhou um voto de confiança de sua distribuidora, a Imagem Filmes, que decidiu lançá-lo direto em DVD no início deste ano. A decisão parece especialmente inusitada diante das elogiosas críticas publicadas na imprensa americana. Para a revista *Time*, *Guerra ao Terror* é “um filme quase perfeito”; para o *The New York Times*, “uma conquista memorável”; para o *The New Yorker*, uma obra “que será estudada daqui a 20 anos”; para o ator Robert Duvall, um dos dez melhores filmes que viu em toda a sua vida; e para Sean Penn, a produção mais

significativa dos últimos anos. Mas, melhor do que acreditar nos elogios é assistir a *Guerra ao Terror*, com roteiro escrito pelo jornalista freelance Mark Boal com base no período em que acompanhou o dia a dia de um esquadrão antibombas dos EUA no Iraque. No filme, conhecemos o trabalho dos militares que desarmam explosivos espalhados por Bagdá, muitas vezes detonados pelos insurgentes assim que os americanos se aproximam. O nível de tensão é grande em *Guerra ao Terror*, já que o roteiro e o cenário fiéis à realidade (a filmagem foi realizada na Jordânia, próxima à fronteira com o Iraque) fazem com que o espectador se sinta como os soldados: vigiado, desconfiado, com medo.

Apenas como filme de ação, *Guerra ao Terror* já funciona muito bem, devido ao suspense na medida certa e às belas cenas de confronto e explosão (a primeira delas, em particular, é memorável). Mas engana-se quem pensa que uma obra como essa não pode provocar reflexão. Bem construídos, os três personagens principais compõem um interessante painel: Owen Eldridge (interpretado por Brian Geraghty) sente medo, nervosismo, confusão e tristeza; J.T. Sanborn (Anthony Mackie) tenta pensar apenas nos poucos dias que restam para poder voltar para casa; enquanto o chefe da equipe, o bem-humorado William James (Jeremy Renner), tem algo de rebelde e parece sentir verdadeiro prazer ao desativar cada bomba. Um pouco como Jack Bauer, o herói da série *24 Horas* que salva o mundo mas não consegue se relacionar com a filha, o corajoso Will James ignora o protocolo para desarmar as bombas mais difíceis e salvar vidas. Estar ao lado da mulher e do filho pequeno ou decidir qual cereal comprar no supermercado, porém, lhe parecem tarefas impossíveis.

Com Will James, *Guerra ao Terror* dá outra nuance ao típico personagem de filmes de guerra que ao voltar para casa não consegue levar uma vida “normal”. A única coisa que parece fazer sentido para ele é caminhar até uma bomba e desarmá-la, o que ecoa a frase de abertura do filme, escrita pelo ex-repórter Chris Hedges: “War is drug” ou “A guerra é uma droga”. Droga não apenas no sentido de ruim, mas no sentido de vício. Meses de conflito criaram em Will James a sensação de que é ali que ele pertence e aquele o trabalho que deve fazer. Não se trata de uma apologia ao conflito armado, pois, ao contrário, *Guerra ao Terror* tem a qualidade de não pregar opiniões de direita ou esquerda sobre a ocupação no Iraque. Mais do que isso, a ex-pintora Kathryn Bigelow constrói um belo retrato de como a guerra, qualquer guerra, deixa múltiplos e profundos impactos no homem.

## GUERRA AO TERROR

(The Hurt Locker, EUA, 2008)

Direção: Kathryn Bigelow

Elenco: Jeremy Renner, Anthony Mackie, Brian Geraghty, Guy Pearce.



Duração: 131 minutos

### **A FAMÍLIA SAVAGE**

DIRIGIDO POR TAMARA JENKINS

O acerto de contas de famílias disfuncionais é um dos temas preferidos do cinema independente. Em seu segundo longa-metragem, a americana Tamara Jenkins conseguiu criar personagens que seguem essa linha, mas soam verdadeiros e originais. Sumida desde 1998, quando dirigiu o cult *O Outro Lado de Beverly Hills*, ela voltou às telas em grande estilo com *A Família Savage*, que lhe rendeu uma indicação ao Oscar de Melhor Roteiro Original.

Para realizar o filme, que custou US\$ 8 milhões, ela precisou convencer os produtores a escalar dois atores renomados, mas que não têm o status de grandes estrelas: Phillip Seymour Hoffman (*Capote*) e Laura Linney (*Sobre Meninos e Lobos*). Ambos estão perfeitos como Jon e Wendy Savage, dois irmãos que têm pouco contato entre si e menos ainda com o pai (o também ótimo Philip Bosco). Jon é um professor e escritor frustrado que não consegue firmar compromisso com sua namorada e mora em um apartamento tão bagunçado quanto sua vida. Wendy é uma dramaturga frustrada que mantém um relacionamento com o vizinho casado e está no auge da crise de meia-idade. Frustração é o sentimento que une os dois irmãos, embora nenhum deles queira assumir e, muito menos, mostrar seus problemas ao outro.

Embora Jenkins não explique ao espectador o motivo do distanciamento entre pais e filhos, não há dúvida de que Jon e Wendy ficaram marcados pela falta de carinho do pai e pelo abandono da mãe (que um dia saiu para um encontro com outro homem e nunca mais voltou). A dificuldade de se relacionar com os outros e a tentativa de esquecer o passado são postas à prova quando o pai, que sofre de uma doença degenerativa, fica viúvo. Como os enteados se recusam a cuidar dele, a responsabilidade fica para os filhos, que o

internam em um asilo. A decisão é mais prática, mas não é fácil, e faz com que Jon e Wendy sejam forçados a acertar as contas com o pai e, finalmente, se tornarem adultos.

Tal sinopse sugere um filme dramático e, de fato, há momentos tristes e até deprimentes em *A Família Savage*, principalmente devido à abordagem dada à velhice, que é sem meias palavras. O filme de Jenkins nada tem a ver com, por exemplo, *Elsa e Fred*, celebrada produção argentina/espanhola em que um casal de idosos se apaixona: a velhice, aqui, não é uma fase bonita, cheia de oportunidades e viagens românticas para a Itália. Em uma das melhores cenas de *A Família Savage*, Jon se irrita com a dificuldade de Wendy de escolher um asilo para o pai e explica por que para ele pouco importa se o local tem ou não vista para o mar: a vista não é para os pacientes e sim para os familiares dos pacientes poderem ignorar o que realmente está acontecendo lá dentro. “O que está acontecendo?”, pergunta a irmã. “As pessoas estão morrendo, Wendy”, ele responde, aos gritos. “E a morte é repugnante e cheia de fezes, urina e cheiro ruim”.

A cena faz um bom resumo do que há de melhor no filme de Tamara Jenkins, além das grandes atuações: tanto a distância entre os personagens quanto a forma com a qual eles lidam com a morte nunca são vistos com sentimentalismo. Boas piadas e tiradas inteligentes fazem de *A Família Savage* um filme tragicômico: tão comovente quando divertido.

### **A FAMÍLIA SAVAGE**

(The Savages, EUA, 2007)

Direção: Tamara Jenkins

Elenco: Phillip Seymour Hoffman, Laura Linney, Philip Bosco, Peter Friedman.

Duração: 114 minutos

### **LONGE DELA**

DIRIGIDO POR SARAH POLLEY

Sarah Polley tinha apenas 5 anos quando começou carreira como atriz no Canadá, país onde nasceu. Hoje na faixa dos 30, é conhecida por boas atuações em filme pouco comerciais, como *A Vida Secreta das Palavras*, *Minha Vida Sem Mim* e *Estrela Solitária*. Ela também é a roteirista e diretora de *Longe Dela*, belo filme lançado em 2007, quando Polley tinha apenas 28 anos. Adaptação para o cinema do conto “The Bear Came Over The Mountain”, escrito pela ficcionista canadense Alice Munro e publicado na revista *The New Yorker*, *Longe Dela* custou menos de US\$ 4 milhões e recebeu duas indicações ao Oscar: Roteiro Adaptado para Polley e Melhor Atriz para Julie Christie.

A estrela de *Dr. Jivago* recusou o papel algumas vezes, mas foi convencida pela diretora a interpretar Fiona, uma bonita mulher com cerca de 60 anos que começa a manifestar sintomas do mal de Alzheimer. Quando as crises de esquecimento se tornam mais frequentes, ela decide se internar em uma clínica, em parte para poupar seu marido há 44 anos, Grant (interpretado pelo canadense Gordon Pinsent, em um trabalho sutil e comovente). A separação é triste para o casal, que, após tanto tempo, continua apaixonado. E é o que nos revela os problemas de um casamento aparentemente perfeito: há anos, quando Grant ainda lecionava na universidade, traiu a mulher com uma aluna. Por isso, quando Fiona desenvolve uma forte amizade com outro paciente da clínica e passa a tratar o marido como um estranho, é difícil saber ao certo se ela está manifestando sintomas da doença ou se está punindo Grant pelos erros do passado.



Roger Ebert, um dos principais críticos de cinema dos Estados Unidos, notou que *Longe Dela* possui uma diferença em relação a outras obras recentes que abordam o Alzheimer, como *Diário de Uma Paixão*, de Nick Cassavetes, ou *Íris*, de Richard Eyre. Nestes filmes, em seus últimos anos de vida a vítima de Alzheimer atinge algum tipo de glória, seja reencontrar um grande amor ou escrever um livro famoso. *Longe Dela*, ao contrário, apenas observa a progressão da doença de Fiona, aproximando-se da vida real, na qual as pessoas apenas pioram ou, como diz a personagem, “começam a desaparecer”.

A originalidade na abordagem da doença é de fato um ponto alto, mas não se deve deixar de notar que, antes de ser um filme sobre Alzheimer, *Longe Dela* é um filme de amor. O que a jovem Sarah Polley de fato parece querer discutir é como duas pessoas conseguem passar tantos anos juntos, mesmo com todas as dificuldades e mágoas que acumulam pelo caminho. A traição é motivo de tristeza em Fiona, mas é uma das memórias de sua vida com Grant: se ela esquece os momentos que passou ao seu lado, esquece o que sente por ele. Na visão dessa sensível e promissora cineasta, o amor deve ser real, não perfeito. &

### **LONGE DELA**

(Away from Her, Canadá, 2006)

Direção: Sarah Polley

Elenco: Julie Christie, Gordon Pinsent, Olympia Dukakis, Kristen Thomson.

Duração: 110 minutos





# TÃO LONGE E TÃO PERTO

*O músico português Rodrigo Leão faz de sua trajetória pessoal um universo musical de emoções sem fronteiras*

POR JOSÉ GERALDO OLIVEIRA

**J**á foi o tempo em que falar em música portuguesa era se referir à grande fadista Amália Rodrigues – ou a nomes que mais recentemente disputam seu lugar, como Dulce Pontes ou Teresa Salgueiro. Mas muitos nomes desconhecidos por aqui fazem o bonde seguir adiante: o Dona Maria, com um som de fortes influências da música eletrônica sem deixar a alma profundamente portuguesa, ou a delicada Yolanda Soares, que de modo único une universos musicais aparentemente diferentes como o bel canto, o gregoriano, o fado, o pop e o rock. Outros nomes como esses vieram nas pegadas do Sétima Legião, grupo surgido em 1982 e que amenizou o ar fadado de Amália e abriu espaço para a experimentação e aproximação do moderno com o tradicional.

Rodrigo Leão é o músico maior nessa busca, pela forma de compor, pelo tipo de música, seriedade da produção e colaboradores de que se cerca. Ele associa o seu universo peculiar com o de Ryuichi Sakamoto, Daniel Melingo, Cinema Ensemble e Sinfonietta de Lisboa e com as belas vozes de que sempre se acompanha. Como não sabe cantar, pede ajuda a quem sabe: Ana Vieira e Stuart Staples, dos Thindersticks, ou Neil Hannon, do Divine Comedy, ou mesmo Adriana Calcanhoto.

Em 1986, paralelamente ao Sétima Legião, de que Rodrigo era baixista, se juntou a Pedro Ayres Magalhães para dar início a uma aventura musical que repercutiu internacionalmente: o Madredeus (nome do bairro lisboeta onde gravaram o primeiro disco: *Os Dias da Madredeus*). De baixista passou a tecladista no grupo, que contava ainda com Francisco Ribeiro (violoncelo), Gabriel Gomes (acordeão) e a meiga voz de Teresa Salgueiro. O caráter inovador do álbum que uniu a modernidade com o fado tradicional apontou uma nova direção para a música portuguesa e não tardou a receber o reconhecimento: eles se tornaram fenômeno instantâneo de popularidade em Portugal. E a vocação universalista do projeto ganhou mundo.

Entretanto, Rodrigo continuava com a inquietude,

buscando novas experiências. Em 1993 lançou *Ave Mundi Luminar*, em que explorava novas sonoridades, flertando com a música contemporânea e o minimalismo. Era o início da viagem a uma sonoridade intimista e sentimental com referências a Michael Nyman [compositor de trilhas como a do filme *O Piano*], ao tango e à música francesa. Estabeleceu, assim, seu próprio universo sonoro, unindo a nobreza das vozes que recitam textos em latim com arranjos modernos, na tentativa de criar um som mais universal que os Madredeus. Em *Ave Mundi, A Espera* ou *Carpe Diem*, Rodrigo Leão revela uma maneira de olhar o mundo não explorado pelo antigo grupo e consolida a viagem ao universo dos sentimentos e sensações que marca sua trajetória. Tudo é pessoal e intenso, mesclado com momentos de contemplação e reflexão. Rodrigo ainda gravaria com os Madredeus *O Espírito da Paz* (1994) e *Ainda* (1995), utilizado pelo cineasta alemão Wim Wenders no filme *Sob o Céu de Lisboa*.

A partir daí, abandonou o grupo, passando à carreira solo. Ainda em 1995 lança *Mysterium*, um pequeno CD que se transformou em seu cartão de visita para a Europa e o mundo. Quando saiu *Theatrum*, no ano seguinte, a crítica classificou o álbum como hipnótico: era um perfeito ponto de equilíbrio entre os sons dos sintetizadores com instrumentos clássicos e as vozes que entoam textos em latim, como surgidas do passado. Textos em latim viraram marca registrada: em *Alma Mater* (2000), vozes líricas indicam claramente o universo para onde Rodrigo Leão quer remeter seus ouvintes: as memórias. Mas no disco surge também o pop – e o sucesso bateu à sua porta, atravessando o oceano.

Rodrigo prova não ter medo de explorar as várias facetas que a música possui e revela todos os estados da alma. Traz a voz modernista de Adriana Calcanhoto para *A Casa* (faixa de *Alma Mater*), numa pegada melancólica que mistura bossa nova com cordas e teclados. Música sem pressa, para ouvir e aproveitar. Crítica e público aplaudiram a inovação. No álbum ao vivo *Pasión* (2002), Rodrigo, pleno de misticismo, leva para o palco canções criadas em ambiente de estúdio. A faixa título é um tango rasgado, cheio de paixão. O disco se tornou um marco em sua carreira, revelando um compositor que brinca com memórias e emoções, e o colocou definitivamente entre os grandes músicos da cena mundial. O que se confirmou em *Cinema*, trilha sonora de um filme imaginário. *Cinema* foi considerado um dos melhores discos lançados em 2004, pela revista americana *Billboard*. É um trabalho amplo pelos diferentes idiomas utilizados, pelo ecletismo dos arranjos e sonoridades, pelos diferentes formatos de instrumentação: uma música aberta ao mundo. A faixa *Rosa*, nome da filha de Rodrigo Leão, contou com as participações de Ryuichi Sakamoto (piano) e da brasileira Rosa Passos (voz). Sakamoto colabora ainda com uma composição original de piano, acompanhado pela gravação das primeiras palavras ditas pelo filho de Rodrigo Leão, António – esse é o título da faixa.

Era momento de fazer uma retrospectiva e ele lançou *O Mundo* (1993-2006): *O Melhor de Rodrigo Leão*, editado internacionalmente no final de 2006. No álbum é possível verificar a notória divisão do repertório do compositor entre as canções mais mundanas e as peças mais espirituais, que ocupam o segundo CD da coletânea. O sucesso internacional garantiu rasgados elogios de Pedro Almodóvar: o cineasta das cores fortes descreveu o português como “um dos mais inspirados compositores do mundo”.

Sem medo de ousar, iniciou mais um capítulo dessa história ainda em desenvolvimento, o projeto *A Mãe*, em que contou com participações de peso, como Melingo, o embaixador do novo tango argentino, que mistura a tradição de Gardel com a fúria do underground na faixa *No Sé Nada*. Mas a parceria de maior sucesso é com o *Cinema Ensemble*, grupo de formação incomum que mistura instrumentos clássicos com elétricos. *A Mãe* é um registro de sua história pessoal onde as músicas aparecem em movimentos, com diferentes janelas para o mundo. O disco foi composto enquanto excursionava pelos Estados Unidos, Itália e Índia. Na mala, levou um computador e um teclado e foi registrando os sons que encontrava: ruídos de rua, barulho de crianças brincando, canto de pássaros, mensagens de telefone, tudo mixado depois num novo trabalho sonoro. Um disco filosófico, aborda as questões da vida e da morte, a razão de estar aqui, para onde vamos, mas “encaradas de forma natural, não temos de nos deprimir por levantar essas questões”, escreve ele em seu site [<http://www.rodrigoleao.pt>].

Embora não fosse a intenção original, o disco se transformou em homenagem à sua mãe, que morreu durante o processo de criação do trabalho. Mas é, de fato, um registro que beira a tristeza e a depressão. Pode ser perigoso ouvir, por exemplo, Ana Vieira a cantar o belíssimo *Vida Tão Estranha*: “Vida tão só/ Vida tão estranha/ Meu coração, tão maltratado/ Já nem chorar, me dá consolo/ Resta-me só um triste fado”, lamenta-se ela. Pode ser trilha sonora para pular do 10º andar diante de tanta melancolia.

Em síntese: Rodrigo Leão merece ser conhecido e escutado (é fácil adquirir seus discos, até pelo seu site). Afinal, está tão longe, um mar de distância, mas suas canções são universais e falam de um canto que está em todos nós. Sentimentos de um homem da contemporaneidade que ainda sonha e se emociona com o fim de tarde, a casa que esconde a dor, as esperas. Afinal, o músico português não tem medo de mostrar as emoções, sejam elas alegres, tristes, invocativas. Não é música para compartilhar, mas para ouvir sozinho, disposto a mergulhar nessa viagem pelo universo da emoção. &

# DE BARRINHA PARA O METROPOLITAN

*Como Mozart, o jovem tenor encontrou muito apoio: os avós, a madrinha, o professor Francisco Campos Neto e o célebre maestro João Carlos Martins. Agora, Nova York é a meta*

POR JOSÉ GERALDO OLIVEIRA FOTOS ÊNIO CESAR/SEGUNDO PLANO

**A** 360 km da capital, Barrinha fica no nordeste do Estado de São Paulo, faz divisa ao norte com Sertãozinho, ao sul com Pradópolis, ao leste com Dumont e a oeste com Jaboticabal. A produção canavieira e os pequenos comércios movimentam a economia: a cidade tem quatro restaurantes, um hotel, oito quitandas, doze açougues e três postos de gasolina. Mulheres e homens na faixa de 17 a 50 anos podem, entre abril e outubro, ganhar até três salários mínimos mensais nas lavouras de cana-de-açúcar. 20% das mulheres trabalham como empregadas domésticas em Ribeirão Preto. 70% da população possui casa própria e o restante paga aluguel.

Em 1985 nasce um Silva em uma das várias famílias de boias-frias do interior do Estado. Mais um Silva no mundo. Os pais se separaram quando tinha 4 anos de idade. Os avós o receberam de braços abertos. A mãe, Maria Madalena, se casou outra vez e o pai, Valdecir Silva, o viu mais algumas vezes. Cresceu entre o futebol de rua e a música na casa dos avós. Dom, talento, sorte, perseverança e trabalho mudaram a trajetória desse Silva.

Hoje com 24 anos, o mulatinho de cabelos encaracolados tem um sorriso doce que transmite a sensação de bem-estar com a vida. Tímido em alguns momentos, retrai a mão até o momento de soltar a voz. O olhar é meigo e intenso. Veste-se como qualquer jovem: jeans, camiseta e tênis. Nada de grife. Mede 1,63 de altura. Faz questão dos 3 centímetros.

Mora em São Paulo, em um apartamento de dois quartos, sala, cozinha e banheiro. A sala deve ter uns 4 m<sup>2</sup>. Um sofá de dois lugares, uma mesa de quatro, televisão, DVD e alguns filmes, musicais e concertos. Não é um grande acervo. Acima do sofá, um quadro estilo surrealista pintado pelo amigo com quem divide o apartamento.

“Uma entrevista no apartamento 27?”, pergunta o porteiro mal-humorado. Como em Barrinha, é também um anônimo no prédio de longos corredores pintado de verde.

A rotina começa cedo. Leitura. Música. Banho. Canta no chuveiro. Um repertório eclético. Vinicius de Moraes, Bocelli, Los Hermanos ou Liszt. Música é música e todas dão prazer, garante o fã de Schubert, Mozart, Rossini e Donizetti.





“ Quando o ouvi cantar, senti que tinha algo maior e precisava fazer alguma coisa. Senti um amor muito grande”, lembra-se a madrinha ”

A herança musical vem da casa dos avós, onde a música era cotidiano, como facão, café com broa, açúcar, bola de futebol, hinos de louvor a Maria, Chitãozinho e Xororó e folia de reis. A avó, dona Iraci Silvana, faxineira do hospital de Barrinha, tem a voz muito afinada. Ele acordava com o som de música caipira e o cheiro de café fresco que dona Iraci preparava para o marido que ia para a lida no canavial. Lembra-se com carinho de um fim de tarde em que, junto com o avô, no portão da pequena casa, cantou o Hino Nacional. Bernadete, a professora do pré-primário, vinha subindo a rua. Parou e entrou na cantoria. “Quando escuto o hino me emociono, pois recorro daquele momento.” Seu Joaquim Apolinário é autodidata em violão, violino e acordeão, e toca rabeça no grupo da folia. Lembranças do avô não faltam. “Nas madrugadas de dezembro e de janeiro, eu era acordado pela folia de reis. A bandeira passeando pela casa enquanto os foliões faziam versos, brincando comigo: ‘a criança que é cantor.’” O avô também tocava violão nas missas de domingo e o levava para cantar no coral. O neto acredita em Deus, mas confessa que não é mais um católico praticante.

A igreja da cidade resolveu montar um presépio vivo. Tinha 8 anos e colocaram o menino para ser figurante entre o Menino Deus, a Virgem Maria, São José, os pastores e todos os bichos do estábulo. A irmã correu até a diretora do teatro e contou que o irmão mais novo sabia cantar a música *Então É Natal*. “Ela foi a primeira pessoa que acreditou em mim, pois também sabia cantar a música.” O menino cantou na frente de todos. “Depois dessa noite deixei de ser uma criança normal e passei a ser uma criança de música.”

### **CARUSO REENCARNA EM SERTÃOZINHO**

A vizinha da casa do lado gostava de ouvir música italiana: Andréa Bocelli, Rita Pavone, Zizi Possi. O menino não entendia nada, mas achava aquilo bonito. Subia na laje da casa e cantava o que aprendera de ouvido. Soltava a voz lá em cima e a avó contrapunha embaixo. “Desce daí, menino! Você vai cair e se machucar.” Queria plateia. Queria estar em um palco. Todos achavam aquilo um tanto estranho, mas o menino tinha voz bonita. Também não entendiam nada, mas era bonito. Começou a ser convidado para cantar em casamentos. Muita noiva entrou ao som de sua *Ave Maria* de Gounod.

Aos 15 anos foi estudar em Sertãozinho: lá o ensino era melhor. A fama se espalhou e ganhou fãs além da laje e das festas

de casamento. Em 2003 a diretora do colégio pediu que cantasse *Con Tè Partirò*, de Bocelli, em um congresso de educação que aconteceu na escola. Talvez a diretora também não entendesse, mas achava bonito. O Silva ainda não media 1,63 de altura. Cantou atrás de um púlpito a música vencedora do festival de San Remo de 1994. A voz encantou Julia Guide dos Reis, professora de geografia, descendente de italianos, casada com um médico e mãe de quatro filhos. Julia achou bonito e entendia. “É a reencarnação do Caruso!”, gritou, comparando-o ao tenor italiano Enrico Caruso. No final da apresentação, muitas palmas. A professora que crescera ouvindo ópera falou alto. “Vocês estão batendo palma para quem? Não tem ninguém lá. Cadê esse cantor?” Armou-se a confusão. Parou tudo e não se deu por satisfeita até encontrar o dono da voz. “É você?” Não conseguia acreditar que aquele menino tinha voz tão encantadora. “Você é a reencarnação do Caruso!” O menino olhou e respondeu, meigo: “Não sei quem foi esse tal Caruso, mas se for bom, aceito”. “Quando o ouvi cantar, senti que tinha algo maior do que eu e que precisava fazer alguma coisa. Senti um amor muito grande”, lembra-se a benfeitora.

Julia o convidou a ir até sua casa. O menino chegou tímido e resabiado. Na sala havia um piano. “Um piano de verdade. Nunca tinha tocado em um piano de verdade, só em órgão.” O som e a melodia uniram os dois, o menino e a benfeitora. A madrinha Julia, hoje com 60 anos, foi determinante na vida do aspirante a cantor. Ele passou a morar na casa da professora. Ela diz que não existe coincidência na vida: descobriram que o marido, o dr. Pedro, foi quem realizou o parto do menino.

Pagou cursinho, aula de línguas, canto. “Fiz com que ele estudasse e o coloquei na chibata. Tinha muito medo que não passasse no vestibular.” Foi ao colégio para ver o histórico escolar. “Ele era péssimo em exatas.” Discurso de mãe. Não é mãe. É chamada de madrinha. “É um medo que ele tem.

Pensa que meus filhos podem ficar com ciúme. Mas quando estamos sozinhos ele me chama de mãe”, confidencia Julia.

Numa reunião dos Guide, regada a muito vinho e macarronada farta, o jovem cantou árias italianas. Encantou a todos. Ouviram, entenderam e gostaram. A família contribuiu para a compra de um teclado Roland. Julia faz questão de falar que foi um presente de todos e que ela só aproveitou os efeitos do vinho em benefício do afilhado. Os noivos de Sertãozinho e região ganharam com isso. Além de uma bela voz, havia o som de um teclado Roland novinho.

Durante a semana a vida seguia. Colégio à tarde. O resto do tempo eram as aulas de canto e de línguas: 16 horas de estudo diário. Tudo novidade. O fruto disso é que hoje ele fala fluentemente inglês, espanhol, italiano, francês e tem boa pronúncia de alemão. Passou no vestibular e ingressou no curso de música na Universidade de São Paulo em Ribeirão Preto, em 2004. Conseguiu chegar aonde sempre quis.

Os avós ficaram esquecidos? “Se ele não vem aqui, liga e pergunta como estamos”, conta a avó Iraci. E o neto devolve. “Adoro a comida da minha avó e do que me ensinou: ‘Calado se vence. Não brigue, mude, inove’”, lembra-se o jovem, agradecido.

## TODO SONHO TEM UMPREÇO

A madrinha conta que no primeiro ano de universidade o seu pupilo ficou extremamente desanimado. Pensou em desistir. “Ele não conseguia ler partitura. Disseram que eu estava fazendo o menino sofrer. Ele não queria mostrar que não sabia e tinha dúvidas. Ficava calado, desanimado.” O sonho de estar em um curso de música da USP não parecia mais um sonho. Em alguns momentos era pesadelo. “Foi muito difícil. Não sabia o que era uma prova de harmonia e contraponto. Padei no paraíso no primeiro ano da faculdade. Queria muito estar ali e ao mesmo tempo não queria.” Diz que por sorte encontrou Thiago de Freitas. “Ele foi um grande companheiro. Me incentivou, dava aula de reforço e não deixou que eu desistisse. O curso me proporcionou senso crítico. Fui me deixando conquistar. Comecei a frequentar festivais de música em Brasília, Poços de Caldas, Rio de Janeiro.”

Na universidade entendeu que “a música erudita não é apenas um entretenimento da aristocracia. Ela tem uma reflexão, que diz respeito à cultura, à filosofia, à religião e à sociedade. Beethoven quando compôs a Sinfonia nº 3, a *Heroica*, falava de Napoleão. O Mozart nas *Bodas de Figaro* trata do “direito de pernada” [o jus primae noctis, o direito do proprietário de desvirginar a noiva na noite das bodas], uma crítica dura ao feudalismo”.

As portas foram se abrindo. Em 2000, entrou pela primeira vez no Teatro Pedro II, em Ribeirão Preto, a convite do professor Rubens Riciate. Era o solista. Não era mais parte do coral. “Debutei no Pedro II com o maestro Olivier Toni em um dos bons teatros de ópera do Brasil”, exagera. A madrinha estava na primeira fila. “Tinha vontade de pular no palco e abraçá-lo. Contava para todo mundo que o cantor era o meu filhinho”, diz, cheia de orgulho.

No Festival de Inverno de Poços de Caldas de 2007 conhe-

ceu o professor de canto Francisco Campos Neto, que o convidou a ter aulas com ele. “Era uma voz que encantava. Sem nenhuma técnica, mas com uma musicalidade absurda”, testemunha o professor. Chegou até ao menino e disparou: “Ainda bem que você descobriu que Deus te colocou no mundo para cantar”.

Cantar por cantar e ter uma bela voz não faz nenhum grande artista e o *Programa Raul Gil* está aí para comprovar. Quando escuta que o jovem “é a reencarnação do Caruso” ou que será o novo Pavarotti, Francisco Campos Neto é categórico: “É papo de quem não entende música. As pessoas sentem necessidade de catalogar. Ele nunca será um Pavarotti, pois é diferente. Ele possui uma voz encantadora, mas é preciso muito trabalho. A voz é um dom e a qualidade da voz é técnica e trabalho. Não é uma voz grande e generosa, mas possui um timbre muito bonito e particular. Um tenor leve. Mozartiano. Ele pode cantar peças barrocas muito bem”, sentencia.

O jovem não é exceção. O professor diz que a maioria das vozes que conhece são de pessoas pobres “de mar-ré de si”. Ajuda por causa do talento. “Nunca cobre uma aula dele por causa da qualidade. E também fui conquistado pela simpatia e por toda sua história de vida.” Lembra-se de que às vezes o jovem não tinha dinheiro nem para pagar a passagem de Ribeirão Preto até São Paulo.

## AS GRACAS DE JOÃO CARLOS MARTINS

O jovem deixou de ser um simples Silva. Tem nome pomposo. Jean William Silva. Já tem currículo: bacharel em canto pela ECA-USP, campus de Ribeirão Preto. Iniciou seus estudos com Cristina Modé Angellotti. Frequentou master-classes com Elena Obrastzova (Rússia), Robert Bishop (EUA), Ana Cervantes (México), John Sinjders (Holanda) e as aulas de Fernando Portari, Rosana Lamosa, Ricardo Ballesterio e Céline Imbert. Mas vale sempre o ensinamento do professor que adotou como mestre: “O canto começa na cabeça para compreender o que se canta. Vem para os olhos e depois explode na boca. É finalmente as mãos. É um conjunto”, ensina Francisco Campos.

Mais uma vez por sorte, talento e dom, Jean caiu nas graças do maestro João Carlos Martins. Um homem com grande visão empresarial. Ao ver o maestro no *Domigão do Faustão*, em meados de 2008, Jean imaginou que podia trabalhar com ele. A madrinha correu atrás e entrou em contato com a jornalista Mônica Bergamo, que conseguiu uma audição com o maestro. “Fiquei duas noites sem dormir. Vou à casa desse homem que tanto fez pela música. Vou tomar o tempo dele.” Mas lá foi. Quando chegou, o pianista dava uma entrevista. Ficou esperando e escutou: “Acabou de sair daqui um violinista muito bom. Vamos ver o que acontecerá com ele”. Jean estava angustiado. O

maestro continuou. “Esse menino veio porque a Mônica Bergamo pediu. Nome bonito ele tem, agora quero ver o que ele tem para oferecer.” João Carlos pegou a partitura da mão do rapaz, começou a tocar *Ombra Mai Fù*, de Händel. “Meu Deus, esse cara está tocando para eu cantar. Quem tocava para eu cantar era o Thiago.” Conseguiu chegar até o final, apesar da tremedeira nas pernas. O maestro não disse se era bom ou ruim, apenas perguntou se Jean tinha compromisso para o dia seguinte. “Se não tiver, vai cantar no Clube Pinheiros para umas mil pessoas.”

João Carlos mentiu. Eram 2.200 pessoas. A Orquestra Bachiana Filarmônica do Sesi executou a 5ª Sinfonia de Beethoven. Aplauso geral. Ovationado, o maestro falou para a plateia: “Trouxe um menino para cantar. Quero saber o que vocês acham?” Novamente tocou a peça de Händel. A voz encheu a sala do Clube Pinheiros e o público aplaudiu de pé. “Fiquei parado. Meu Deus, está acontecendo!” Jean estava nas nuvens. Os aplausos o encantaram. Mas o professor de canto traz o jovem voador para a terra. “Acredito que ele esteja bem encaminhado, mas não está pronto. O João Carlos me convidou para discutir que tipo de música ele pode cantar. É preciso sempre estar de olho”, pontua Francisco Campos Neto.

Jean conta que o maestro é uma figura adorável, extremamente bem-humorado. “A música é um grande compromisso para ele. Piadista, vive me tirando sarro. Quando temos algum evento, fala: ‘Almoça lá em casa’ [imita a voz do maestro]. Vou para a casa dele e tocamos piano. É uma relação muito mais afetiva que profissional. Não ficamos discutindo coisas de música.”

A lembrança dos tempos em que cantava na laje ficou para trás. Almeja mais. “O meu projeto é ir para o Metropolitan. Posso não ser o Don José da *Carmen*, mas quem sabe estar no coro. Morava em Barrinha, tinha os meus amigos, sem dinheiro, uma família pobre e de repente me vejo dentro da USP, envolvido com uma linguagem sofisticada. Tudo foi muito rápido. Não tive tempo para me deslumbrar. O sucesso é importante sim, o artista quer reconhecimento. Se não quisesse, não esperava o aplauso no final”, reflete o menino que cantava na laje. “Tenho uma meta audaciosa que é me tornar um grande tenor, pois acho que falta no Brasil uma referência. Tive a sorte de encontrar pessoas extremamente nobres que me abraçaram no decorrer do caminho, mas me empenhei e trabalhei muito para chegar à Orquestra Bachiana Filarmônica do Sesi.”

## A PLENITUDE DO CANTO

Fã de Pavarotti, imagina um dia conhecer Plácido Domingo, diretor da Washington National Opera. Para isso deixou de lado a cervejinha e os namoricos passageiros. “Um dia o professor Fernando Portari disse: ‘Você precisa buscar a sua natureza. A razão que faz com que você goste de cantar. Por exemplo, o Pavarotti tem uma natureza que faz com que ele cante daquela forma’. Em uma master-class ouvir a ária da condessa das *Bodas de Figaro*, do Wolfgang Amadeus Mozart. Ao final começamos a discutir a forma como o compositor mexe com a natureza humana. Foi assim que entendi que o canto é algo in-

terior. Claro que tenho de ser um atleta, mas quando subo no palco é algo maior. É minha natureza. São as minhas tristezas que busco quando interpreto uma ária triste. Se é alegre, busco meus êxitos e júbilos para transmitir alegria para os ouvintes.”

Jean gosta dos compositores do bel canto. Rossini, Bellini, Donizetti. Mas Mozart é seu favorito. “Além da genialidade musical ele era um operário da música. Assim como Bach, que morreu com problema de visão por trabalhar à luz de vela. Gosto do Amadeus, pois seus personagens são retratados de maneira verdadeira. O Puccini, que é uma grande referência de ópera italiana, estava dentro de um ideal romântico. Os seus personagens são o herói, o bandido, a mocinha. Mozart criou personagens humanos que em algum momento são bons e em outros são ruins. Ele mexe com as relações internas da natureza humana.”

*Una Furtiva Lagrime*, da ópera *O Elixir do Amor*, de Gaetano Donizetti, é sua ária favorita. A ópera narra uma história de amor que tem como pano de fundo a farsa social. Um rapaz pobre apaixonado por uma jovem rica bebe um elixir que lhe dará as graças da amada. “Uma furtiva lágrima que caiu de seus olhos...” fala o jovem no final. “Me ama sim, posso ver que ela me ama, mas o orgulho não a deixa ela amar.”

Seus olhos param, sorri. “Cantar é plenitude. Essa é a sensação quando canto. Pode ser uma ária na sala São Paulo ou Tristeza não tem fim, felicidade sim no chuveiro da minha casa. A música me liga com Deus, falo como Ele. O Chico [o professor de canto] cita uma frase de Rabindranath Tagore: Deus coloca os olhos em mim quando eu trabalho, mas ele me ama quando eu canto”.

Para os próximos anos, Jean se prepara para uma temporada de estudos nos EUA, aonde irá se preparar para uma apresentação no Lincoln Center de Nova York. Cantará duetos de *O Guarani*, de Carlos Gomes, e árias de *West Side Story*, de Leonard Bernstein. A Inglaterra também está em sua rota. Fará um curso com a soprano neozelandesa Kiri Te Kanawa.

O jovem tenor lembra que Mozart foi auxiliado por várias pessoas em seu caminho. “Eu também. A minha avó já tinha cinco filhos e adotou mais um. A minha madrinha já estava com os filhos formandos e ajudou a me formar. O Chico me deu aula de graça. O João Carlos não tinha espaço na agenda e me colocou para cantar e me lançou.”

Cantando Então É Natal em um presépio no interior de São Paulo, Jean iniciou a caminhada rumo ao Metropolitan Opera House. Ainda tem um longo caminho. No momento é promessa e sonho. &

# EXCESSO DE INFORMAÇÃO É FALTA DE INFORMAÇÃO

POR CARLOS COSTA

O jornalismo e a comunicação de um modo geral são fortemente afetados hoje pela expansão das redes digitais interativas, que estimulam a participação dos cidadãos. Estes, ao utilizar essas novas tecnologias, disputam a agenda social e o controle da informação, que deixou de ser uma exclusividade dos grandes grupos de mídia: com um computador ou celular acessado à internet, qualquer cidadão pode colocar uma notícia na rede, divulgar a foto de um acidente, mostrar o avião ainda em chamas ou a casa sendo arrastada pela enchente, antecipando-se aos jornais e emissoras de TV.

O próprio conceito de notícia está hoje em disputa: o poder de definir o que é noticiável, antes uma arma nas mãos do governo e dos grandes conglomerados de mídia, que impunham a “agenda” do que deveria ser discutido, foi reduzido – embora o governo, com sua bateria de comunicados e medidas, reuniões e decisões, continue com a primazia da geração da notícia. Antes o brocado jornalístico dizia que “os meios pautam os meios”: bastava um jornal dar um “furo” [notícia divulgada antes dos outros], para no dia seguinte os concorrentes abrirem manchetes e destaques repercutindo o fato, até para se desculpar pela falta de agilidade.

Houve um tempo em que era difícil publicar um texto ou notícia: era preciso acesso a uma empresa jornalística, convencer os editores do interesse do fato. Bons escritores não conheceram fama pois as editoras sempre preferiram apostar no garantido: entre o texto mediano de autor de sucesso e a possível obra-prima de um desconhecido, não havia que pensar duas vezes. Hoje a oferta de meios inverteu a equação: é fácil publicar, o difícil mesmo é encontrar leitores.

Assistimos ao fenômeno da saturação: há notícias demais. E, pior, ao se tornar mercadoria que precisa ser vendida, ela virou espetáculo – e alguns programas de TV, com cenário multicolorido e a variedade de atrações, cada vez mais se assemelham à encenação circense: o do apresentador Ratinho, que em uma de suas criações saía de um corretor e entrava em cena numa espécie de palco, com cortina vermelha, parece um acabado exemplo. Esses programas que chamam a atenção para seu “show de notícias” reforçam essa ideia. Vivemos o mundo da velocidade da informação visual, um tempo de repetição serial de imagens: o show de notícias, de reportagens, de gols, de catástrofes. Como no circo se revezavam o do-

mador de leões, o trapezista, os palhaços, os motociclistas do globo da morte, agora se revezam as imagens de impacto, incêndios, terremotos, perseguições policiais.

Esse excesso de informação gera falta de informação: sabemos coisas demais, mas não sabemos o que é preciso saber, lembra a crítica argentina Beatriz Sarlo, e assim muita coisa que faz a diferença fica sem a devida exposição.

Há poucos meses, num programa que foi ao ar na noite de sábado 11 de abril, a sensação da TV inglesa foi Susan Margaret Boyle, uma senhora escocesa de 47 anos, desempregada e pouco atraente. “Antes de cantar, tanto os jurados quanto o público demonstraram desconfiança por sua aparência desleixada e comportamento inseguro”, atesta a Wikipédia. Mas ao cantar *I Dreamed a Dream*, do musical *Os Miseráveis*, no programa de calouros ITV *Britain's Got Talent*, Boyle conquistou o público, virando sensação da web: o vídeo de sua apresentação foi assistido mais de 2,5 milhões de vezes na internet apenas nas primeiras 72 horas após ter sido colocado na rede.

É bem provável que muitos dos que lêem esta página, passados apenas alguns meses, não se lembrem mais da candidata que foi notícia em todo o mundo. Mas seguramente não souberam de coisas muito mais relevantes que não se tornaram sucesso imediato nos meios. Como, por exemplo, o duro trabalho de superação das dificuldades, como os enfrentados pelos “Zezinhos” da periferia da zona sul paulistana atendidos pelo projeto idealizado pela pedagoga Dagmar Garroux; ou os escritores angolanos e moçambicanos que buscam reinventar a língua portuguesa por meio de sua criação literária, como forma também de plasmar a identidade de suas adolescentes nações. Ou os problemas enfrentados pelos juizes do Pará, um Estado de dimensões continentais com complexidades e heranças históricas, como os conflitos fundiários, as barreiras das longas distâncias entre comarcas. São essas histórias de superação das dificuldades que importa saber, acompanhar e apoiar.

Certamente um dos papéis fundamentais da imprensa hoje é romper a barreira da repetição e mesmice das notícias, escapar do apelo do “show” e lançar luzes sobre projetos, iniciativas, trabalhos e personagens que a mídia teima em esquecer, pois não fazem parte do mercado das notícias de consumo garantido – como são as plásticas das celebridades ou os vizinhos incomodados com as festas de alguma socialite herdeira de rede de supermercados. &



ESCOLA PAULISTA DA MAGISTRATURA



# 20 ANOS

## DE TRABALHO CONTRIBUINDO PARA A CONSOLIDAÇÃO DA CIDADANIA

Cursos *lato sensu* em Direito Processual Penal, Direito Penal, Direito de Família e Sucessões, Direito Público, Direito Processual Civil, Direito Empresarial, Métodos de Soluções Alternativas de Conflitos Humanos, Direito Privado e Direito do Consumidor